

IVANETE MASSON

**A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um
processo de múltiplas relações**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Engenharia Ambiental da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Engenharia Ambiental.**

Orientador: Profº Luiz Sérgio Philippi

Co-orientador: César Augusto Pompêo

Florianópolis (SC)

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

M419g Masson, Ivanete, 1960 -

A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações / Ivanete Masson; orientador Luiz Sérgio Philippi - Florianópolis, 2004.

165f. : il. ; figs. ; tabs.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2004.

Inclui bibliografia.

1. Gestão ambiental – Alfredo Wagner (SC) – Participação do cidadão. 2. Percepção. 3. Participação social. 4. Educação ambiental. I. Philippi, Luiz Sérgio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. III. Título.

CDU: 628.4

**“A GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES DE
UM PROCESSO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES”**

IVANETE MASSON

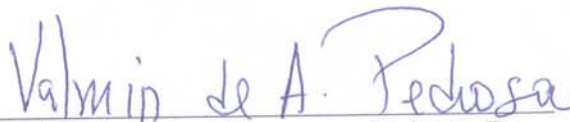
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós - Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de

MESTRE EM ENGENHARIA AMBIENTAL
na Área de Planejamento de Bacias Hidrográficas.

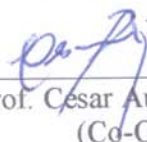
Aprovado por:



Prof. Raúl Burgos, Dr.



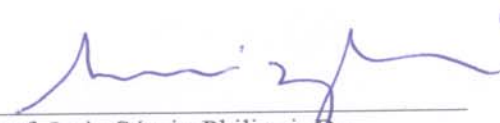
Prof. Valmir de Albuquerque Pedrosa, Dr.



Prof. Cesar Augusto Pompêo, Dr.
(Co-Orientador)



Prof. Armando Borges de Castilhos Jr., Dr.
(Coordenador)



Prof. Luiz Sérgio Philippi, Dr.
(Orientador)

FLORIANÓPOLIS, SC – BRASIL
ABRIL/2004

A todas as pessoas com as quais tive a oportunidade de aprender com o compartilhar de seus aprendizados e que lutam pela qualidade da relação ser humano e natureza.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da trajetória que me conduziu a realização deste estudo agradeço e considero incluídas todas as pessoas que formaram a teia de relações e contribuições pela intensidade de suas presenças neste estudo. Em especial quero destacar as que comigo compartilharam o maior tempo, pois enquanto processo o considero coletivo.

Começo agradecendo a Deus pela oportunidade da vida e pelo poder de criação.

Ao professor Luiz Sérgio Philippi, meu orientador, pela paciência e confiança, e que aceitou compartilhar essa forma de produção de conhecimento instigando-me a compreender e perceber as conexões presentes no trabalho científico.

Ao professor César Augusto Pompêo, meu co-orientador, pelo convite e oportunidade de crescer enquanto grupo e por acreditar que o ambiente não se constrói apenas com obras físicas da engenharia, mas, com obras que valorizem a engenharia criativa da participação e a construção coletiva.

Aos professores Raúl Burgos e Valmir de Albuquerque Pedrosa, pelas suas importantes contribuições, ajudando-me a crescer com este trabalho e enquanto construção de trabalhos futuros.

Ao meu núcleo familiar: mãe, pai, irmãos, sogra, sogro, bisa, que pelo seus exemplos de luta contribuíram mantendo-me perseverante. A minha irmã Ivanda, em especial, que mesmo distante se fez presente pela espiritualidade de energia transmitida.

Ao Rubson, esposo, companheiro e amigo, pelo seu incentivo e participação e que me apresentou o caminho da ciência.

Aos meus filhos, Rafael Augusto e Rodrigo Otávio, que pelo seu amor e carinho me confortaram nos momentos difíceis, e souberam suportar as ausências.

A UFSC, que pela sua missão me oportunizou a reflexão e construção do saber científico, ampliando e aprofundando a formação enquanto ser humano na perspectiva de uma sociedade mais justa na defesa da qualidade de vida.

Aos mestres com os quais convivi e com os quais aprendi. Em especial a professora Sandra, com quem compreendi o verdadeiro sentido da palavra processo

e a professora Zuleica, por me mostrar o significado da construção da ciência com sapiência.

A Epagri, pela oportunidade e confiança de aprofundar minha qualificação pessoal e profissional, e aos amigos Epagrianos pelas contribuições e trocas.

A amiga Bernadete, com quem aprendi a construir o valor do conhecimento enquanto ser humano pessoal e profissional, e que compartilhou cada passo de minha construção e realização deste estudo.

A toda comunidade alfredense, pela acolhida e oportunidade de aprender a construir o conhecimento a partir dos significados presentes na realidade cotidiana do município.

Aos colegas de grupo do NEA sem, contudo nomeá-los, com os quais aprendi a respeitar as diferentes individualidades e momentos da construção interdisciplinar e por todas as contribuições recebidas.

As instituições financiadoras, FINEP e CNPq, pela viabilização financeira na realização deste estudo.

BIOGRAFIA DA AUTORA

IVANETE MASSON, filha de Constante Masson e Gessi Minosso Masson, nasceu aos 18 de janeiro de 1960, na cidade de Capinzal, Santa Catarina.

Concluiu o curso de graduação em Pedagogia na Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, em 30 de agosto de 1990.

Em 1981 ingressou, através de concurso público para a vaga de extensionista social, na Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC. A partir de 1991, com a junção das empresas do setor agropecuário catarinense, desempenha na atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri, atividades ligadas ao planejamento e desenvolvimento rural sustentável em bacias hidrográficas, desenvolvimento humano e meio ambiente e saneamento ambiental. Atuou também como instrutora nos cursos de formação em saneamento ambiental. Iniciou o trabalho na região Oeste do estado, com uma pequena passagem na região do Alto Vale do Itajaí (1985).

Entre setembro de 1996 e agosto de 1997, realizou o curso de especialização em Ecologia – Ênfase em Educação ambiental em 1007, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

Em março de 2002, iniciou o mestrado no Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na área de Planejamento de Bacias Hidrográficas.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE APÊNDICES.....	ix
LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE ACRÔNIMOS	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	13
1.1. Contextualizando o problema	13
1.2. A construção da trajetória que guiou ao tipo de estudo	20
1.3. Objetivo Geral	25
1.4. Objetivos Específicos.....	26
1.5. Contribuição e dificuldades do estudo.....	26
1.6. Estrutura e apresentação do estudo.....	26
CAPÍTULO II – CONSTRUINDO O CAMINHO TEÓRICO	28
2.1. O caminho teórico.....	28
2.2. Percepção ambiental e visão de mundo.....	31
2.3. A participação e a informação como possibilidade de ampliação do poder na construção da autonomia.	36
2.4. Integração: o desafio para a construção coletiva	44
2.5. A gestão ambiental no contexto do novo paradigma	52
CAPÍTULO III – CONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	60
3.1. Tipo de estudo	60
3.2. Momentos do estudo.	61
3.3. Métodos e técnicas em pesquisa qualitativa	62
3.3.1. Fase inicial de campo.....	65
3.3.2. Fase intermediária de campo	70
3.3.3. Fase final de campo	77
CAPÍTULO IV – DESCREVENDO O PROCESSO PARTICIPATIVO EM GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER	79
4.1. Situando a área de estudo.....	79
4.1.1. Os aspectos sócio-econômicos, educacionais e políticos	82
4.1.2. Os aspectos ambientais e seus impactos	86
4.1.3. Os aspectos organizacionais.....	87
4.2. Situando o processo participativo.....	90
4.2.1. O ponto de partida.....	90
4.2.2. O desenvolvimento da pesquisa	93
4.2.3. O ponto de chegada	95
4.2.4. A continuidade.....	97
CAPÍTULO V – OS SIGNIFICADOS DOS ATORES SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO EM GESTÃO AMBIENTAL.....	99
5.1. Motivos, necessidades e dificuldades dos atores no processo participativo em gestão ambiental	99
5.1.1. Na visão comunitária	99

5.1.2. Na visão institucional	112
5.1.3. Na visão do grupo inicial	120
5.2. Possibilidades e limites de integração na ação organizada da população para a continuidade do processo participativo em gestão ambiental.	128
5.2.1. Compromissos múltiplos na visão da comunidade	128
5.2.2. Compromissos múltiplos na visão institucional	134
5.2.3. Compromissos múltiplos na visão do grupo inicial.....	140
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
APÊNDICES.....	159
ANEXOS.....	165

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das Fases da Pesquisa, do grupo Inicial e “Trilha”.....	18
Figura 2 - Reunião da Comissão pró-conselho com a participação de pesquisadores.....	67
Figura 3 - Visita de parte do grupo interdisciplinar de pesquisa ao prefeito municipal.....	68
Figura 4 - Participação da autora no mini-curso do SEPEX.....	73
Figura 5 - Foto de uma entrevista utilizando recurso visual.....	74
Figura 6 - Fluxograma de análise do trabalho.....	76
Figura 7 - Mapa do município de Alfredo Wagner - Santa Catarina.....	80
Figura 8 - Vista da área urbana de Alfredo Wagner SC.....	81
Figura 9 - Bacia hidrográfica de Alfredo Wagner.....	82
Figura 10 - Fluxograma: resumo das etapas de campo do grupo inicial por eixo temático.....	94
Figura 11 - Mapa de localização dos participantes do Fórum.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise conceitual sobre integração.....	45
Tabela 2 - Atividades realizadas de acordo com os momentos da pesquisa de campo.....	65
Tabela 3 - Conselhos municipais existentes em Alfredo Wagner.....	88
Tabela 4 - Associações municipais existentes em Alfredo Wagner.....	88
Tabela 5 - Fases da ação metodológica.....	92

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Lista de atores entrevistados na pesquisa de campo utilizando entrevista semi-estruturada.....	159
Apêndice B - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para prefeito.....	160
Apêndice C - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para pesquisadores.....	161
Apêndice D - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para comunidade e instituições.....	162
Apêndice E - Síntese da seqüência de atividades durante a fase de campo envolvendo a CMMA.....	163

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Discussão sobre a Ação Metodológica inserida no “Projeto da Pesquisa”.....	165
--	-----

LISTA DE ACRÔNIMOS

CMMA – Comissão Pró-Conselho Municipal de Meio Ambiente

NEA – Núcleo de Estudos da Água

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental

SEPEX – Semana de Ensino Pesquisa e Extensão

RESUMO

MASSON, Ivanete. **A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – PPGEA/UFSC, Florianópolis –SC, Brasil. 2004. 165p.

Esta pesquisa integra um projeto de experiência participativa de caráter interdisciplinar desenvolvido por alunos e professores do Programa de Pós-Graduação da Engenharia Ambiental – UFSC. A parceria da universidade com a comunidade do município de Alfredo Wagner/ SC buscou, dentro de um enfoque participativo, estratégias para a construção da gestão ambiental local. O presente estudo teve como objetivo conhecer a percepção dos atores sobre o processo participativo em gestão ambiental no município de Alfredo Wagner. Através do enfoque qualitativo de pesquisa, buscou-se descrever o processo participativo, identificando as possibilidades e limites para a continuidade na visão comunitária, institucional e acadêmica. As possibilidades centram-se basicamente na necessidade de potencializar e qualificar a participação da população, enquanto que as dificuldades de integração e o clientelismo apresentam-se como desafios para a implementação da gestão ambiental.

Palavras-chave: percepção, participação, integração, ação organizada, gestão ambiental.

ABSTRACT

MASSON, Ivanete. **A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – PPGEA/UFSC, Florianópolis –SC, Brasil. 2004. 165p.

This research integrates an interdisciplinary participative experience project developed by students and professors of the Post-graduation program in Environmental Engineering of Federal University of Santa Catarina. The partnership between the university and community of Alfredo Wagner/SC, investigated, using a participative approach, strategies for the construction of the local Environmental Management. This study aimed at knowing the actors' perceptions regarding the participative process in Environmental Management in Alfredo Wagner. Through a qualitative research approach, the participative process was described, identifying the possibilities and the limitations to continue the project regarding community, academic and institutional points of view. The possibilities are basically focused on the need of potencializing and qualifying the participation of the population, while the integration difficulties and the paternalism are pictured as challenges to the implementation of the Environmental Management.

Key-words: perception, participation, integration, organized action, environmental management.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Contextualizando o problema

Nas últimas décadas, a comunidade científica tem alertado sobre as terríveis conseqüências do uso indiscriminado dos recursos naturais do nosso planeta. Cientistas alertam que dispomos apenas de 30 a 40 anos para refrear esse processo que ameaça o próprio futuro da humanidade.

No início dos tempos vivíamos, perfeitamente integrados, porém, quando aprendemos a cultivar a terra e a desenvolver novas habilidades, essa relação foi sofrendo rupturas, iniciando-se à chamada autonomia de ser humano sobre os elementos da natureza, e, durante muito tempo, tivemos a ilusão de que a natureza, com seu formidável poder depurador e de renovação de seus elementos, fosse capaz de neutralizar as agressões feitas pelo ser humano. Por outro lado, acreditávamos que a ciência pudesse dar respostas aos problemas ambientais que foram sendo gerados.

Sobre este aspecto, Leff (2002) esclarece que com o resultado dos conceitos preconizados pela revolução industrial e pela ciência moderna “esse processo deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartimentalização da realidade, com o propósito de gerar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica de produção”.

Dessa forma, a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade. (Leff, 2002:60).

Estes aspectos nos mostram a crescente evolução dos problemas da degradação, em que o ser humano se debate com um dilema pouco percebido até então em toda a sua plenitude. Como continuar vivendo com o atual ritmo de consumo dos elementos da natureza?

A questão ambiental não pode ser encarada como um problema de responsabilidade apenas de um segmento, ou uma área de conhecimento. A

questão ambiental transcende a ciência, a economia, a tecnologia, a política, e está relacionada à vida diária, aos valores morais e ao próprio futuro das demais gerações. É antes tudo, uma atitude que envolve compromissos múltiplos de toda a sociedade, isto é, sugere a ação de se responsabilizar pelo que é comum.

Os caminhos a serem percorridos na preservação dos ecossistemas, possibilitando a continuidade da vida para as presentes e futuras gerações, certamente não serão trilhados sob uma única dimensão. Há que se ter em mente que a complexidade imbricada nos problemas contemporâneos requer um esforço que vai além de uma disciplina, um olhar, um saber, uma lógica para a construção de um novo estilo de desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade de um determinado lugar.

A esse respeito, Zainko (2002) enfatiza a necessidade de se ter uma visão ampliada de ambiente, abrangendo as dimensões de sustentabilidade ambiental que valorize a biodiversidade, a sustentabilidade econômica capaz de assegurar oportunidades de geração de renda, a sustentabilidade social que tenha compromisso com a elevação das oportunidades, a sustentabilidade cultural que preserve o legado cultural das gerações, a sustentabilidade política possibilitando o crescimento da participação e a *dimensão afetiva, que possibilita a ética na construção de um novo estilo de vida.* (grifos nossos).

Sachs (2002) complementa as dimensões anteriormente citadas, considerando que qualquer plano de desenvolvimento deve também prever a dimensão espacial, mantendo o equilíbrio de ocupação dos espaços produtivos, cessando a destruição dos ecossistemas fragilizados e criando reservas de preservação da biodiversidade. O autor também relaciona a dimensão ecológica na perspectiva do incentivo à produção de tecnologias, baixa produção de resíduos considerando, neste contexto, a definição de regras combinando instrumentos econômicos, administrativos e jurídicos de proteção ao meio ambiente.

Segundo Santos apud Zainko (2002)

a compreensão dos fenômenos ambientais globais só acontece quando percebemos e investigamos como funciona nosso próprio entorno, que perturbações sofre, quais são seus limites e necessidades. Essa

sensibilização é necessária para que cada um reconheça que tem um importante papel no processo de melhoria das condições ambientais e venha comprometer-se com suas possíveis soluções (Zaiko, 2002:8).

Diante do exposto, Hidalgo (1999) nos diz que o ambiente é definido pelas relações existentes entre comportamento dos elementos da natureza (física e biológica), com o homem (como núcleo familiar) e sociedade (estrutura política, social e econômica). Assim sendo, ambiente é um sistema integrado por um conjunto dinâmico de elementos naturais e sociais em um tempo e espaço determinado e como tal não pode ser estudado como evento isolado. Estas relações que se estabelecem no ambiente caracterizam o pensamento sistêmico descrito por Capra (1996),

Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. Suas propriedades essenciais, ou “sistêmicas”, são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. Elas surgem das relações de organização das partes – isto é, de uma configuração de relações ordenadas que é característica dessa determinada classe de organismos ou sistemas. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em elementos isolados. (Capra, 1996:46).

Atualmente, novos modelos de gestão vêm sendo discutidos nos estudos e nas análises do contexto ambiental, que de acordo com Seibt (2002) surgem como forma de reintegrar e produzir conceitos e conhecimentos que ampliem a capacidade de gerar processos produtivos, eficientes, integrados ao equilíbrio ecossistêmico. Tais modelos também mostram que há necessidade de promover o entendimento das questões sociais e culturais, potencializando para a construção de elementos que possibilitem a integração e sustentação dos indivíduos no contexto.

O ambiente é, portanto, o resultado de nossas relações, sociais, ambientais culturais, políticas e afetivas.

Por sua vez Holliday (1996) coloca que o novo cenário sinalizado pelo final do século XX nos remete a novas perguntas e desafios inéditos. É um momento histórico privilegiado para a criação, mas as respostas às novas perguntas, de acordo com o autor, não vão surgir de nenhum outro lugar senão da experiência acumulada.

As experiências inovadoras nos processos sociais são ricas e carregadas de elementos inéditos, irrepetíveis e particulares, que compõem a prática social e histórica em um determinado tempo e lugar. Por outro lado, na prática, ainda não se dá prioridade às iniciativas para sistematizar as experiências que se realizam no cotidiano, e, a partir delas reorientar a ação. No entanto, aprender com as experiências contribui de forma decisiva para recriar as práticas dos movimentos sociais, e renova, substancialmente, a produção teórica das ciências sociais.

A crescente discussão sobre novos paradigmas de sustentabilidade requer um envolvimento ampliado da sociedade. Tal atitude demanda um esforço de todos os segmentos sociais na percepção e busca de soluções criativas e qualificadoras das pessoas para um novo estilo de desenvolvimento.

Sobre esta perspectiva, o cenário do Estado de Santa Catarina ocupa uma invejável posição em âmbito nacional no que se refere à produção agropecuária e industrial, apresentando uma participação crescente no setor serviços, particularmente na exploração do turismo e no desenvolvimento tecnológico. Dada a sua característica de formação étnica, diversidade natural com uma estrutura fundiária, em que predomina a pequena propriedade familiar rural, foi ao longo dos anos forjando um modelo próprio de exploração sócio-econômica de seu território. Apesar do relativo bom desempenho sócio-econômico, Santa Catarina deixa muito a desejar no que diz respeito à preservação e recuperação de seus recursos naturais, bem como, no que se refere ao nível de consciência ecológica da sociedade como um todo. As ações voltadas, principalmente, à preservação do solo e da água são ainda, tímidas e insuficientes frente à intensidade e à velocidade da degradação. Há que se destacar, no entanto, as ações que vêm sendo desenvolvidas no campo conservacionista, tais como o Projeto de “Conservação e Manejo de Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas” e o trabalho de gerenciamento de bacias hidrográficas em atendimento à Lei 9.433/97.

Considerando o exposto, e, reconhecendo a importância de conhecermos as múltiplas relações que se estabelecem na dinâmica de um processo participativo, por meio deste estudo descreveremos a experiência desenvolvida no município de Alfredo Wagner, do Estado de Santa Catarina. O ponto de partida da experiência, de característica participativa, está ligado ao projeto de pesquisa denominado “Controle

de Enchentes e Gestão Ambiental Participativa”. O projeto de pesquisa teve início em 2001 no município de Alfredo Wagner, através do grupo de pesquisa interdisciplinar do Núcleo de Estudos da Água, (NEA) do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A proposta do trabalho de pesquisa do NEA teve por finalidade contribuir na construção de estratégias coletivas para a implementação da gestão ambiental local, como forma de enfrentar a degradação ambiental naquele município.

A proposta de gestão ambiental participativa teve sua primeira síntese exposta no “I Fórum Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente”, realizado no município em agosto de 2002. Destacam-se como produtos do movimento iniciado, a produção de um documento com as propostas da ação coletiva e a constituição da Comissão Pró-Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente como produto efetivo da organização social. A criação da Comissão teve como objetivo gerar um espaço de discussão e as condições locais para a criação do conselho municipal de meio ambiente. A realização do evento marcou uma etapa da pesquisa sinalizando a necessidade de implementar a proposta de gestão a partir da iniciativa de integração e organização local. A possibilidade de continuidade do processo com a presença da UFSC veio com a aprovação do Projeto FINEP¹, denominado “Projeto Trilha”². O referido projeto facilitou a inclusão de novos alunos ligados ao NEA, contemplando uma grande parte das demandas oriundas do Fórum e realização de diferentes estudos, dissertações e teses. Portanto, o presente estudo insere-se no contexto de um projeto de pesquisa mais amplo.

A seguir, apresentamos uma síntese das etapas de pesquisa, as quais são caracterizadas pelo grupo “inicial” que desencadeou a proposta no município e o “Grupo Trilha” (Figura 1), que teve sua inserção a partir do Fórum. Estas duas denominações serão utilizadas ao longo deste trabalho ao nos referirmos sobre os diferentes grupos de ação municipal ligados ao NEA/UFSC.

Cabe estacar que o projeto do grupo inicial teve como instituição financiadora o CNPq e o grupo “Trilha” contou com o apoio financeiro da FINEP.

¹ FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

² Trilha - Planejamento Participativo de Recursos Hídricos na Região das Nascentes do Rio Itajaí do Sul.

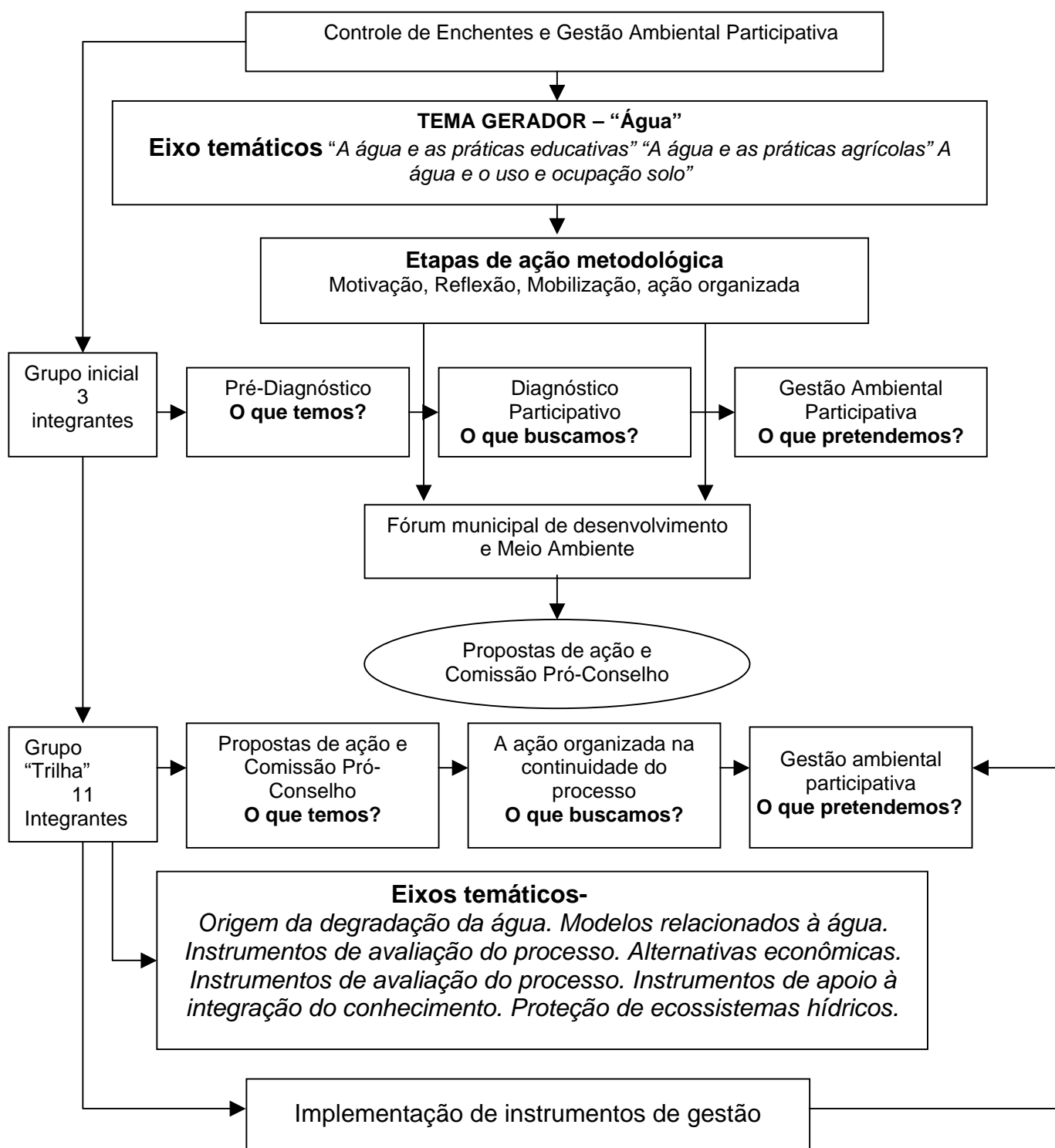


Figura 1 - Fluxograma das Fases da Pesquisa, do grupo Inicial e “Trilha”.

O município de Alfredo Wagner localiza-se na região de transição entre o litoral e o planalto catarinense, aproximadamente a 130 km de Florianópolis, capital do Estado. Faz parte da cabeceira da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí-Açú, em um dos pontos mais altos da Serra Geral. Apresenta um relevo fortemente acidentado,

com vales profundos e estreitos. O município destaca-se pela rede hidrográfica privilegiada representada por cachoeiras, córregos e fontes de água abundantes. Suas características de relevo, fortemente ondulado na grande maioria de sua área agrícola com a alta suscetibilidade erosiva, e uma rede de drenagem muito densa, aliada às práticas inadequadas de manejo de solo, contribuem para provocar sérios problemas no uso e conservação dos recursos naturais. Associam-se a este fato, os problemas de contaminação das águas, principalmente pela intensa utilização de agrotóxicos ligada à monocultura da cebola, base da economia local.

Conforme dados da pesquisa feita por Souto (2003), 83% do solo em topos de morro no município de Alfredo Wagner estão descobertos. Embora as recomendações da pesquisa e dos órgãos de assistência técnica indiquem a restrição e não recomendação de uso de solo com elevada declividade, a ocupação das encostas para cultivos agrícolas ainda é muito comum nestes espaços.

Inserir-se, ainda, neste contexto, a organização da sociedade civil do município de Alfredo Wagner que se apresenta sob diferentes formas de agrupamento e objetivos. As formas variam desde pequenos grupos, associações de agricultores para produção, compra e venda de produtos agrícolas aos inúmeros conselhos municipais que tradicionalmente funcionam apenas como formalidades da legislação municipal. Percebemos que as iniciativas com vistas a implementar ações de interesse coletivo com o processo participativo são dispersas e enfraquecidas no seu poder de iniciativa local.

O quadro de fragilidade ambiental, apontado pelo processo participativo iniciado em 2002, demanda integração de ações objetivando dar continuidade conforme às reflexões construídas coletivamente, dentro de uma nova visão e gestão de seus recursos naturais.

Foi objetivo desta dissertação buscar na dinâmica da experiência de pesquisa participativa conhecer as dimensões assumidas pelo processo iniciado as percepções dos atores envolvidos na implementação de um plano de gestão ambiental participativo.

O conhecimento da experiência possibilitou construir um novo olhar a partir da prática concreta, e, como a experiência envolve diversos atores, esta

pesquisa buscou elucidar o significado que o processo adquire principalmente para os que dela participaram. Os significados, na reflexão de Trivinos (1987), são a preocupação essencial na abordagem qualitativa e surgem da percepção e interpretação do fenômeno num contexto, sendo dependentes essencialmente dos pressupostos culturais próprios do meio que os atores estão inseridos.

Neste sentido, este estudo construiu elementos de teorização da prática realizada como processo e evidencia elementos de (re)orientação para a continuidade de intervenções pela pesquisa e a reflexão da prática organizacional local, visando à implementação do plano de gestão ambiental participativa.

1.2. A construção da trajetória que guiou ao tipo de estudo

Neste item me permito utilizar a forma de tratamento na primeira pessoa e, ao fazê-lo, expresso o sentimento pessoal com o qual me aproximo dos que comigo compartilham deste olhar. O olhar que apresento neste estudo representa um pouco de minha trajetória na tentativa de compreender o processo de construção de nossas relações enquanto ser humano, relacionado à questão ambiental.

Entendo que o processo de aprendizagem guia-se também por meio de perturbações externas, através da reflexão que fazemos sobre o que vemos. Na definição da trajetória de vida, nos distinguimos como seres únicos, com possibilidades e limites de nos reconhecemos como parte do meio em que vivemos. Por outro lado, ao mesmo tempo em que compartilhamos a aprendizagem com o outro e com o meio, identificamo-nos como um ser de infinitas capacidades de sonhar. Mas qual é o nosso sonho? Que visão de futuro ocupa as mentes e o imaginário coletivo através das escolas, de nossas instituições, de nossas comunidades rurais e urbanas, dos meios de comunicação?

Que possibilidades de criar valores todos esses meios possuem? Que cuidado desenvolvemos com a natureza? Que novas tecnologias podemos utilizar para que não se negue a poesia e a capacidade de sonhar com um mundo melhor?

A resposta a estas preocupações pode apontar para um novo padrão civilizatório. Face à crise que atinge os fundamentos da civilização atual indaga-se: Que atores sociais podem propor um novo sonho histórico capazes de desenhar um novo horizonte de esperança? Quem são os sujeitos que irão gestar a nova civilização?

Eles se encontram em todas as culturas, estratos sociais e em toda a parte. Mas, segundo Boff (2001), são aqueles que ensaiam comportamentos alternativos, certos níveis de consciência, certos valores, certas práticas em seu modo de ser, pensar e agir. Cada um de nós traz consigo uma bagagem de conhecimentos, significados e valores, e que, se organizados e compartilhados ao redor de experiências, podem gerar infinitas possibilidades de mudanças.

Por certo as nossas escolhas para aprofundamento de nossas buscas têm sua origem no momento em que percebemos a necessidade de mudança de atitude em relação às questões que nos causam perturbações. Esta reflexão nos remete a uma nova visão de mundo, exige de nós um olhar mais apurado de compreensão da realidade, que atenda as nossas inquietações.

Patrício (1999) corrobora em nos dizer que,

o que escrevemos é resultado de uma síntese originada na conduta de interações pessoais e convívio multicultural de saberes que se aperfeiçoam através de constantes movimentos de ir e vir com o coletivo. (Patrício, 1999:19).

Motivada pelas inquietações que me acompanham ao longo do tempo como ser humano, demandadas pela necessidade interior de questionamento do modelo de desenvolvimento que nos deixou entre outros agravos a dívida ecológica, fui percebendo a necessidade de (re) construir a minha forma de ver e agir diante da realidade ambiental. A minha trajetória de busca pessoal e profissional começou a ganhar expressão no final da década de 80 e início dos anos 90, no momento em que o olhar sobre o cotidiano profissional exigia uma atitude de transcendência da visão simplesmente técnica e fragmentada do ambiente.

A necessidade de trabalhar o saneamento rural na perspectiva integradora foi marcada pela reflexão coletiva das profissionais da Epagri (Empresa

de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.), instituição na qual trabalho desde 1981. O processo trabalhado na empresa empenhado e orientado, predominantemente, a motivar famílias na perspectiva da tecnologia revelava-se simplesmente insuficiente, dada a necessidade de discutir as condições de saneamento junto a estas famílias rurais.

A racionalidade da informação utilizada como justificativa para inserção das famílias para compreender a necessidade de proteger a água, por exemplo, já não bastava. A idéia de que a mudança de atitude em relação ao saneamento estava relacionada ao domínio de uma técnica ou obra de saneamento, já era discutível pelas técnicas dentre o corpo de profissionais da empresa na época.

Aos poucos passei a considerar cada vez mais a família rural como protagonista e interlocutora do ambiente onde vive. Essa percepção me levou a incluir nas discussões de saneamento as questões sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, ideológicas e espirituais com os fatores ecológicos locais, exigindo aprofundamento de estudos que possibilitassem conhecer esse movimento que impulsiona a transformação.

A partir de 1986, a Epagri, juntamente com o Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, através das técnicas da empresa e professores(as), desenhou um novo olhar para as práticas de saneamento até então desenvolvidas. Por meio desta parceira deu-se início a uma etapa de construção de conhecimentos em que o uso de uma tecnologia de saneamento não pode estar dissociada do contexto ambiental, e sim, incorporado às dimensões da sustentabilidade. Com este olhar, participei junto às demais técnicas da empresa na montagem de cursos e unidades de saneamento localizados em quatro regiões do Estado. O conteúdo didático, apresentado por Boos et al. (1996), representa a construção coletiva das técnicas compreendendo os temas relação de ser humano e ambiente, água, dejetos humanos e resíduos sólidos domésticos estabelecendo conexões entre o cotidiano saúde, estética e ética do ambiente.

A partir desse enfoque, as atividades de saneamento realizadas junto às famílias rurais passaram a incorporar uma visão ampliada de ambiente, orientando a

busca e o aprofundamento teórico, político e científico por parte das técnicas da empresa. A visão contemplada pelo olhar integrado e interdisciplinar potencializou a busca de novas parcerias, com visão mais qualitativa da realidade tanto em nível interno à empresa como externo. Ora fazendo parte de uma empresa de pesquisa, este estudo enfatizou a importância da pesquisa participante na transformação da realidade.

Através desta pesquisa busco responder algumas das indagações feitas ao longo da minha vida pessoal e profissional, compreendendo os efeitos de nossas inserções junto às pessoas na área ambiental. Embora o exercício profissional me leve a considerar evidências teóricas empíricas sobre a participação das famílias rurais nas ações voltadas a questão ambiental, as experiências participativas que realizo no campo profissional carecem de um caráter sistematizador como forma de reorientar a produção de conhecimentos adquiridos com essas mesmas práticas.

Isto posto, procurei fazer uma reflexão teórica sobre o objeto de estudo e do ato de observar relacionado com a minha episteme, nesta pesquisa. Ao observar o objeto de estudo, defrontei-me com um duplo desejo: por um lado a necessidade de conhecê-lo e por outro, o desejo de transformá-lo. Mas de onde vem essa vontade de transformação? A partir de que referencial acredito que o desejo de mudança é o melhor que se tem a fazer?

Na opinião de Fourez (1995) a visão espontânea que ocorre no ato de observar a realidade diz respeito às coisas tais como são. Para o autor ao observar algo é preciso sempre descrevê-lo e ao descrevê-lo incorporo as noções que possuía anteriormente; neste caso, se pode dizer que há sempre um conceito teórico implícito.

De acordo com a definição de Fourez (1995:40), “uma observação é uma interpretação: é integrar uma visão na representação teórica que fazemos da realidade”. Isto quer dizer que à medida que eu observo, construo a minha idéia sobre o objeto observado.

Arnkoff, citado por Fourez (1995) destaca que

(...) as teorias construtivistas das cognições contrapõem-se àqueles que consideram que o conhecimento do mundo externo vem diretamente, de

maneira imediata. O ponto de vista é construtivo na medida em que a significação de um acontecimento ou configuração das entradas de dados é construída pelo indivíduo. (Fourez, 1995:41).

Silva (1998:116) esclarece que “a episteme do observador é um conjunto de premissas teóricas segundo as quais o pesquisador pensa a realidade dos fenômenos que está observando”. Junta-se a essa forma de cognição a função biológica e o processo pedagógico. Ainda, nessa mesma linha de considerações, o autor citado revela que “ao olhar a realidade devemos fazê-la explicitando com que olhos queremos vê-la”. Essa construção de aprendizagem é feita da relação entre o observador e o observado a partir do domínio de experiência do observador e do domínio da reflexão teórica sobre o observado.

O domínio de experiência para construção desta pesquisa, de acordo com o problema de estudo, mostra a necessidade de inclusão das pessoas na percepção da insustentabilidade presente em sua realidade e a necessidade de construção da sustentabilidade a partir da valorização de experiências práticas. Mostra também, a minha inquietação como profissional, entendendo que a racionalidade da informação somente “técnica”, não serve como justificativa motivacional para inserção das pessoas na mudança de atitudes com relação às questões ambientais. A reflexão teórica realizada nos capítulos I e II me ajudou a encontrar elementos de referência, possibilitando compreender as inquietações no meu domínio de experiências.

A síntese, neste estudo, não representa uma visão absoluta da realidade; mas, uma nova forma de ver, a partir do que consegui investigar. Essa visão possibilitou olhar o objeto observado de forma crítica. Porém, nenhum método poderá encerrar uma verdade absoluta, haverá sempre um novo olhar, um novo conhecimento produzido, e assim, sucessivamente. O olhar sobre a construção dessa experiência de Alfredo Wagner não se encerra em si mesmo, haverá sempre um novo olhar e uma nova reflexão, um novo movimento. Esse movimento de processo é um constante observar e reconstruir.

Para Freire (2002) é preciso ter sempre em mente que,

o homem como um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do ser mais e como tal faz parte de uma realidade histórica que por sua vez é também inacabada e mutante. É na

inconclusão dos homens e na consciência que dela se têm, que a educação é um que fazer permanente.(Freire, 2002: 72).

O elo de ligação do campo profissional para o desenvolvimento deste estudo encontra-se na experiência da pesquisa interdisciplinar que está sendo desenvolvida em Alfredo Wagner. Através desta experiência prática, busquei conhecer os elementos de apoio teórico-metodológico utilizados na construção do processo participativo em gestão ambiental, respondendo a seguinte pergunta de pesquisa:

Quais os significados expressos pelos atores sociais sobre o processo participativo em gestão ambiental desenvolvido pelo Grupo do PPGEA/NEA, no município de Alfredo Wagner?

Para melhor compreender o significado dos termos *processo* e *participativo*, considere pertinente, neste estudo, contextualizá-los, dando-lhes uma caracterização. Neste sentido, construí a minha idéia dos termos com os quais trabalharei ao longo do texto.

Como *processo* entendo a sucessão de relações que se estabelecem ao redor de uma série de fenômenos contínuos. Este movimento tem um ponto de partida, mas não necessariamente um fim, pois o *processo* é um constante recriar.

O *participativo* sugere um sentimento de pertencimento, de autoria. Então, o “processo participativo” nos dá idéia de um movimento contínuo de construção de relações sobre um fenômeno.

1.3. Objetivo Geral

Para dar conta de responder à pergunta da pesquisa, o presente estudo tem como objetivo geral:

- Conhecer o significado expresso pelos atores sobre processo participativo em gestão ambiental, desenvolvido pelo grupo interdisciplinar do PPGEA/NEA, no município de Alfredo Wagner.

1.4. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos expressam a seguinte preocupação:

- Descrever o processo participativo desenvolvido no município de Alfredo Wagner no período de maio de 2001 a setembro de 2003 como forma de conhecer os elementos metodológicos utilizados no processo;
- Identificar os significados expressos pelos atores sociais sobre os motivos, dificuldades, necessidades, possibilidades e limites da ação organizada da população na continuidade do processo participativo em gestão ambiental.

1.5. Contribuição e dificuldades do estudo

Como propósito acadêmico, as informações produzidas a partir deste estudo poderão possibilitar uma compreensão mais profunda das experiências que se realizam por meio de processos participativos. Os elementos de compreensão produzidos a partir desta reflexão poderão servir para construção teórica, compartilhando com outras práticas semelhantes, os ensinamentos surgidos com a experiência vivida.

Como propósito de contribuição para a sociedade, buscamos conhecer e disponibilizar os elementos que possam contribuir na reflexão, avanço e/ou reorientação do processo iniciado, através da ação organizada da população.

1.6. Estrutura e apresentação do estudo

No capítulo II apresento o caminho teórico sob o ponto de vista de vários autores que tratam do assunto. Para dar conta da complexidade que se apresenta na realidade estudada abordo os diferentes conceitos de percepção ambiental, participação e informação, integração comunitária, gestão ambiental e desenvolvimento local. São também apresentados alguns conceitos de interdisciplinaridade e cultura política.

No capítulo III discorro sobre a trajetória da pesquisa, seus fundamentos teóricos e práticos relativos aos métodos qualitativos considerando as técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa.

O capítulo IV apresenta a área de estudo, os significados expressos pelos atores entrevistados, bem como uma breve descrição situando o trabalho acadêmico produzido pelo grupo inicial como forma de conhecer o histórico da pesquisa no qual este estudo está inserido.

O capítulo V expressa as repercussões dos atores sobre o processo participativo em gestão ambiental e as possibilidades e limites de ação organizada e compromissos múltiplos na continuidade do processo.

No sexto capítulo aponto as reflexões e considerações finais com sugestões para aprofundamento deste estudo, seguidas das referências bibliográficas.

CAPÍTULO II – CONSTRUINDO O CAMINHO TEÓRICO

*Isto sabemos.
Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma
família...
Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os
filhos e filhas da Terra.
O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um
fio.
Tudo o que faz à teia, ela faz a si mesmo.*

(TED PERRY, inspirado no Chefe Seattle)

Considerando os objetivos da presente dissertação neste capítulo buscamos elencar alguns conceitos teóricos que possam contribuir na compreensão da complexidade de relações que se estabelecem no processo de construção da gestão ambiental participativa. O esforço acadêmico, por meio desta pesquisa, combinou elementos teóricos como a percepção, a participação, a integração, a cultura política, o desenvolvimento local e a interdisciplinaridade como elementos importantes em um processo de construção da gestão ambiental.

2.1. O caminho teórico

A questão ambiental está cada vez mais presente, avolumando os impactos no cotidiano da população tanto rural quanto urbana e se apresenta como desafio à preservação da qualidade de vida. A crise ambiental global se converte num processo social na medida em que os impactos de agressões ao meio ambiente repercutem de forma interdependente em escala planetária.

A ecologia tradicional³ revelada nos modelos de desenvolvimento mecanicistas colaborou na construção de nossa realidade atual, em que os fatores econômico e tecnológico influenciaram significativamente não somente na relação do ser humano com a natureza, como na postura de envolvimento e participação da sociedade. Os reflexos desta visão de desenvolvimento terminam por fixar as fortes

³ Entendendo como “ecologia tradicional”, aspectos puramente físicos e biológicos do meio ambiente. Não inclui o ser humano como um modificador da biosfera.

influências onde temos, por um lado, o ator social que não foi colocado como sujeito do processo, mas um repetidor de procedimentos e por outro, a ação humana percebida como uma externalidade.

Diante destas colocações, questiona-se como tem sido nossa história de vida junto às pessoas ao longo do nosso cotidiano pessoal, profissional, institucional e acadêmico. Considerando o ambiente como resultado de nossas relações, tem-se uma idéia de que tipo de relações construiu-se ao longo do tempo, basta olharmos para o ambiente. Porém, a consciência ambiental não parece estar, ainda, suficientemente aberta a esta percepção, dificultando um olhar holístico buscando compromissos múltiplos de atuação coletiva, seja na esfera da sociedade civil ou pública.

A visão tecnicista, antropocêntrica, mecanicista ainda está muito presente nas posturas dos agentes, políticos, técnicos e científicos que acabam por reproduzir esse entendimento junto à prática do cotidiano. A visão de mundo revela diferentes condutas de participação e integração que variam desde a mais ativa a menos proativa, indicando possibilidades e limites para a construção coletiva. A postura de dependência e desresponsabilização da sociedade decorre, principalmente, da falta de consciência gerada, sobretudo, pela carência de exercício comunitário de percepção e reflexão coletiva da realidade.

A evolução da problemática ambiental atual exige novos instrumentos metodológicos e científicos de leitura da realidade, rompendo velhos paradigmas desafiando as visões convencionais de produção de conhecimento. Os paradigmas emergentes supõem um ser humano perceptivo e proativo, e requerem uma expansão, não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas propõem uma nova cultura de envolvimento do cidadão, em que a motivação e a co-participação da gestão ambiental passam a ser formas de exercício da cidadania.

O caminho a ser trilhado na busca da sustentabilidade exige esforços individuais, coletivos, criativos e comprometidos de toda a sociedade. A articulação do novo pensamento sugere uma percepção construtivista e compartilhada de responsabilidade envolvendo a visão comunitária, institucional, política e acadêmica.

Compreender as múltiplas relações no contexto atual é um desafio para a ciência que, direta ou indiretamente, por muito tempo, trabalhou e trabalha na visão linear dificultando uma visão holística do ambiente. A complexidade ambiental exige, também, uma aproximação entre os saberes antagônicos impulsionando o empreendimento da participação e métodos interdisciplinares para dar conta dos sistemas sócio-ambientais complexos. A busca de formas de organização que permita o trabalho interdisciplinar surge atualmente, sem dúvida, como uma condição, tanto para resolver problemas existentes, quanto para implementar ações e planos de interesse comum. Desta forma, o enfrentamento das questões ambientais passa pela superação dos obstáculos da interdisciplinaridade, e é, antes de tudo, uma atitude de abertura que supõe uma busca de afins, na diferença da individualidade do outro para a construção da sustentabilidade.

A crescente preocupação na busca de formas alternativas de envolvimento e participação da sociedade nos processos de transformação da realidade empreendem esforços para a orientação de um novo estilo de desenvolvimento e a produção qualitativa de conhecimento científico. Este novo estilo deve ter como princípio geral o estímulo à participação interativa, em que as pessoas possam participar de forma cooperativa interagindo, construindo e analisando de forma conjunta para dar origem às novas organizações e sistemas de aprendizados envolvendo múltiplas perspectivas. Os novos paradigmas, ou paradigmas emergentes, estão vindo para confirmar a necessidade da cooperação, ainda que em propostas sujeitas a diferentes concepções, definições e contradições.

Compreender essas relações é um desafio para que se possa avançar no cotidiano pessoal, profissional, institucional e acadêmico construindo elementos de aprendizagens a partir de práticas sociais concretas. Ainda que para se conseguir esse avanço leve-se algum tempo. As experiências produzidas a partir deste ensaio e apresentação poderão servir para orientar as práticas futuras. Isso é possível na medida em que se busca compreender os significados que se expressam nos sentimentos deste ser humano com o qual convivemos.

Discutir o ser humano em suas múltiplas dimensões, como um ser complexo exige um esforço de compreensão que vai além da tecnologia, envolvendo as ciências sociais e humanas, construídas sob um enfoque qualitativo de pesquisa.

2.2. Percepção ambiental e visão de mundo

Os diferentes conceitos que caracterizam a percepção ambiental adotados neste estudo buscam dar aporte teórico na compreensão das posturas dos atores sociais do município como também do grupo inicial, suas percepções sobre a realidade ambiental e possibilidades de mudança. Abordaremos a percepção ambiental buscando compreender os elementos presentes no cotidiano e que contribuem na construção e transformação da realidade ambiental.

Partindo do pressuposto de que o ser humano é quem percebe e vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores, e estabelece relações.

Para Oliveira (1999) a visão de mundo de cada um nunca pode ser objetiva, compondo-se de um conjunto de realidades subjetivas, significados, sistemas de valores e interpretações que dependem de diferentes de fatores, sociais, *culturais* e *políticos* ou inerentes ao próprio indivíduo (itálico nosso).

O estudo da percepção, que parece proporcionar acesso direto ao ambiente, deixa clara a existência da complexidade que existe por trás das impressões dos fenômenos observados. Essa abordagem considerada pela autora aponta que o estudo dos processos mentais relativos à percepção é importante, pois permite a compreensão das inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas.

A ampliação da percepção segundo Souza (1987) pode levar a população a apreender uma diversidade de ângulos e justificativas sobre a realidade levando-a a formular um novo pensar sobre a mesma.

É a partir dos juízos críticos que se representam através da reflexão e confronto com a realidade, que se apreende que a problemática de determinados grupos sociais no fundamental é uma problemática comum e, como tal, supõe ações comuns (SOUZA, 1987:92).

Para Del Rio (1996),

a percepção ambiental como processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos

pelos estímulos externos captados através dos cinco sentidos, onde a visão é o que mais se destaca.

Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem sempre recebe essas sensações passivamente; existindo contribuições ao processo perceptivo como a motivação à decisão e a conduta, valores, expectativas (Del Rio 1996:3).

Castello (1999:23) fala da superação da abordagem ecológica no momento em que a ciência passou a perceber o ser humano como parte da biosfera, ampliou sua compreensão para além dos aspectos físicos e biológicos do ambiente, considerando os aspectos “imponderáveis da mente humana”.

Sobre este aspecto, Di Castri, citado por Castello (1999), faz notar que

a ecologia tradicional percebia a ação do homem como uma “externalidade” ou seja como um modificador dos ecossistemas no mesmo nível que ocorre uma alteração sísmica por exemplo. Essa consideração isentava-o de responsabilidade direta sobre os efeitos de sua ação na biosfera e conseqüentemente, necessidade de considerar os aspectos intangíveis da mente humana, tais como a percepção de seu entorno e a maneira de conceber a qualidade de vida, baseado nos quais o homem toma decisões e altera o ambiente. (Di Castri, apud Castello, 1999:23).

Capra (1996) argumenta, por sua vez, em seu livro “A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos”, que os problemas de nossa época precisam ser vistos exatamente como diferentes facetas de uma única crise, “a crise de percepção”. Para o autor os estudos mostram que os principais problemas não podem ser entendidos isoladamente, e sim, de forma sistêmica, interligados, cujas soluções requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. Essa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade, na reflexão de Capra, ainda está muito tênue entre a maioria dos líderes políticos, administradores e professores de grandes universidades.

De acordo com Ferrara (1999:76), “olhar para fora de si supõe, aprender, sistematicamente causas e conseqüências que criam ou justificam realidades ambientais”. Esta associação não está codificada e, por isso, supõe uma percepção difícil e alerta para a linguagem que está dispersa no cotidiano. Segundo a autora, a “dificuldade desta operação muitas vezes faz com que o indivíduo procure uma saída mais simples à qual já está afeto por hábito e tradição histórica”. O olhar para fora de si também indica uma visão biosférica da vida implicando uma atitude

solidária para com o outro. A autora coloca a necessidade das pessoas perceberem o que está ao seu redor, compreendendo e construindo e *reconstruindo* relações com a prática do seu cotidiano (itálico nosso).

Por seu lado Medina & Santos (1999:26), ao se referirem ao processo de ensino-aprendizagem, chamam atenção para o papel do construtivismo, numa perspectiva pluridisciplinar das ciências e saberes acerca do conhecimento, baseados nos enfoques das psicologias do conhecimento de Piaget⁴ e Vygostki⁵ O construtivismo possibilita incluir os processos de construção crítica da leitura da realidade. A impressão do senso comum é que a percepção consiste na apreensão imediata do que é (mente = tábula rasa), mas a simples análise das diversas percepções pessoais acerca de uma figura nos permite perceber a complexidade dos elementos que interferem na percepção. Como exemplo têm-se as relações “fundo figura” que nos fazem perceber, conforme fixamos o olhar, figuras diferentes em um mesmo desenho. (Medina & Santos, 1999: 28).

Os seres humanos possuem uma hierarquia de valores importantes para o estudo do comportamento porque formam a base para o entendimento de atitudes e motivação e porque influenciam nossas percepções. Sobre este aspecto, é preciso identificar qual a compreensão que as pessoas têm e quais valores atribuem ao ambiente em que vivem a partir de sua motivação e participação para mudança – “que é tarefa de sujeitos, e não de objetos”.

Oliveira (1999) cita Santos para dizer que a cidadania é o exercício da participação da sociedade na realização dos interesses coletivos permitindo que o cidadão supere o limite do privado e a segurança individual, obrigando-o a olhar para fora de si, supondo um aprendizado perceptivo da vida.

Para Paulo Freire (1977) a educação é um ato político e define o conhecimento numa dimensão sócio-político-ideológica, afirmando ser necessária uma postura crítica e transformadora, transcendendo o mero didatismo e a superficialidade. Segundo ele,

⁴ Para Piaget, os próprios objetos do conhecimento são resultados de uma construção evolutiva, da percepção interativa do indivíduo com o meio.

⁵ Vygostsky, considera que a construção de significados e conceitos por parte dos sujeitos da aprendizagem, está ligada às relações entre pensamento e linguagem e, especialmente as mediações sociais e culturais.

conhecer, na dimensão humana, (...) não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (Freire, 1977: 27).

Da mesma forma, Panceri (1997) entende que

a percepção envolve um ator ativo, pertencente a um determinado ambiente, que constrói e reconstrói suas percepções. Na medida em que suas estruturas de sensibilidade e cognitivas vão se transformando, transforma sua forma de olhar, percebendo os espaços com novas imagens e valores adquiridos com a interação com o ambiente a partir de novas lentes de observação. Assim toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir (Panceri, 1997:29).

Para concluir este segmento entendemos que a percepção ambiental é um processo que permite a interação do indivíduo com o meio onde vive. No entanto a percepção é a captação da realidade objetiva que envolve a complexidade da subjetividade humana. A forma de captar a realidade depende dos padrões culturais presentes na realidade cotidiana e modificando os padrões culturais determinados historicamente se modifica a percepção sobre o ambiente. As metodologias construtivistas constituem-se desafios disponibilizando elementos de apoio a percepção crítica da realidade.

A realidade da vida cotidiana

A compreensão do comportamento na vida diária das pessoas é importante para conhecer as influências que contribuem para a construção do saber e à visão

de mundo dos mesmos. A vida cotidiana na visão de Berger & Luckmann (1985) apresenta-se como uma realidade interpretada e subjetivamente dotada de sentido pelos homens.

Na visão dos autores, o mundo da vida cotidiana se origina no pensamento subjetivo e se materializa na ação sendo reconhecido como o real na conduta diária pelos membros da sociedade. Esta realidade é construída valorizando a intersubjetividade, pois, a vida cotidiana supõe um aprendizado coletivo. Todavia, a vida cotidiana considera os elementos apreendidos rotineiramente e outros que emergem pelos quais a rotina é interrompida resultando no aparecimento de um problema. Portanto, alguma coisa se torna problemática toda a vez que as situações não rotineiras interrompem a rotina cotidiana das pessoas, quando estas não a incorporam como cotidianas. Os autores fornecem uma ilustração desta transição da realidade fazendo uma analogia com a atividade lúdica do teatro, marcada pelo levantamento e descida do pano.

Quando o pano se levanta, o espectador é transportado para o outro mundo, com seus próprios significados e uma ordem que pode ter relação, ou não, com a ordem da vida cotidiana. Quando o pano desce, o espectador “retorna à realidade”, isto é, a realidade predominante da vida apresentada no palco aparece agora tênue e efêmera, por mais vivida que tenha sido a representação alguns poucos momentos antes. A experiência estética e religiosa é rica em produzir transições desta espécie, na medida em que a arte e a religião são produtores endêmicos de campo de significação (Berger & Luckmann, 1985: 43).

Para os autores, é importante acentuar que a realidade da vida cotidiana conserva sua situação dominante mesmo quando estes “transes”⁶ aparecem. Contudo, a interação social na vida cotidiana, segundo Berger & Luckmann (1985), ocorre face a face com o outro, é apreendido num presente partilhado. Isto significa dizer que na situação face a face, a subjetividade do outro é acessível mediante o máximo de sintomas permitindo evidenciar o máximo de realidade.

Outro elemento fundamental que participa desta capacidade essencial para compreensão da realidade da vida cotidiana juntamente com outros sistemas de

⁶ No contexto da vida religiosa isto já foi adequadamente chamado para indicar o deslocamento de atenção dentro da vida cotidiana, para um campo finito de significação é de natureza muito mais radical.

sinais é a “linguagem que por meio dela, que participo com meus semelhantes”. Consiste na capacidade de comunicar significados que não são necessariamente expressões diretas da subjetividade do aqui e agora. Para os autores, o indivíduo fala como pensa e o mesmo acontece com o interlocutor onde os objetivos alcançáveis passam a ser tanto mais reais na medida em que se expressa.

Como podemos observar, a interação com os outros na vida cotidiana é constantemente afetada pela participação comum no acervo social disponível do conhecimento. Sendo assim, a vida cotidiana, segundo os autores, é denominada por motivos pragmáticos, em que o conhecimento é receitado, isto é, limitada à competência pragmática em desempenho de rotina, ocupa lugar eminente no acervo social do conhecimento. Neste aspecto, não me interessa saber porquê a realidade se apresenta desta ou daquela maneira, a validade do conhecimento da vida cotidiana é suposta certa por mim e pelos outros até nova ordem, isto é, até surgir um problema que não pode ser resolvido nos termos oferecidos pela regra. Para os autores, isto significa dizer que enquanto o conhecimento funciona e satisfaz é possível suspender qualquer dúvida a respeito dele.

2.3. A participação e a informação como possibilidade de ampliação do poder na construção da autonomia.

Os elementos adiante considerados constituem-se a visão do que se entende por participação num processo de construção individual e coletiva. Para essa compreensão partimos do pressuposto de que a participação é algo inerente ao ser humano e nenhum indivíduo ou sociedade são vazios de participação. O que existe são diferentes formas de manifestar e de externalizar a participação, tanto individual, como coletiva. A participação precisa ser reconhecida e refletida pela sociedade como ação potencializadora de mudança e não somente como simples sociabilidade. Entendemos que a participação é o ato de poder fazer parte e poder transformar realidades.

Na visão de Bordenave (1994:17) a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo dos tempos primitivos até às associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesta linha de

pensamento, o autor acrescenta, ainda, que a participação é uma necessidade básica do homem e como tal, a não participação representa uma mutilação do homem social. A sua potencialidade somente se desenvolverá plenamente numa sociedade que permitirá a sua participação. Ainda, sobre participação como algo inerente e pessoal, Siervi (2000:179) considera que “a participação é qualidade de quem coopera, intermedia, defende ou ataca. É valor individual que está presente, mesmo quando se cala”.

Por outro lado, de acordo com Souza (1987) o ser humano é por si só um ser criador, porém, nasce em um contexto histórico já construído e ao se defrontar com as contradições, toma consciência e assume posições de enfrentamento para os desafios.

Petraglia (1995), conforme as idéias de Morin, considera que o sujeito emerge, ao mesmo tempo em que o mundo, como autor de seu processo organizador, a partir de sua auto-organização, em que a transformação é uma capacidade contínua. A autora acrescenta também, que

o ser humano vive a construção de sua própria identidade, que pressupõe a liberdade e autonomia, para tornar-se sujeito, a partir das dependências que alimenta, necessita ou tolera como por exemplo da família, da escola, da linguagem, da cultura, da sociedade, etc. (Petraglia, 1995:60).

Na visão da mesma autora, o ser humano, como ser complexo pode viver o paradoxo de ser o indivíduo que concentra o misto de autonomia e heteronímia.

No entendimento de Souza (1987),

uma realidade indiscutível é a de que a participação é o processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população. Estimular o avançar desse processo implica ter compreensão clara sobre ele e também sobre a própria realidade social na qual se processa. (Souza, 1987:79).

Ao considerar as diferentes maneiras de participar, Bordenave (1994:27) diz que desde o princípio da humanidade, o ser humano teve uma participação de fato,

tanto enquanto tarefa de subsistência, quanto para as atividades ligadas ao culto religioso, no lazer e na defesa contra o inimigo. O autor cita outra forma de participação não menos básica onde a necessidade de pertencer e de ser reconhecido faz emergir a forma de participação espontânea, aquela que ocorre com a formação de grupos de vizinhos, amigos, de maneira informal descontraída. Contudo, o autor, considera que nas sociedades sempre existiram formas de “participação imposta”, nas quais o indivíduo é obrigado a cumprir ou realizar determinadas atividades, a exemplo de cerimônias, rituais religiosos, formalidades impostas pela civilização. Na “participação voluntária” o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem seus objetivos, organização e estabelecem a maneira de trabalho.

Para Bordenave (1994) o chamado “planejamento participativo” implantado por organismos oficiais que muitas vezes serve para legitimar o exercício de dominação, se enquadra na categoria participação concedida.

Ao analisar a participação comunitária e seu significado político, Teixeira (2002) considera que no Brasil, ainda que raras, algumas experiências têm iniciativas oriundas da sociedade civil e buscam de forma organizada e permanente empreender ações de interlocução com o poder público.

Todavia, Bordenave, citado anteriormente, faz lembrar que nem sempre a participação ocorre como iniciativa dos membros do grupo. Muitas vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que colaboram com outros para que possam atingir seus próprios objetivos, previamente estabelecidos, o que o autor chama de “participação dirigida ou manipulada”. Sobre este aspecto, acrescenta o autor, em alguns casos, torna-se claro que “ao fazê-lo pode haver um honesto desejo de ajudar a iniciar um processo que vai continuar de maneira cada vez mais autônoma”.

Bordenave (1994) considera que embora a intencionalidade da ideologia dominante objetive manter a participação baseada nas relações sociais primárias, isto é, nos níveis de vizinhança, comunidades religiosas, o planejamento participativo possibilita o despertar da consciência crítica na capacidade de tomar decisões e de adquirir poder. Ainda que a participação concedida se faça presente,

o planejamento participativo tem seu lado positivo, pois possibilita um exercício de crescimento para o avanço da participação e não para o crescimento da dependência.

Silva (1998) diz que o participativo é justificado pela era da cidadania em que vivemos. A participação cidadã exige um novo sujeito histórico organizado em uma nova composição de forças que resulta numa estratégia entre setores públicos, privados e sociais para a construção do desenvolvimento sustentável. Esta visão baseia-se em um conceito operativo da sociedade, através da defesa dos interesses coletivos e difusos, garantindo junto ao Ministério Público a titularidade das ações.

Diferentes organizações se empenham depois de séculos de verticalidade e autoritarismo, em promover o planejamento participativo, capaz de gerar projetos relevantes para a população. Nos últimos tempos, vêem-se manifestações em todo o mundo que generalizam o interesse por participar. Diferentes formas de agrupamentos desenham seus estilos para poder se fazer presente nos bairros, movimentos ecológicos, comunidades, países e outros.

A respeito disso, Gandin (2001) considera que entramos no século XXI com a questão do poder distribuído entre as pessoas e nos pequenos grupos e não mais e somente concentrados nas mãos de alguns, quer seja governo, instituições, pessoas. Estamos saindo de uma idéia de que tudo está pronto, determinado pela capacidade de quem detém o poder e a técnica e que a visão de mundo ainda está tão somente na capacidade de esperar modelos prontos. Os novos tempos exigem a cada momento uma necessidade de participar.

Atualmente, a palavra participação deixa de ser apenas uma palavra com limitado significado etimológico, para assumir um importante valor traduzido no cotidiano das pessoas. É cada vez mais freqüente o uso da palavra participação e manifesta-se a cada dia em diferentes campos, lugares e setores o desejo da população em assumir o seu próprio destino.

Conforme Bordenave (1994:8), “a palavra participação vem da palavra parte”. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. O advento da cidadania

trouxe com ela a ampliação dos direitos sociais, da participação política, da participação cidadã.

Segundo Gohn, citado no Diagnóstico Rural Participativo de Balsa Nova (SEAB/PR & FUNPAR, 2002),

o conceito de participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. (Gohn, apud SEAB/PR & FUNPAR, 2002:10).

A partir deste conceito, a participação passa a ter caráter intervencionista contínuo na formulação e implementação das políticas públicas e como tal, as políticas públicas passam a ser responsáveis pela dinamização de canais de participação da sociedade civil. Neste aspecto, o diagnóstico participativo ganha importância como instrumento de mobilização, de participação e, conseqüentemente, de formulação de políticas públicas que respondam aos interesses e necessidades das comunidades.

A esse respeito, Teixeira (2002:32) ao se referir à “participação cidadã” tenta, entretanto, contemplar dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política. Primeiro, o “fazer ou tomar parte”, no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações expressando interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo do “particular”, mas atuando num espaço de heterogeneidade, diversidade. O segundo, o elemento “cidadania”, no sentido “cívico”, enfatizando as dimensões de universalidade, responsabilidade de direitos e responsabilidades e deveres. Essas formas de expressão indicam, no mínimo, duas diferentes formas de participação: a participação ativa e a participação passiva.

Para Cordeoli (2001) quando se fala em processos participativos é necessária uma visão de um conjunto de elementos envolvidos. “Deve ser dinâmico; flexível; respeitando as individualidades sociais e culturais”. Contudo, a questão da participação termina por gerar preocupações pedagógicas que se definem conforme as diferentes percepções e posições são assumidas diante da realidade social.

Por sua vez, Bordenave (1994) ao considerar o caráter imediatista de nossa cultura, coloca que o povo deseja ver resultados imediatos e que a capacidade de aguardar recompensas tardias vem somente com a educação.

O que Souza (1987) define como processo educativo da participação pode ser entendido como

“... o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social. (Souza, 1987: 84).

Nessa linha de considerações Brose (1985) diz que dificilmente um projeto pode ser descrito como tendo obtido sucesso ou fracasso absoluto. Em um projeto de cunho social e que envolve um grande número de pessoas, as chances de sucesso são tanto maiores quanto maior for o número de envolvidos que partilham do consenso sobre os objetivos e participam ativamente das ações do mesmo.

Ao finalizar este item, entendemos que a participação é inerente ao ser humano e que existem diferentes formas de participar que vão desde a forma passiva a ativa. Mesmo que provocada, a participação deve despertar no indivíduo, a idéia de autonomia acompanhada de um processo reflexivo de ultrapassagem do espaço social como mera sociabilidade, construindo aos poucos o exercício da cidadania. Contudo, quando se fala em participação como componente do desenvolvimento de comunidade, deve-se considerar que é um processo educativo e como tal requer uma pedagogia de interferência na realidade considerando as diferentes individualidades. Ao agente externo caberá conhecer as formas de participação expressas na realidade, servindo de interlocutor na reflexão entre o que existe na realidade para mantê-la passiva ou ativa, qualificando-a no sentido de potencializá-la a para transformação. Entendemos que a participação da sociedade civil será tanto mais efetiva quanto mais informada, capacitada e mobilizada estiver.

A participação somente será plena e efetiva enquanto processo se for acompanhada e entendida como ato político pedagógico de transformação da realidade. Implica em construir uma visão crítica sobre os padrões culturais historicamente construídos e que buscam manter o indivíduo na condição de

dependente. Conclui-se que a participação precisa ser apropriada pela sociedade como um instrumento de mudança e como tal, é ao mesmo tempo um processo pedagógico lento, porém contínuo.

A participação e a cultura política

É importante para este estudo considerar a cultura política, buscando sinais que possam identificar o comportamento da sociedade na construção de uma democracia participativa. Estas considerações possibilitarão compreender o significado do comportamento dos atores sociais do município e que podem interferir na construção de uma gestão ambiental participativa local.

Historicamente, desde a infância, e por forças das circunstâncias, fomos condicionados a criar uma espécie de culto de dependência, em que as escolhas são feitas por outros e não por nós, a começar pelo espaço familiar e se estendem até as nossas iniciações na vida da comunidade informal e formal. Em que pese todo esse cuidado e proteção natural, como compreender e ultrapassar esse momento sem que a atitude de dependência possa interferir na forma de agir como cidadãos?

Para Vilassante (2002) desde pequenos, levamos em nós a autoridade e o medo a ela. Na realidade, somos condicionados desde nossa infância a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, ao Estado, por exemplo.

A própria forma de definir o mundo que nos cerca seria coisa de terceiros (Dowbor, 1999:8). Como descreve o autor, muitas vezes essa atitude de passividade faz pensar que a única opção que se tem é a inserção da forma mais vantajosa possível no mundo tal como ele existe – definido por de forma dinâmica concreta outros. No entanto o que está por trás é a idéia de recuperação do controle de espaço por parte do cidadão, de forma dinâmica e concreta.

Comassetto (2000) analisando as formas de ação dos prefeitos do Estado de Santa Catarina em relação aos Conselhos Municipais, verifica o comportamento político, buscando compreender as raízes que contribuem para a postura política dos

prefeitos e seus reflexos nas relações Estado – sociedade. O autor traz a idéia de ocupação de espaço nos conselhos municipais enquanto ação organizada da sociedade. Para o autor o comportamento presente na sociedade atual, manifesta padrões historicamente construídos de acordo com a cultura política vigente em cada período histórico da sociedade brasileira e que se refletem no cotidiano de cada ator social. Acrescenta que a “interpretação do comportamento político dos atores sociais, é importante, pois serve de base para a formação de sua cultura política, a qual influencia o relacionamento entre esses atores e as instituições no processo de negociação entre governo e sociedade civil” (Comassetto, 2000:51). Para o mesmo autor algumas estruturas de poder que marcaram e que ainda marcam certos comportamentos da sociedade brasileira, a exemplo da cultura patrimonialista. Ao abordar os fatores que limitam a efetivação e promoção de políticas públicas numa administração tecnocrática e patrimonial, Seibel, citado por Comassetto (2000), considera que o poder não é percebido como algo de direito da sociedade civil, mas reflexo e produto das esferas privadas e organizadas a partir de uma rede de compadrio e clientelista.

Em seu estudo, Comassetto (2000:59) ainda acrescenta que o clientelismo tem a capacidade de se instalar em diferentes parceiros e diferentes períodos históricos, ampliou-se e pode ser encontrado no meio urbano, por exemplo, em cidades nas quais as famílias se alternavam e se alternam no poder e eram, e *continuam sendo*, donas dos votos, *benefícios e empregos* (grifos nossos).

Ao finalizar esta reflexão concluímos que o comportamento da sociedade civil revela as diferentes estruturas de poder nela existentes e que perpassam, ao longo do tempo, cristalizando-se nas características comportamentais das pessoas.

Por outro lado, a cultura política não somente orienta o comportamento das pessoas, como também encontra nela a justificativa pela dificuldade de percepção da sociedade na construção da autonomia. A perpetuação do clientelismo pode se refletir na sociedade imobilizando-a através da dependência social, econômica e, sobretudo, de visão de mundo e sustentabilidade. Apesar desses entraves, entendemos que a sociedade deve, não somente (re)conhecer os espaços de participação existentes como mecanismos legais de participação e exercício de cidadania, como também intervir e ou (re)criar estruturas que atendam as

necessidades de acordo com a demanda da realidade local. É necessária uma ação coesa e consciente da sociedade no sentido de desmontar a cultura política que visa manter o cidadão dependente e inerte a reflexão crítica de sua realidade.

2.4. Integração: o desafio para a construção coletiva

Estamos aqui para nos aconselharmos mutuamente. Devemos construir pontes espirituais e científicas ligando as nações do mundo.
Albert Einstein

Para compreender o fenômeno de integração tal qual como se apresenta na prática do desenvolvimento de comunidade, buscou-se a metodologia de Baptista (1978), pois complementa as quatro etapas da ação metodológica adotada pelo grupo de pesquisa que iniciou o processo participativo em Alfredo Wagner, objeto desta pesquisa. Para a autora, a **integração** possibilita melhores condições de operacionalização e organização no processo de desenvolvimento de comunidade. Considera que a integração, uma vez conseguida, poderá oferecer elementos para a criação de bases institucionais para a operacionalização da participação.

A fase de **integração**, juntamente com a **motivação**, a **conscientização**, **mobilização** e **ação organizada**, faz parte da aplicação da metodologia apresentada por Baptista (1978), cujas fases se referem a diferentes estágios da intervenção deliberada na comunidade objetivando o seu desenvolvimento. Embora não se esgotem em cada estágio, as etapas podem ser encontradas em menor grau, simultaneamente, em um processo de desenvolvimento de comunidade.

Entendemos que a integração é o espaço reflexão e construção de objetivos comuns em benefício de um processo coletivo comum.

A seguir, apresenta-se os diferentes enfoques e conceitos de integração considerado por Baptista, conforme apontamos, porém, organizados em forma de tabela (Tabela 1).

Tabela 1 - Análise conceitual sobre integração.

Enfoque	Conceito
Psicológico	O dicionário de Psicologia ⁷ consultado apresenta a integração como processo pelo qual se organiza um material de qualquer classe, ou se compõe, sistematicamente em unidades de ordem superior. Aplica-se a toda composição orgânica e à organização social, distingue-se da “coordenação”; “organização” no sentido de que as partes parecem perder até certo ponto sua identidade. Depois da integração.
Sociológico	O dicionário de Sociologia ⁸ da Editora Globo define a integração e seu significado quando Cultural, grupal ou social: “Integração - processo social que tende a harmonizar ou unificar diversas unidades antagônicas, sejam elementos de personalidade dos indivíduos, dos grupos ou agregações sociais maiores”. “Integração cultural - ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de uma dada cultura, de modo a formar um todo equilibrado”. “Integração Grupal – ajustamento recíproco dos membros de um grupo sua identificação com os interesses e valores do grupo. Quanto maior for a solidariedade entre os componentes, tanto mais elevado será o grau de integração atingido”. “Integração Social – ajustamento recíproco dos membros de um grupo de modo a formar uma sociedade organizada”.
Político	Enfoque político – nos diferentes documentos políticos ⁹ que se referem à integração, dados à publicidade nos últimos anos, a integração tem o sentido de incorporação de áreas, setores ou populações marginalizadas ao processo de desenvolvimento ou a níveis e padrões de vida definidos. Enfoque Político Internacional – segundo Documento elaborado sob os auspícios das Nações Unidas ¹⁰ integrar seria “contribuir para o nascimento e desenvolvimento do sentido de comunidade”. A aparição desse fenômeno se daria quando um conjunto de instituições, até então autônomas ou mesmo antagônicas entre si, decidisse optar, em um determinado momento histórico, por uma institucionalização pacífica dos conflitos que pudessem ter entre si.

Fonte: Elaborada a partir de Baptista (1978).

A autora considera que a análise desses conceitos e a observação empírica do fenômeno de cada realidade possibilitam identificar elementos comuns, e criar o próprio conceito do processo de desenvolvimento de comunidade. A esse respeito, Baptista aponta alguns elementos importantes para se construir estes conceitos:

a integração se realiza a partir de situações concretas; é dinâmica e variável, possuindo ainda assim certas regularidade que permitem controle análise científica de seu desempenho; requer freqüência e regularidade de interação, caracterizada por mínimo de atitudes e comportamentos; tem componentes de interdependência e reciprocidade entre as partes e um conteúdo de obrigações mútuas reconhecidas; se realiza entre partes: cada uma das quais tem sua função própria no conjunto. Para realização de cada uma das partes, é necessário compreendê-la especificamente e ao seu sentido no todo (Baptista, 1978: 83).

Baptista (1978) corrobora dizendo que a integração se refere à forma de organização das relações intracomunidade, intercomunidade e da comunidade com os demais níveis espaciais. Nessa organização, as diferentes instituições

⁷ “Integração”. Dicionário de Psicologia, Wasen Horwar C. Ed. Fundo de Cultura, México.

⁸ “Integração”. Dicionário de Sociologia, Ed. Globo, Porto Alegre, 1963:185.

⁹ Programa de Integração Social (PIS), Programa de Integração Nacional (PIN).

compartilhando objetivos genéricos comuns assumem funções próprias e obrigações recíprocas, dentro de seu papel e a seu nível, para realização de um trabalho conjunto em vista do desenvolvimento global.

Na avaliação de Senge (2000) o aprendizado se desenvolve a partir da criação de objetivo comum e do domínio pessoal, pois equipes talentosas são formadas por indivíduos talentosos. Porém, isso não é o suficiente, acrescenta o autor, pois o aprendizado em grupo requer a prática do diálogo e da discussão. Segundo o autor, o processo que, na verdade, as equipes aprendem é através do contínuo movimento entre prática e apresentação, como uma orquestra sinfônica, ou uma peça de teatro.

Por sua vez, Capra (2002:119) cita Wenger, teórico da comunicação que inventou o termo “comunidade de prática” para designar as estruturas informais, como redes de comunicação. Para Wenger, à medida que as pessoas se dedicam a um empreendimento conjunto acabam por desenvolver uma prática comum, que permite atingir o seu objetivo comum. As pessoas possuem um compromisso mútuo, um empreendimento comum e com o tempo assumem um repertório comum de rotinas. Com isso, o compromisso mútuo diz respeito à dinâmica de comunicação autogeradora ao empreendimento conjunto, à comunidade de objetivos e significados e ao repertório comum, ao comportamento e criação de um corpo comum de conhecimentos.

Além disso, Capra (2002) acrescenta que

a visão sistêmica do aprendizado das organizações, reforça a lição que aprendemos com a compreensão das organizações humanas: o meio mais eficaz para intensificar o potencial de aprendizagem de uma organização é apoiar e fortalecer as comunidades de prática (Capra, 2002: 127).

Por outro lado, Baptista (1978) coloca alguns elementos colhidos em experiências de integração em desenvolvimento de comunidade ao se defrontar com problemas decorrentes de hábitos, atitudes, valores e padrões culturais não só das populações, como também dos dirigentes de organizações:

¹⁰ K.W. Deutsh et. alli, Integracion y Formacion de Comunidades Políticas, Buenos Aires, 1966.

atitude de passividade e imediatismo; falta de hábito de diálogo e de trabalho integrado; tendência para oferecer e para receber trabalho assistencial; temor de perda de identidade e soberania por medo de determinados representantes de unidades ou das próprias organizações como um todo; temor de que as tarefas fossem atribuídas de forma desigual, assim como os benefícios do trabalho integrado; resistência a mudanças encontradas nas experiências novas de integração; as reações conseqüentes de experiências negativas anteriores em trabalhos cooperativos; estruturas administrativas e técnicas inadequadas; falta de motivação em grau insuficiente; incompatibilidade entre as necessidades e os valores das pessoas e das organizações (Baptista, 1978: 89).

Além desses aspectos a autora acrescenta alguns elementos inibidores do processo de integração como a escassez de técnicos para a dimensão do trabalho por grande parte dos programas, o despreparo para trabalhos dessa natureza e os recursos escassos para as programações.

Observa-se, no entanto, que cada espaço possui uma característica própria que de certa forma dificulta a integração para a mudança. Estes aspectos indicam a necessidade da decisão política para impulsionar a mudança positiva em um processo coletivo comum.

Baptista (1978), neste sentido, concebe que a integração depende de outros fatores como a ação de reciprocidade desses elementos anteriormente colocados, dos acontecimentos políticos vigentes, da influência dos fatores culturais e de fenômenos, como a comunicação e percepção. A integração, para a referida autora, não se efetiva apenas a partir do consentimento verbal, é também uma questão relacionada à simpatia mútua, à reciprocidade a sentimentos comuns, a comportamentos cooperativos e à identificação dos fundamentos econômicos, jurídico, político e sociais. Isso vai determinar a capacidade política, econômica e social das unidades participantes, para a ação integrada. Na opinião da autora cada realidade possui mecanismos próprios que orientam e definem diferentes formas de relação de poder, de regulamento, de tomada de decisão, comunicação e de comando. As pressões interativas influenciam as relações à medida que se puserem em xeque padrões reconhecidos de individualismo, prestígio social e de poder. Sendo assim, a autora coloca alguns mecanismos deliberadamente introduzidos para provocar a integração tais como:

a informação, criação de vínculos de comunicação em todos os níveis através do incentivo à troca de experiências, informações e idéias; de motivação, através da

ação contínua da ação na dinâmica da comunidade despertada pela expectativa transmitida; da capacitação, a partir de contatos concretos com o desenvolvimento do raciocínio do contexto para o planejamento de ações locais; de coordenação, através da organização de esforços locais a partir de objetivos genéricos comuns. (Baptista, 1978:123),

Sob o ponto de vista dialógico, a integração sem eliminar as diferenças entre as organizações se dá por meio de ajustamentos graduais ou bruscos, de normas de comportamentos ou de ação criando pontos de concordância entre os pontos divergentes. Essa possibilidade é dada, segundo a autora, criando pontos de contato, tornando-se árbitro de determinadas situações, mostrando a cada elemento o ponto de vista do outro.

A este respeito vale citar a opinião de Brose (2000), o qual destaca que raramente as experiências inovadoras sobre o desenvolvimento local nascem com enfoque integrado. Para o autor, são “suas características positivas, de um sistema aberto que possibilitam a agregação, a capacidade de sinergia, integrando diversas ações inicialmente apenas setoriais”.

Por outro lado, Oslon (1999) considera que uma característica da maioria das organizações é a promoção dos interesses de seus membros. Embora elas, freqüentemente, também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos ou indivíduos.

Comassetto (2000) faz notar que os conselhos municipais aparecem como possibilidade de integração formalizando-se após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Por outro lado, o autor observou que os prefeitos mantêm os conselhos não pela convicção de tornar o processo participativo, mas em atendimento às exigências de convênios, pois sem os quais não seria possível formalizá-los. Na reflexão de Comassetto (2000), a forma legal que trata a criação dos conselhos municipais, merece ser revista, principalmente no tocante à sua formação, composição e convocação.

Sobre o sentido de unidade, Baptista (1978) considera que

a ação organizada se realiza, inicialmente, através da montagem de programas de trabalho que objetivem metas sociais integradas e da ação

cooperativa dos participantes e sua coordenação a partir de um órgão único. Esse órgão centralizador deve dar o sentido de unidade ao trabalho (Baptista, 1978:77).

Para a autora, a comunidade local é a unidade básica de um processo e que a ação deve se realizar a partir de uma perspectiva “sistêmica”. Do mais simples ao mais complexo, as organizações existem em diferentes tamanhos, tipos, formas e o ponto lógico que liga esse movimento é o seu propósito. Considera a comunidade parte integrante de um sistema e que tudo está intimamente ligado. O seu desenvolvimento, por um lado, está diretamente relacionado ao desenvolvimento global e ao papel a ela atribuído pelo todo e, por outro lado, ao seu próprio desempenho nas respostas oferecidas para a realização de suas funções.

Neste aspecto entendemos que a integração em um projeto de desenvolvimento comunitário deve potencializar a ação individual em benefício do todo. O limite da ação individual deve estar ligado na idéia de que o que é melhor para mim deve ser o melhor para todos. No momento em que a ação individual fragiliza o todo, esta ação deve ser revista. Isto indica que em um processo de integração não deve haver situação de vantagem individual.

Diante do exposto, conclui-se que a integração é a articuladora dos elementos da operacionalização da participação. Embora a integração sugira um acordo formal não se efetiva somente com isso, exigindo um componente de interdependência entre as partes envolvidas. A integração transcende uma formalidade e é, antes de tudo, uma atitude que surge da espontaneidade e se fortalece pelo exercício de sentimentos comuns validando a criação de objetivos.

Entendemos, portanto, que integração se estabelece a partir da percepção, construção coletiva e coordenação de esforços locais na organização de objetivos genéricos comuns.

As demandas do saber no processo de integração

Para dar conta da complexidade presente no cotidiano surge como conseqüência uma demanda do saber, desafiando as diferentes áreas de conhecimento na construção de interesse comum em especial nas questões

ambientais. Nos processos de construção da sustentabilidade, a integração passa necessariamente pela condição de composição de ações interdisciplinares.

Sobre este aspecto, Japiassu (1973) contribui dizendo que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das trocas disciplinares no interior de um mesmo grupo ou um projeto de pesquisa.

Abramoway, citado por Rebelo (1998:32), levanta a questão dos problemas institucionais no tratamento da interdisciplinaridade aliada à questão ambiental. Considera alguns traços gerais das equipes de trabalho sobre meio ambiente voltados à instabilidade das equipes, indefinições de papéis, desprezo pela importância do trabalho científico, atitude imediatista num tema - meio ambiente – em que a perspectiva a longo prazo é a única capaz não só de produzir resultados práticos, mas de dar sentido à própria atividade de conhecimento, *questões políticas, visão objetiva da realidade, falta de interesse no assunto, resistência a mudança, individualismo* (grifos nossos).

Sobre as motivações e objetivos que justificam os projetos interdisciplinares, Japiassu (1976) ressalta

a motivação como um conjunto das necessidades intelectuais e afetivas, bem como dos interesses que, de um modo ou de outro, puderam levar os pesquisadores a se engajarem no empreendimento interdisciplinar. Enquanto que os objetivos significam falar dos resultados a que pode chegar tal empreendimento, tanto na ordem do saber quanto na prática (Japiassu, 1976:53).

O autor considera, ainda, que independentemente das motivações que levam a interdisciplinaridade, ela se apresenta hoje como uma oposição ao tipo tradicional de organização do saber.

A este respeito, Fazenda (1993a: 47) chama atenção sobre o papel da escola como transmissora de cultura, pelo motivo de ser a detentora de uma educação sistematizada. Na opinião da autora, equivocada por uma idéia deturpada de cultura como “transmissão de conhecimento”, por muito tempo a escola considerou o indivíduo pelo volume de conhecimento que pudesse adquirir fazendo do mesmo um sujeito receptor ao invés de um sujeito transformador.

A crise contemporânea, no entanto, busca na interdisciplinaridade trocar a idéia de cultura como formação do ser humano total, para a formação do ser humano inserido em sua realidade. Dessa forma, o papel da escola se modifica assumindo possibilidades de fazer com que o ser humano possa através da passagem da subjetividade para a intersubjetividade, ser assim um agente de mudanças. Para Fazenda (1993b: 8) “a interdisciplinaridade não se ensina nem se aprende apenas vive-se, exerce-se, por isso, exige uma nova pedagogia, a da comunicação”. Compartilhamos, neste estudo, a noção de interdisciplinaridade de Ivani Fazenda que a define como uma atitude diante do conhecimento, considerando o modo com este se encontra fragmentado. Essa atitude se expressa, por exemplo, como habilidade para realizar trocas e para integrar as várias áreas em projetos comuns. O contexto de interação seria a expressão e fundamento de atitudes de interdisciplinaridade, no qual se desdobrariam também relações de intersubjetividade, que podemos entender também como parcerias, noção considerada como um dos princípios da prática interdisciplinar.

Outro referencial subsidiador dos nossos estudos pode ser Paulo Freire no qual sua contribuição é motivadora de transformações. Como ele, acreditamos que o diálogo deve sempre existir no ambiente interdisciplinar. Para Paulo Freire, o diálogo começa quando o educador pergunta em torno "de quê" ele vai dialogar com seus alunos. O diálogo mantido no ambiente interdisciplinar deve ajudar a estabelecer a comunicação e a cooperação entre sujeitos do grupo.

Quanto à prática, é preciso ter uma metodologia bem definida ao realizar um trabalho interdisciplinar, somente dessa forma seria possível iniciar a construção do conhecimento voltado para a inter-relação entre as áreas ou campos de ação, que por sua vez, levará à inter-relação e conexão entre os conhecimentos de forma consciente. A metodologia se faz necessária como um meio que nos possibilita atingir um determinado objetivo cognitivo, conforme aponta Japiassu, outro referencial importante utilizado neste estudo a respeito dessa questão.

Assim na reflexão de Fazenda (1993a), o diálogo é uma condição *sine qua nom* para que o exercício da interdisciplinaridade seja efetivo.

Sobre este aspecto, Leff (2002) considera o diálogo de saberes, uma forma de dialogar não somente com os pares, mas exige uma aproximação com saberes

antagônicos permitindo um entrecruzamento, hibridação de saberes para lidar com as questões ambientais.

De acordo com Senge (2000), atualmente, os princípios e a prática do diálogo estão sendo redescobertos em um contexto contemporâneo, exigindo o exercício do aprender a reconhecer os padrões de interação que atuam negativamente no aprendizado em grupo e trazidos à tona para que sejam reconhecidos de maneira criativa. Diante do contexto até aqui exposto, constata-se que a interdisciplinaridade pressupõe uma nova postura de diálogo dando lugar à instauração de uma prática dialógica.

A propósito dessas considerações, nota-se o importante papel da integração no desenvolvimento de atividades de interesse comum. Apesar de influências adversas que se apresentam no cotidiano, a integração justifica-se pela era da cidadania em que vivemos. Os novos tempos exigem um esforço e o exercício do diálogo entre os saberes e a prática da construção do conhecimento do ser humano inserido no seu contexto. A percepção da importância da ação conjunta para qualidade de vida, está associada à possibilidade da construção criativa de mecanismos que favoreçam o exercício interdisciplinar.

2.5. A gestão ambiental no contexto do novo paradigma

Para efeito deste estudo, contemplamos uma breve discussão sobre as noções de desenvolvimento, relacionando-os com a possibilidade de empreender a gestão ambiental participativa na escala local.

No documento “Nosso Futuro Comum”, do ano de 1988, editado pela Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a expressão “desenvolvimento sustentável” busca de alguma forma despertar a conscientização pública e ressaltar a necessidade de um melhor gerenciamento das questões ambientais visando à sustentação do planeta. A definição encontrada no documento para o desenvolvimento sustentável é a de que devemos satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras,

considerando ser de responsabilidade de todos os cidadãos a preservação do meio ambiente.

Essa noção aponta para uma nova ética de solidariedade voltada para a satisfação das necessidades humanas tanto intrageracional, segundo a qual o bem estar de uma minoria não pode ser construída em detrimento da maioria (oportunidades desiguais na geração atual), quanto intergeracional, de tal modo que o bem estar das gerações atuais pode comprometer as necessidades futuras. Deste ponto de vista, o desenvolvimento sustentável pressupõe continuidade e permanência da qualidade e das oportunidades no tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo.

Apesar do desenvolvimento sustentável entrar em cena com base nessas premissas, Marul Filho (2000) considera que a satisfação das necessidades humanas não aponta para mudanças no capitalismo, que tem no lucro a mola propulsora. Acrescenta ainda, que a ética continua fortemente antropocêntrica, não avançando firmemente para uma ética centrada na vida. Além disso, defende que um dos principais elementos constitutivos da crise do desenvolvimento está pautado na profunda contradição e impossibilidade de conciliação entre progresso, crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais que, em última instância, suportam o processo de produção e consumo, motor dinâmico do modelo.

Marul Filho (2000) aponta que vivemos numa crise de transição paradigmática que sinaliza para novos projetos civilizatórios, porém, como resposta à profunda crise que a sociedade vive, os paradigmas que se apresentam têm como elemento central a sustentabilidade.

A crise ambiental, um fenômeno qualitativamente distinto de todos os demais já vividos pela humanidade, coloca-nos diante de um dilema: conviver com uma ordem que se esgotou, *isto é, o modelo de desenvolvimento utilitarista* mas que persiste fortemente, e outra, ainda em gestação, e, que ainda não se concretizou por que não existe. (Marul Filho, 2000:117)(itálicos nossos).

O referido autor também salienta que o conceito de desenvolvimento sustentável não abandona a noção de crescimento econômico, apenas se admite a

possibilidade de crescimento, sem, contudo, dilapidar os recursos ambientais através de um eficiente meio de gerenciamento do seu uso.

Para Marul Filho (2000), a sustentabilidade não é um problema técnico a ser resolvido, mas uma visão de futuro que pode guiar o foco de nossas atenções para valores e princípios éticos e morais, capazes de colocar o ser humano no centro e na razão de ser de um novo projeto civilizatório.

Além disso, Guimarães, citado por Marul Filho (2000), chama a atenção que este novo projeto civilizatório deve ser presidido,

por uma nova ética do crescimento, uma ética na qual os objetivos econômicos de progresso se subordinem às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhora da qualidade de vida das pessoas. (Marul Filho 2000:122).

A esse respeito, Seibt (2002) considera que

a sustentabilidade em seu conjunto, no entanto, apenas será perene, positiva e válida se for construída através da discussão das potencialidades, necessidades e conflitos da sociedade, envolvendo todos os seus segmentos e considerando suas aspirações, numa relação que possibilite o planejamento de uso do ambiente (Seibt, 2002:87).

Acrescenta com essa premissa, que a participação do cidadão amplia e contempla a integração social, ecológica e econômica, que vai do plano individual para o coletivo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos.

Contudo, Barros, referenciado por Sachs (1998), salienta que no período pós-1992 o crescente processo de degradação de ecossistemas nativos tem sugerido a necessidade de uma aproximação mais efetiva entre políticas ambientais e necessidades sociais de manejo e exploração de recursos naturais. Ao se falar sobre a importância da participação na esfera de decisão Sachs (2003:43) considera que “é no plano local que se buscam soluções para conflitos, se negociam compromissos e se constróem sinergias”.

Sobre esta questão, Brose (2000) enfatiza que apesar de se referirem a idéias diferenciadas, os conceitos de desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento baseado na agricultura familiar e outros, são utilizados na linguagem coloquial de maneira pouco diferenciada. O autor coloca que atualmente os adjetivos como: “integrado”, “participativo”, baseado na agricultura familiar, já deveriam estar contidos no conceito, porém, ainda são necessários para realçar o enfoque da comunicação de quem está falando. O surgimento do conceito de “desenvolvimento local”, de acordo com Brose (2000), surge do entendimento de que o meio rural, por não ser apenas agrícola, engloba também as pequenas cidades que apesar de constituírem o espaço urbano, via de regra, estão essencialmente ligadas ao meio rural, dependendo dele para sobreviver e para ele prestando todo tipo de serviço.

Para Veiga (2002), “os efeitos da proximidade urbano/rural tornam ainda mais manifesta a necessidade de uma abordagem política coordenada, pois continuam fora do escopo das atuais macro-referências”. Acrescenta o autor que os gestores da política macroeconômica e o das localidades mantêm-se bem independentes um do outro.

O local e o cotidiano, na opinião de Sachs (2003), representam o plano onde se manifestam, em última instância, o desenvolvimento ou a falta dele, é aí que se dá a participação dos diferentes atores, surgem iniciativas e inovações que transcendem o imediato. Acrescenta ainda que o que importa é evitar a uniformização de soluções a ser aplicadas a todo território nacional.

Ao falar sobre a gestão participativa para o desenvolvimento local, Zapata (2001) considera que a temática sobre o desenvolvimento local vem ganhando novas posturas de debates e reflexões no mundo todo. No entanto, no Brasil, segundo a autora, em meados da década de 80, abrem-se debates sobre as primeiras reflexões a respeito das experiências de descentralização de políticas públicas. Estas reflexões aconteceram durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal e das reflexões do poder local. Uma nova visão de desenvolvimento aparece na década de 90, quando surgem experiências apoiadas por organismos internacionais, que têm por objetivo subsidiar as metodologias participativas de caráter sistêmico e integrado.

Por sua vez, Brose (2000:99) ao falar sobre as dimensões do desenvolvimento local analisa que não bastam listar boas idéias e práticas inovadoras se estas não estiverem inseridas em um marco conceitual que permita ao indivíduo analisar e contextualizar a ação, adequando-as à sua própria realidade. Junta-se a essas colocações, de acordo com o autor, o acesso a informação bem como a capacidade do cidadão de processar e internalizar a informação. O autor destaca cinco dimensões do desenvolvimento local que foram identificadas no âmbito da experiência com comunidades do Estado do Rio Grande do Sul.

1. A inclusão social:

Deve prever um conjunto de políticas sociais sem divisão estanque entre assistência social, educação, saúde, agricultura e *acesso à informação*. (grifos nossos).

2. O fortalecimento da economia local:

Deve-se considerar que o espaço oferece uma estrutura econômica bastante diversificada que vai além do caráter agrícola. E como a agricultura tendencialmente tem importância cada vez menor na economia, relega-se, por extensão, o meio rural a segundo plano nas preocupações do dia a dia da política.

3. A inovação na gestão pública:

Freqüentemente a discussão sobre a necessidade de gestão da coisa pública tem se resumido à análise de novas técnicas de gestão, em especial aquelas advindas do setor privado, desconsiderando-se as especificidades da administração pública. Coloca-se a idéia de Estado inteligente, ou Estado empreendedor, voltado para as demandas do desenvolvimento humano e com capacidades gerenciais que permitam concretizá-las com eficiência.

4. A gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais:

Uma gestão ambiental com perspectivas realistas de impacto, significância e sustentabilidade pressupõem uma articulação entre o setor público, iniciativa privada e comunidade organizada.

5. Mobilização da sociedade:

É necessária uma ativa participação do cidadão engajado na diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da sociedade, possam ser consideradas nos processos decisórios.

Brose (2000), ao falar sobre a gestão ambiental e uso racional de recursos naturais, considera que na constituição de 1988 as prefeituras tornaram-se atores proeminentes na concretização da gestão ambiental. Na reflexão do autor, houve muitas mudanças na área ambiental ao longo dos anos 90, no entanto, levará ainda um tempo de ação para que se integre efetivamente no cotidiano das políticas públicas municipais.

Embora essas transferências tenham sido provocadas por emergências de caráter econômico do que pelo fortalecimento do poder local, Barros, citado por Sachs (1998) acredita que estas competências se convertam na contradição de gerenciar processos de manejo e recuperação de ecossistemas atingidos por políticas não oriundas das comunidades e que agora passa a ser de sua responsabilidade.

Sobre este aspecto, o autor considera que independentemente das razões que levam as atuais políticas de descentralização do gerenciamento ambiental, a interiorização das competências, ainda assim, possibilita a criação e o desenvolvimento de práticas locais de gerenciamento dos recursos naturais.

Para Seibt (2002), viabilizar a prática de gestão, implica uma mudança de comportamento pessoal, social, além dos processos de produção e consumo sugerindo a discussão e compromissos múltiplos de toda a sociedade. Nessa linha de considerações Lanna, citado por Seibt (2002:84), diz que gestão ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço.

A emergência desta forma de sinergia na esfera oficial surge a partir da Lei Federal nº 9.433/97 de Janeiro de 1997, que cria o modelo nacional de gestão dos recursos hídricos e também da Lei 9.748/94, de 30 de Novembro de 1994, que estabelece que os princípios e diretrizes da Política Estadual dos Recursos Hídricos de Santa Catarina. De acordo com esta Lei, a gestão dos recursos hídricos tomará como base a bacia hidrográfica. O trabalho de gerenciamento por bacias

hidrográficas busca sintonia tanto interna no município como por consórcio intermunicipal no incentivo à participação dos usuários de água de cada bacia.

Na perspectiva de Seibt (2002) a gestão dos recursos naturais, em especial os recursos hídricos, no contexto de bacias hidrográficas, a ação do ser humano e o próprio ser humano precisam ser considerados como análise de um processo complexo. Sendo assim, os resultados serão tanto mais reais, quanto mais próximos da realidade estiverem.

Por seu lado, Vieira & Weber (2002) consideram que apesar do estágio embrionário de desenvolvimento do novo campo interdisciplinar de pesquisas sobre meio ambiente, bem como, o debate social criado em torno da problemática ambiental, as evidências empíricas mostram que os impactos das ações humanas indicam para uma nova forma de gestão das relações sociedade e natureza.

Quintas (2000) destaca a agenda 21 global que embora não se revelando um documento mandatário, prevê a elaboração e a implementação de agendas nacionais locais. Para o autor, a construção das agendas não pode ser vista como uma tarefa técnica. Trata-se de um processo político – participativo, em que o conjunto de atores constrói a sustentabilidade de sua sociedade a partir da compreensão de sua realidade. A agenda 21 local deve apontar para percepção da insustentabilidade e resolução dos problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado em cada realidade, bem como apontar para linhas que possam servir de elemento integrador às várias iniciativas locais.

Diante do exposto, nota-se que as inúmeras contribuições de conceitos e reflexões que apontam para a adequação dos recursos ambientais, econômicos e sociais devem ter como base princípios e diretrizes previamente acordadas e definidas no plano local. Porém, sobre o ponto de vista da realidade, a discussão da crise paradigmática que envolve a sustentabilidade, ainda que crescente, apresenta-se como uma dicotomia. Se por um lado concorda-se que o atual modelo de desenvolvimento está esgotado, por outro, na escala local, não se adotam medidas de discussões mais profundas, contínuas para transformar a realidade e as condições que deram sustento ao modelo atual. O novo estilo de desenvolvimento passa pela necessidade de um sistema político que garanta a efetiva participação da

sociedade no processo decisório. Entendemos como modelo à utilização e reprodução de pacote, padrão, é uma repetição estanque de algo pronto, enquanto que estilo sugere uma dimensão ampliada e qualificada de algo construído coletivamente.

O desenvolvimento sustentável é muito mais que um modelo, um estilo de desenvolvimento e, enquanto tal, necessita ser compreendido e incorporado ao mundo que cada pessoa constrói, em seu domínio de condutas, com as demais pessoas com quem convive (Silva, 1998: 18).

O referencial pesquisado evidencia, neste item, a importância da participação da sociedade, ancorada por um conjunto de mecanismos legais na implementação de novos instrumentos de gestão. Considera que é no cenário local, que se dá a necessidade crescente de promoção da discussão dentro dos novos paradigmas da sustentabilidade na busca de um novo estilo de desenvolvimento. No entanto não bastam apenas as leis se não houver um poder político democratizado que possibilite fazer a mudança de fato de forma coordenada e solidária, no uso, proteção, conservação e gerenciamento do ambiente. O objetivo estratégico do desenvolvimento de um espaço passa, certamente, pela construção de um novo “estilo” de desenvolvimento na instância local.

CAPÍTULO III – CONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A metodologia que defendemos exige que o fluxo da investigação se façam ambos sujeitos da mesma – investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objeto.

Paulo Freire

Neste capítulo apresentamos os aportes teóricos e as técnicas que apoiaram o método do estudo; são detalhados o trabalho de campo, seus momentos de coleta, registro e análise processual e final de dados.

3.1. Tipo de estudo

- A abordagem qualitativa

De acordo com Minayo (1994:10), do ponto de vista antropológico pode-se dizer que sempre existiu a preocupação do *Homo sapiens* com o conhecimento da realidade. “A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”.

Para Meksenas (2002), desde os primórdios da humanidade, homens e mulheres, no processo de produção de sua existência, estabelecem mediações entre si e com a realidade.

Sobre a pesquisa qualitativa, Patrício (1999) considera que

os métodos qualitativos por terem como foco a compreensão da realidade através dos significados humanos, tornam possível engendrar, em seus caminhos e instrumentos, elementos que conduzam a descobertas de conhecimentos básicos e aplicados sobre qualidade de vida. (Patrício,1999:66).

Por sua vez, Minayo (1994:21-22) enfatiza que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se em especial com as

questões da realidade que não podem ser quantificadas. Ou seja, trabalha com significados, valores, crenças, atitudes, aspirações que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis”.

Para Minayo (1994) enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região visível, concreta, a abordagem qualitativa busca os significados das ações e relações humanas.

Sobre os significados, Trivinõs (1987) acrescenta que na pesquisa qualitativa as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge de um fenômeno num contexto que tem como base a percepção.

Pensando na produção de conhecimento científico e considerando essa dinâmica, Patrício (1999) pergunta:

que métodos dariam conta de buscar, registrar, descrever, analisar, interpretar e compreender a vida humana em seus traços históricos de corpo individual e coletivo? Que métodos dariam conta de trabalhar sobre determinada situação de estudo, segundo os significados do próprio ser humano pesquisado? Que métodos dariam conta de produzir conhecimento sobre a diversidade, unicidade e complexidade da vida humana, em suas expressões verbais e não verbais, de razão e sensibilidade? E mais: que métodos dariam conta de tudo isso e que ainda viessem a colaborar para a qualidade de vida da humanidade através de princípios éticos e estéticos do viver individual e coletivo? (Patrício, 1999: 64).

As respostas a estas perguntas, na experiência da autora, estão nas grandes possibilidades dos métodos qualitativos de pesquisa.

Diante do exposto e considerando as colocações feitas por Trivinõs (1987), entendemos que nesta dissertação a abordagem qualitativa é a forma mais adequada para entender a natureza de um fenômeno social, pois possibilita valorizar os diferentes significados presentes no contexto do estudo.

3.2. Momentos do estudo.

Dada a necessidade de compreensão do fenômeno que se deseja estudar, Patrício (1999) define três momentos importantes no processo de estudos que requerem trabalho de campo: “Entrando em campo”, “Ficando em campo” e “Saindo

de campo”. Para a autora apesar de se apresentarem separados, os momentos acontecem de maneira constante e interligados, diferenciando-se apenas por particularidades específicas.

Segundo Patrício (1999) o momento “entrando em campo” representa os primeiros contatos com o contexto onde será desenvolvido o estudo, período de pesquisa exploratória, conhecimento do campo, estabelecimento das questões de pesquisa, apresentação da proposta de estudo, busca da participação, definição dos atores, desenvolvimento de ações que possibilitarão viabilizar o estudo e dos instrumentos de coleta de dados. É o momento de observações e diálogo com os pesquisados.

Ainda sobre a fase exploratória, Trivínos (1992) considera que este momento serve para levantar possíveis problemas ao mesmo tempo em que possibilita aumentar a experiência do investigador sobre o problema de estudo.

Conforme Patrício (1999) o momento do “ficando em campo”, o pesquisador interage com os sujeitos tendo como principal finalidade “levantar, registrar processar os dados de campo da pesquisa”.

“Saindo de campo”, segundo Patrício (1999), é caracterizado como um momento de despedidas, agradecimentos, validação das informações e elaboração do relatório final. Para a autora, dependendo do tipo de estudo, estes momentos podem representar encaminhamentos futuros, ou mesmo podem representar o(s) encontro(s), para apresentação e devolução de dados, à comunidade e à sociedade.

Diferentes técnicas para a coleta de dados caracterizam a pesquisa qualitativa conforme segue.

3.3. Métodos e técnicas em pesquisa qualitativa

Os métodos qualitativos consideram que os fenômenos são construídos pela subjetividade humana em seus significados culturais e afetivos, particulares e coletivos (Patrício, 1999:67).

De acordo com a autora, as técnicas de levantamento de dados utilizadas na pesquisa qualitativa são basicamente: a observação participante, a entrevista aberta

ou semi-estruturada. A autora complementa dizendo que a observação participante pode ser desenvolvida por fases, ou momentos distintos, com ou sem entrevista. Pode ser desenvolvida por momentos distintos – o de perguntar e ouvir, em seguida, dependendo do objetivo e profundidade pode tornar-se um diálogo reflexivo entre o entrevistador e entrevistado.

Além dos momentos de interação com as pessoas na pesquisa qualitativa, a fase exploratória contempla a coleta de dados em fontes secundárias que, de acordo com Mattar (1999) compreendem levantamentos bibliográficos, estatísticos, análise e pesquisas realizadas.

Patrício (1999) compreende que a interação que se dá junto à técnica de colher dados, pode ser subsidiada por diferentes instrumentos que auxiliam o pesquisador na identificação de significados humanos como: a música, filmes, desenhos.

A análise em pesquisa qualitativa

A análise representa um momento muito especial da pesquisa, pois valoriza todo o esforço de investigação.

Minayo (1994) aponta três finalidades para a etapa de análise:

estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (Minayo, 1994:69).

A pesquisa qualitativa pelos tipos de técnicas que emprega não apresenta delimitação estanque entre a coleta e a interpretação das informações obtidas. De acordo com Triviños (1987) existe um fluxo constante entre as informações levantadas, e, em seguida interpretadas, podendo surgir novas buscas de informações. Na pesquisa qualitativa existe uma dinâmica recorrente entre coleta, análise, coleta.

Minayo, já citada, considera que embora haja uma fase distinta com a denominação “análise”, na medida em os dados vão sendo colhidos a análise já poderá estar ocorrendo.

Por sua vez, encontramos em Holliday (1996:53) uma importante contribuição para o momento da análise, ao dizer que realidade é ao mesmo tempo mutante e contraditória porque é histórica. Neste sentido, o autor diz que não se pode aspirar simplesmente a “descrever” os fenômenos e a “observar” seus comportamentos, e sim, se deve propor a intuir e compreender suas causas e relações, identificar suas contradições e chegar a imaginar e a empreender ações tendentes a transformá-la. Para o autor são necessárias transformações a partir da perspectiva ativa de sonhos, idéias vontades e paixões. Dessa visão surge uma compreensão articulada entre prática e teoria em que as relações não são visíveis à percepção imediata, onde a teoria ajuda a realizar essa interpretação.

A categorização é um procedimento utilizado na análise em métodos qualitativos de pesquisa. Sendo assim, para Bardin (1977), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto com critérios previamente definidos. A autora considera que o método de análise de conteúdo se presta para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, segundo a autora.

A abordagem qualitativa aplicada a esta pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida tendo por base os momentos de campo preconizados por Patrício (1999), e adaptados para este estudo como a **fase inicial de campo**, a **fase intermediária de campo** e a **fase final de campo**. Para facilitar a compreensão apresentam-se como os diferentes momentos da pesquisa foram ordenados conforme segue. Porém, dada a dinâmica presente na realidade estudada as situações possibilitaram a simultaneidade dos momentos. O resumo dos momentos de campo encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Atividades realizadas de acordo com os momentos da pesquisa de campo.

Momento	Mês/ano	Atividade
A fase inicial de campo	08/02 a 05/03	Contato com o objeto da pesquisa, encaminhamento da questão e tema da pesquisa;
		Acompanhamento das atividades vinculadas diretamente ao objeto da pesquisa (a Comissão Pró-conselho e grupo Inicial e “Trilha”).
		Definição do tema de pesquisa, levantamento e organização da parte metodológica, teórica e documental, seqüência dos procedimentos para os momentos seguintes.
		Conhecimento da área da pesquisa, arranjos iniciais para contatos com atores sociais e instituições;
A fase intermediária de campo	05/03 a 09/03	Acompanhamento, participação e elaboração de atividades vinculadas diretamente ao objeto da pesquisa (Comissão pró-conselho, atividades do grupo de pesquisa Inicial e “Trilha” e secretaria municipal de educação);
		Acompanhamento de atividades cotidianas e conversas com atores sociais e instituições não vinculadas diretamente ao objeto de pesquisa,
		Entrevistas com atores sociais vinculados diretamente e indiretamente ao processo participativo;
A fase final de campo	09/03 a 10/03	Acompanhamento, participação e elaboração de atividades vinculadas diretamente ao objeto da pesquisa (Comissão pró-conselho, atividades do grupo “Trilha” e secretaria municipal de educação) não consideradas como dados para esta pesquisa; Transcrição das entrevistas, organização das categorias de análise e definição das temáticas de análise; Retorno a campo para validação de alguns dados; Realização das primeiras sínteses e ajustes teóricos metodológicos adequando-os ao aprendizado de campo;

3.3.1. Fase inicial de campo

Primeiros passos, primeiras sínteses

A pesquisa de campo iniciou-se por ocasião da realização do Fórum Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente realizado em agosto de 2002 no município de Alfredo Wagner/ SC. Na época, a proposta de estudo tinha como tema à gestão da água. Ainda que importante para a realidade do município, o tema gestão da água assumiu uma dimensão maior, a partir da observação do movimento iniciado com o processo participativo de gestão ambiental. Dada a amplitude do trabalho realizado pelo “grupo inicial”, entendemos que a gestão da água deveria passar pela percepção ampliada de ambiente. A partir desta reflexão buscamos

compreender que sinais apontariam mudança de atitudes da população local com o processo iniciado.

Diante da realidade local algumas questões surgiram para encaminhar este estudo:

- *Que motivos levaram as pessoas a participarem?*
- *Quais são as necessidades da população?*
- *Quais as dificuldades da população?*
- *Qual é a idéia de integração local, e que sinais indicam que o processo iniciado estabelece compromissos múltiplos e ações de continuidade?*

Para melhor compreensão deste termo no estudo, denominamos de “compromissos múltiplos” a ação de responsabilizar-se mutuamente com o processo iniciado. Entendemos que os principais envolvidos seriam a população local incluindo a comunidade rural e urbana, instituições locais e o grupo de pesquisa inicial. A reflexão e a construção coletiva realizada pelo grupo inicial juntamente com a comunidade, por certo não está em nenhum manual de instruções, por melhor que seja, a não ser no próprio processo. Considerando a importância do processo iniciado para a realidade do município, aliando-se as inquietações descritas no capítulo I, é que a proposta inicial foi recolocada para desenvolvimento desta pesquisa no sentido mais amplo e sem dúvida muito mais desafiador.

Outro fator importante que apoiou a decisão para realização desta pesquisa foi à aprovação do “Projeto Trilha” cuja finalidade, é aprofundar o processo de planejamento participativo já iniciado na implementação de instrumentos de gestão. As atividades do grupo “Trilha” referem-se tanto as de caráter técnico como as de caráter metodológico. Considerando-se a dinâmica do trabalho iniciado em Alfredo Wagner, com a gradativa saída de campo do grupo inicial após o Fórum, a continuidade do processo participativo avançou com o grupo do Projeto “Trilha” apoiando as reflexões junto a Comissão Pró-Conselho na efetivação da gestão ambiental no município. Este está temporalmente situado entre a fase final de campo do “grupo inicial” e a fase entrada em campo do grupo “Trilha”.

Os sucessivos encontros do grupo “Trilha” no município, após o Fórum, tiveram como objetivo principal subsidiar a Comissão Pró-conselho para que os seus integrantes compreendessem o seu papel conhecendo os diversos meios para obter sua legitimação, dando seqüência às demandas levantadas no Fórum (Apêndice E).

Os encontros (Figura 2) também serviram para fazer uma leitura e compreensão coletiva – Comissão Pró-conselho e Grupo “Trilha” – sobre a construção da “gestão ambiental” através da ação organizada local.



Figura 2 - Reunião da Comissão pró-conselho com a participação de pesquisadores.

FONTE: Foto da Autora (2003).

Durante todo esse período pós Fórum, a interação com os integrantes da Comissão Pró-Conselho foi favorecida pelo relacionamento com o processo anterior, fortalecendo o vínculo de confiança à continuidade de interação com os demais atores institucionais e comunitários.

Durante esta fase de entrada do Grupo “Trilha”, foi possível conhecer o município guiado pelo grupo inicial. No mês de março de 2003, durante dois dias, através de caminhadas foi possível conhecer as três principais bacias do município de Alfredo Wagner: bacias formadas pelo Rio Adaga, Rio Caeté e Rio Águas Frias,

formadores do Rio Itajaí do Sul. Na oportunidade, o Grupo “Trilha” foi apresentado ao prefeito municipal (Figura 3).



Figura 3 - Visita de parte do grupo interdisciplinar de pesquisa ao prefeito municipal.

FONTE: Foto da Autora (2003).

Após este momento, a investigação relativa a este estudo, a partir de maio de 2003, foi sendo intensificada gradativamente.

As técnicas de coleta de dados utilizadas

Neste estudo, a observação participante e a entrevista semi-estruturada foram as técnicas utilizadas na coleta dos significados dos atores, facilitando o processo de interação com os mesmos.

Considerando o objetivo deste estudo, a base das nossas informações foi obtida por meio dos documentos produzidos pelo grupo inicial tais como relatórios, atas de reuniões, eventos e, principalmente, a base informacional contida nas três dissertações de mestrado produzidas. As dissertações referem-se aos eixos temáticos apresentados no fluxograma da Figura 1 (página 18), resultantes do

processo participativo iniciado em Alfredo Wagner. O “caderno de campo” foi um importante instrumento de coleta de dados que nos acompanhou em diferentes momentos registrando o trabalho de campo.

Por outro lado, consideramos que a maior riqueza de informações produzidas para esta pesquisa está no diálogo com os atores. Para este estudo definimos como “atores” as pessoas que participaram desses momentos, tanto para fase exploratória como para fase de entrevistas.

De acordo com Panceri (1997:43), o termo “ator social”, reúne dois aspectos considerados fundamentais para a investigação:

o primeiro permite um tratamento horizontal para todos os sujeitos humanos, independentemente do seu grau de escolaridade, sexo, função ou profissão; o segundo reconhece a capacidade de expressão e de reflexão dos mesmos sobre suas práticas cotidianas. Portanto, evita o distanciamento hierárquico a que estão sujeitas as palavras técnico, agricultor, *professor*, *integrante da comissão*, *prefeito*, na linguagem cotidiana. (grifos nossos). (Panceri, 1997:43)

Como atores indiretos deste estudo consideraram-se todos os atores que foram incluídos na observação participante independente do envolvimento no processo, e como atores diretos todos os que participaram das entrevistas semi-estruturadas e que tiveram um envolvimento no processo. As entrevistas com atores (Apêndice A) foi sendo acordada de maneira gradativa à medida que os contatos iam se intensificando.

No contato com os atores informamos inicialmente a proposta de estudo, objetivos, metodologia e comunicamos o tempo de permanência no município previsto para este estudo. Por meio da exposição dos objetivos mostramos aos atores a pertinência desta pesquisa com o projeto maior de construção da gestão ambiental participativa local. Estas informações foram importantes para que os atores pudessem perceber que a nossa presença no município teria caráter temporário para pesquisa, discussão e reflexão sobre a realidade. Embora não tenha sido formalizado, o contato com as pessoas foi facilitado pela etapa inicial do processo de pesquisa. Os aspectos que diziam respeito aos interesses individuais e coletivos, quanto ao registro escrito, gravado, fotografado bem como as opiniões, locais e horários das entrevistas foram considerados no estudo. Os contatos com os

atores foram facilitados e sempre que possível, intermediados pelos integrantes da Comissão Pró-Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

A fase inicial de campo, além das colocações descritas até o momento, contemplou a organização do roteiro de entrevistas facilitando o avanço para a etapa intermediária de campo.

3.3.2. Fase intermediária de campo

Nesta fase utilizamos a técnica de observação participante iniciando a leitura dos diferentes significados junto aos atores. Podemos visualizar o ambiente, os principais impactos, os aspectos sócio-econômicos, compreendendo como as pessoas interagem com o ambiente onde vivem, seus espaços de comunicação sua forma de participação, organização, sua capacidade propositiva, postura diante de suas necessidades, suas atitudes. Os primeiros contatos tiveram a intenção de ver e ouvir com pequenas inserções. Neste estudo, a etapa inicial de campo permitiu identificar diferentes situações reveladas no cotidiano do município, em especial pelo nosso acompanhamento junto às ações da referida comissão.

Nos primeiros passos trilhados com esta pesquisa, sentimos a necessidade de estabelecermos alguns princípios orientadores que pudessem auxiliar a reflexão sobre o processo participativo junto ao Grupo “Trilha” e junto à Comissão Pró-Conselho.

Primeiramente, entendemos que as informações produzidas ao longo desta pesquisa deveriam ser disponibilizadas junto ao Grupo “Trilha” auxiliando na reflexão sobre as atividades participativas nas pesquisas como instrumentos de gestão. Ao mesmo tempo, as informações produzidas deveriam auxiliar na reflexão junto à Comissão Pró-Conselho sobre a integração e ação organizada local como forma de implementar a gestão ambiental no município de Alfredo Wagner.

O segundo princípio se refere à necessidade de considerar as emergências surgidas no município e que pudessem apontar para reorientação do processo de gestão inicialmente proposto.

Por último, entendemos que, ao término deste estudo, o mesmo seria apresentado a comunidade alfredense, apoiando a reflexão sobre sua dinâmica participativa no processo de gestão ambiental local.

É importante destacar que durante todas as etapas de campo foi possível acompanhar atividades cotidianas ligadas às diferentes instituições, organizações e grupos locais como: Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural, Igrejas, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Grupo de Idosos, Grupo de Mães, Organizações de Agricultores, Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.

Participamos por diversas vezes, por meio de entrevistas, de comentários realizados pela rádio comunitária com assuntos ligados à questão ambiental e ao processo participativo local. Todos esses momentos de acompanhamento e observação foram muito ricos para a obtenção de dados para este estudo.

Cabe ressaltar que na pesquisa qualitativa, pelos tipos de técnicas que emprega, a mesma não apresenta delimitação estanque entre coleta e a interpretação das informações obtidas. Ao longo da coleta dos dados fomos fazendo algumas considerações a respeito do processo participativo concentrando a análise final deste estudo no capítulo V.

Durante as observações e na conversa informal percebemos que um volume significativo de pessoas desconhecia o processo participativo realizado no município. Entendemos que a maior participação no Fórum aconteceu com a presença de pessoas ligadas à área urbana constituída, em sua maioria, de estudantes do ensino médio e fundamental. Por outro lado, notamos que as pessoas ligadas ao comércio, profissionais liberais, repartições públicas, perceberam o Fórum como um evento realizado pela Universidade. Durante as conversas ficou visível a pouca relação de pertinência com o processo iniciado por parte das pessoas da área urbana. Já quanto à área rural percebemos que embora não tenha acontecido um envolvimento maior das famílias durante o Fórum, a interação maior aconteceu quando da realização dos micro-fóruns realizados pelo grupo inicial.

Ao acompanhar algumas atividades cotidianas locais (a exemplo de cursos de capacitação de agricultores, sessões da Câmara de Vereadores e até mesmo por

conversas informais) ficou evidenciada a carência de reflexões coletivas e a dificuldade de atitudes pró-ativas nas questões ligadas ao meio ambiente. O produto gerado pelo processo iniciado onde apresenta as propostas oriundas das oficinas do Fórum, ainda não é um instrumento de reflexão para a sociedade local. É discutido ainda de forma muito pontual na área da educação. Observamos ainda no decorrer desta fase de campo, um forte apelo clientelista presente nas ações cotidianas do município. As conversas e o acompanhamento das atividades cotidianas davam sinais de desarticulação local. Percebemos também a existência de um volume muito grande de atividades desenvolvidas individualmente em cada instituição, como Secretaria de Saúde, da Educação, Clero, Agricultura e até mesmo entre as iniciativas de Organização de Agricultores.

No entanto, o esforço é canalizado para o público específico ligado a cada organização e/ou instituição. Compreendemos que as práticas com vistas à construção de objetivos comuns, como é o caso da gestão ambiental participativa, passam pela necessidade de reconhecer o contexto local na perspectiva mais ampla de organização da sociedade.

A partir do exposto, iniciamos algumas reflexões teóricas sobre o processo realizado. Na medida em que percebíamos a importância da construção de uma gestão ambiental para o município, sentíamos a presença de dois grandes desafios de movimento: por um lado, à continuidade do processo participativo no desenvolvimento dos instrumentos de gestão enquanto grupo novo de pesquisa, e, por outro, a dinâmica de integração local a ser empreendida na continuidade do processo por meio da ação organizada da Comissão Pró-Conselho, que é ainda muito carente e recente. As respostas a estas inquietações foram sendo construídas ao longo desta pesquisa.

A partir da situação observada em campo buscamos compreender com auxílio da literatura selecionada, alguns conceitos de cultura política, que, de certa forma, orientam a postura de dependência das pessoas. Ao mesmo tempo, neste processo, buscamos entender as demandas que a crise contemporânea exige para dar conta da complexidade presente na realidade ambiental.

Após estas observações e reflexões, iniciamos a fase de coleta de dados com os atores selecionados utilizando a técnica de entrevistas semi-estruturadas, atendendo ao objetivo geral deste estudo.

Por outro lado, durante esta fase de campo, foi possível vivenciar dois momentos muito importantes de interação da Comissão Pró-Conselho, com o grupo inicial e grupo “Trilha”. Um evento que procurou aproximar a Comissão Pró-conselho e Universidade foi a participação de alguns de seus integrantes no Mini Curso da SEPEX (Semana de Ensino e Extensão), realizado em 5 de junho de 2003 na Universidade (Figura 4).



Figura 4 - Participação da autora no mini-curso do SEPEX.

FONTE: Foto da Autora (2003).

Outra ação realizada e que envolveu a Comissão Pró-Conselho, foi o curso de capacitação objetivando preparar os professores para a “Semana da Água”, realizada de 18 a 21 de setembro no município de Alfredo Wagner.

As entrevistas

Como destacamos na metodologia, a realização das entrevistas para este estudo aconteceu tanto na área rural quanto na área urbana. O deslocamento para as comunidades rurais foi realizado com a colaboração das pessoas ligadas à Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Coordenação dos Grupos de Mães. Em alguns lugares, o deslocamento foi feito com a colaboração da Prefeitura Municipal, disponibilizando um motorista com o veículo. Os roteiros das entrevistas com os atores encontram-se em anexo (Apêndice B, Apêndice C e Apêndice D).

Ao iniciar as entrevistas adotamos como tópico inicial a experiência de participação do informante no processo de construção da gestão ambiental participativa. Para ajudar na introdução do tópico inicial, utilizamos como recurso visual, o álbum de fotografias conforme exemplo (Figura 5), o qual mostra as etapas do processo participativo e o documento das oficinas do Fórum.



Figura 5 - Foto de uma entrevista utilizando recurso visual.

FONTE: Foto da Autora (2003).

Com esses recursos, facilitamos a aproximação com o sujeito da pesquisa e conversa fluiu; uma vez que, ao manusear os documentos, o entrevistado lembrava-se dos momentos vividos por ele, pela família e pelos vizinhos. Na área rural, a maioria das entrevistas aconteceu junto à família, já na área urbana, muitas

entrevistas foram realizadas no ambiente do trabalho, e, em alguns casos, na própria residência do ator. Objetivando valorizar os depoimentos dos atores, na realização das entrevistas optamos pelo uso do gravador ressaltando que a utilização do mesmo não inibiu a fala dos entrevistados. As entrevistas somente foram gravadas com o consentimento dos referidos atores. Cabe registrar que apenas um dos atores ao ser consultado, preferiu não utilizar o gravador.

Durante toda a fase de campo os contatos com as pessoas com os quais interagimos foram muito tranquilos tanto na comunidade rural quanto na urbana favorecendo o nosso conhecimento sobre o cotidiano local. Após a etapa de realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas na íntegra. Para a organização das categorias, combinamos o conteúdo das falas dos atores entrevistados e o roteiro de entrevistas obtendo como resultado: **motivos, dificuldades, necessidades, integração e ação organizada.**

A partir das categorias apontadas (Figura 6), construiu-se duas grandes temáticas sobre o processo participativo em gestão ambiental.

- Motivos, necessidades e dificuldades dos atores no processo participativo em gestão ambiental;
- Possibilidades e limites na integração e ação organizada da população, na continuidade do processo participativo em gestão ambiental.

As temáticas anteriormente citadas consideram a visão dos diferentes atores conforme a seqüência:

- A visão comunitária contempla os agricultores(as), pessoas da sede urbana e os integrantes da comissão pró-conselho. Os agricultores(as) entrevistados são oriundos de diferentes comunidades rurais e possuem uma liderança na comunidade onde residem. Adotamos como critério de seleção os agricultores(as) que participaram das reuniões de comunidade e fóruns comunitários. Na sede urbana, buscamos entrevistar pessoas com liderança voluntária e os que mais se envolveram nas diferentes atividades realizadas na área urbana durante o processo. Estas etapas são apresentadas no capítulo IV (Figura 10 - Fluxograma: resumo das etapas de campo do grupo inicial).

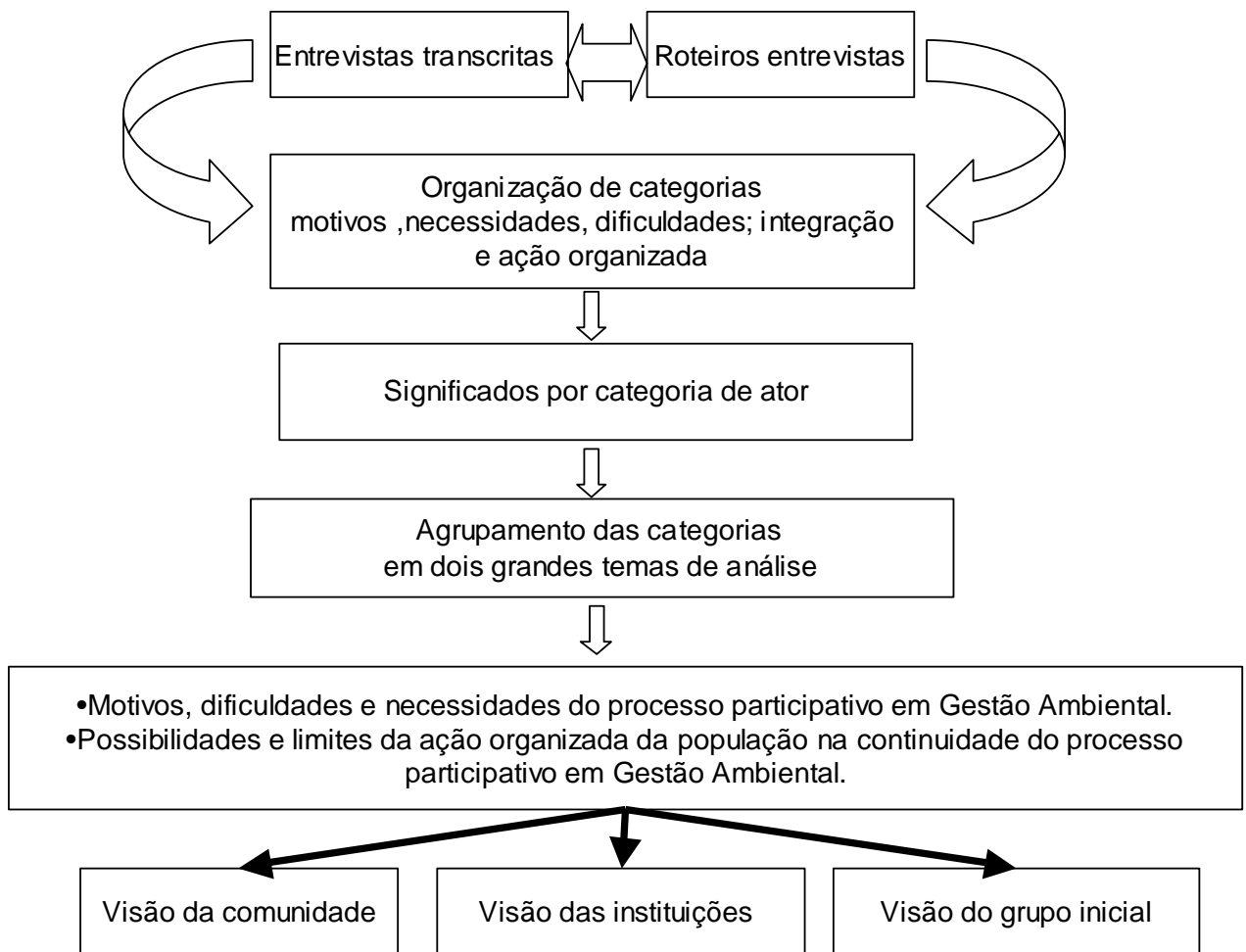


Figura 6 - Fluxograma de análise do trabalho.

- Os integrantes da Comissão Pró-Conselho provêm de diferentes áreas de formação e ocupação, a saber: professores, agricultores, servidor público aposentado, radialista, presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais, membros de conselhos municipais. Dada a sua característica de representatividade, a Comissão Pró-Conselho foi considerada como sendo de caráter comunitário.
- A visão institucional contempla os profissionais ligados a área da agricultura, educação, saúde, clero e administração municipal e Câmara de Vereadores. Para efeito deste estudo, consideramos estas áreas como de caráter estratégico, principalmente na continuidade do processo iniciado.

- A visão acadêmica contempla os três mestrandos do “grupo inicial” do processo participativo com formação na área de (Agronomia¹¹, Educação¹², Arquitetura e Saúde¹³).

Cabe ressaltar que a seleção e o número de atores entrevistados buscam atender o que preconiza a pesquisa qualitativa quanto ao universo de opiniões que permitam a compreensão do fenômeno estudado.

A opção metodológica de agrupamento das visões dos atores foi uma decisão pessoal. Esta opção permitiu a livre exposição dos depoimentos, sem, contudo, comprometer a individualidade de cada um dos entrevistados, valorizando a espontaneidade, contribuindo de maneira significativa na discussão. A partir das temáticas, organizamos a análise dos dados considerada nos depoimentos dos atores, estabelecendo conexões das idéias com o referencial teórico pesquisado. Consideramos, para efeito da análise, a descrição do processo, as características da área de estudo e as observações descritas no caderno de campo.

Para a interpretação dos dados desta pesquisa adotamos o método de análise de conteúdo. Nos métodos qualitativos a partir do conteúdo das falas dos atores pode-se obter os elementos para análise. A forma de ser, pensar e agir dos atores durante a fase de campo contribuiu para que muitas reflexões fossem feitas apoiando a análise de maneira gradativa. Porém, a leitura final aconteceu com as respostas das entrevistas compondo a visão geral deste estudo.

3.3.3. Fase final de campo

Devido à característica processual da pesquisa iniciada e ação de continuidade na construção da gestão ambiental no município, esta etapa aconteceu lentamente não caracterizando uma saída brusca do local do estudo. Na medida em que a coleta de dados foi se consolidando, buscamos fazer as despedidas apresentando os integrantes do grupo “Trilha” para a continuidade de suas pesquisas na contribuição dos instrumentos de gestão. As nossas intervenções continuaram de maneira mais pontual com o acompanhamento das atividades da

¹¹ Cesar Rodolfo Seibet (Engenheiro Agrônomo).

¹² Jucineide Terezinha Martendal Schmitz (Pedagoga).

¹³ Eliana Maria de Almeida (Arquiteta e urbanista/Farmacêutica e bioquímica).

Comissão juntamente com os demais integrantes do grupo “Trilha”. No entanto, para efeito deste estudo consideramos a coleta de dados até o mês de setembro de 2003.

Por interesse pessoal, e, dada a finalidade desta pesquisa, esta etapa somente será concluída definitivamente com a apresentação deste estudo à comunidade local após a defesa e aprovação em banca oficial da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV – DESCREVENDO O PROCESSO PARTICIPATIVO EM GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

Neste capítulo é apresentada a área de estudo, primeiramente situando-se a bacia hidrográfica e suas principais características para posteriormente caracterizar-se o município de Alfredo Wagner. Apresentamos seus aspectos físicos sociais, econômicos e culturais, bem como os aspectos que atuam negativamente sobre o ambiente. Posteriormente, descrevemos um pouco da dinâmica organizacional, institucional, cultura política e integração social municipal e, finalmente, situamos o processo desenvolvido pelo “grupo inicial”.

4.1. Situando a área de estudo

A Bacia hidrográfica

De acordo com o diagnóstico geral de bacias hidrográficas de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1997), a rede hidrográfica do Estado é constituída por dois sistemas independentes de drenagem: o Sistema Integrado da Vertente do interior, comandado pela bacia Paraná-Uruguai e Sistema da Vertente Atlântica, ao qual pertence a bacia do Rio Itajaí-Açú, esta ocupa aproximadamente 37% da área total do Estado. A bacia do Rio Itajaí destaca-se por ser a maior bacia inteiramente catarinense. As abundantes precipitações que ocorrem nos cursos fluviais que formam a bacia do Itajaí, freqüentemente produzem inundações com prejuízos particulares nos centros urbanos da região.

O município de Alfredo Wagner: suas peculiaridades

O município de Alfredo Wagner/SC está localizado na Serra Geral, faixa de transição entre o litoral e o planalto Catarinense a 130 km da Capital do Estado (Figura 7).



Figura 7 - Mapa do município de Alfredo Wagner - Santa Catarina

FONTE: NEA (2001).

Sua população aproxima-se dos 9.000 habitantes, sendo que cerca de 72% residem na zona rural conforme Figura 8 (Epagri, 2003). Essa distribuição representa a forte influência da colonização, através da imigração européia, principalmente alemã, que contribui para a fixação do espaço associado ao cultivo da terra.

O município possui uma característica de ocupação recente tendo sua instalação em 29 de dezembro de 1961.

Conforme se pode ver na descrição de Wagner (2002), o município de Alfredo Wagner é bastante acidentado situando-se na parte mais alta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, sendo também sua principal nascente. As encostas e patamares estabilizam-se na paisagem de relevo plano/ondulado nos vales abertos dos rios.

Os solos com predominância no município, segundo Seibt (2002), são de característica frágil e facilmente erodíveis, contribuindo para provocar sérios

problemas no uso e conservação dos recursos naturais. Quanto à floresta, segundo Souto (2003), atualmente está reduzida às reservas e em locais de difícil acesso, sendo que 46% da flora original já foram destruídas.



Figura 8 - Vista da área urbana de Alfredo Wagner SC.

FONTE: Foto da Autora (2003).

O município de Alfredo Wagner apresenta uma rede hidrográfica privilegiada representada por cachoeiras, córregos e fontes de água cristalina (Figura 9).

A localização do município em um fundo de vale, aliada a ação antrópica tem sido um dos principais motivos das enchentes que afetam o município.

Devido à sede urbana do município localizar-se em meio à confluência dos três principais rios, quando da ocorrência de chuvas, a força das águas é potencializada provocando as enchentes de maior dano no centro urbano.

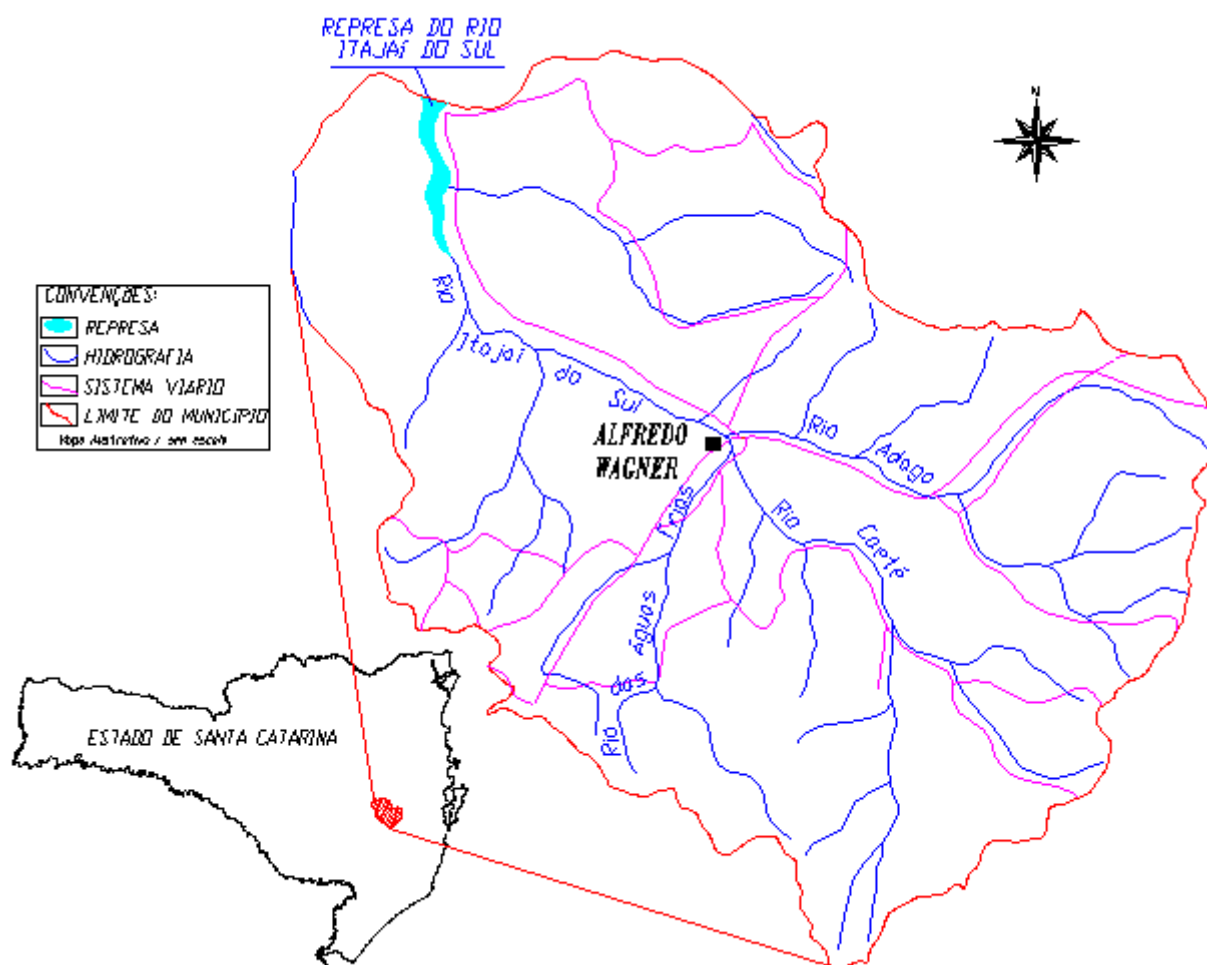


Figura 9 - Bacia hidrográfica de Alfredo Wagner.

FONTE: NEA, 2001.

4.1.1. Os aspectos sócio-econômicos, educacionais e políticos

De acordo com dados da Epagri (2003), o município de Alfredo Wagner tem na cultura da cebola e na produção agropecuária sua principal atividade agrícola seguida da cultura do fumo que também se destaca na economia local.

Conforme Seibt (2002), a agricultura familiar é o modelo econômico e social predominante no município onde aproximadamente 1.450 famílias rurais respondem por cerca de 45% da economia local. Apesar do predomínio de agricultura familiar de acordo com informações a Epagri (caderno de campo em 20/05/03) possui uma lista de 480 inscrições do município, pretendentes ao programa Crédito Fundiário de Santa Catarina. Em 2003, foram assentadas no município através deste sistema, 22,

ocupando uma área de terra de 10 hectares para cada proponente. Embora a município se caracterize por ser eminentemente agrícola não possui uma secretaria da Agricultura sendo que o corpo técnico da Epagri e técnico da prefeitura assumem este papel. Embora o façam tecnicamente bem feito percebe-se que a inexistência da secretaria enquanto força fica diluída e enfraquecida pela falta de expressão política do maior setor da economia local. O parque industrial ainda é incipiente, apresentando somente um frigorífico de pequeno porte para a transformação de carnes, um laticínio com beneficiamento do leite, uma indústria de conservas e uma metal-mecânica. O comércio é um indicador de economia local, pois está diretamente ligado ao atendimento das demandas agropecuárias e prestação de serviços influenciados pelo desempenho da produção rural.

Conforme informações colhidas, em 24 de setembro de 2003, junto à Prefeitura de Alfredo Wagner, a renda familiar dos habitantes no município é, em média, de dois salários mínimos mensais. A falta de oportunidades que significam uma ascensão social e econômica das famílias tem provocado um êxodo rural preocupante. A maioria da mão-de-obra absorvida pela monocultura da cebola ou do fumo durante a safra sofre um grande vazio no restante do ano (conforme informações colhidas em 24 de setembro de 2003), levando muitas famílias a migrarem para outras cidades em busca de outras oportunidades de trabalho. A monocultura sazonal leva ao subemprego, também sazonal. Cerca de três famílias estão deixando a cidade a cada semana, mudando-se para municípios vizinhos que ofereçam melhores oportunidades de renda e trabalho. Outro indicador que preocupa a administração municipal é o decréscimo da população. A partir 1980 até 2003, aproximadamente quatro mil pessoas desapareceram dos dados estatísticos oficiais do município migrando para outras cidades na busca de empregos temporários. O abandono das propriedades é justificado pela administração municipal relacionado à frustração sucessiva das últimas três safras agrícolas. Por outro lado, as famílias retornam às suas propriedades no momento em que a atividade agrícola aponte para uma melhoria na safra e nos lucros da produção.

No contexto educacional, o município apresenta segundo Schmitz (2003) 28, unidades escolares, sendo 26 escolas do ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, uma escola do ensino de 1ª a 8ª série, uma escola de 1ª a 4ª série, uma creche e um Colégio Estadual. As unidades escolares incluindo a rede municipal e estadual,

representam um número total de matrículas em 2002 de 1.797 alunos no ensino fundamental e 196 matrículas do ensino médio. Segundo a autora e os dados apresentados pela Secretaria de Educação do município, a taxa de matrícula no ensino fundamental vem aumentando a cada ano. O crescente aumento segundo Schmitz (op. cit) deve-se a construção da Escola Passo da Limeira que ofereceu a 21 comunidades o acesso a todas as séries iniciais do ensino fundamental. Todavia vale lembrar que após a nucleação da educação relacionada a políticas do MEC, na década de 1980, muitas escolas estaduais foram fechadas ocasionando desconforto para muitas famílias. Esta situação gerou realocação de muitos alunos, que se deslocam do interior do município para freqüentar as aulas no centro urbano. Embora o município possui um amplo sistema de transporte escolar beneficiando mais de 600 alunos, a nucleação como política de municipalização da educação não considerou fatores característicos locais. Cabe ressaltar que um dos maiores problemas apontados pelas tanto pelas pessoas como da administração municipal é a manutenção das estradas. As características de formação de solo, a topografia bastante acidentada aliada a abundância hidrológica exige uma providência intensiva do poder público na manutenção das estradas que tem afetado a própria economia do município e em especial o cotidiano educacional. Muitos alunos deixam de freqüentar as aulas em dias consecutivos de chuvas pela falta circulação do transporte escolar. Os pais percebem o fato e reclamam esta situação. Como exemplo tem-se a fala de um agricultor - “quando chove minha filha tem que fazer 7.5 Km para ir até onde o ônibus chega e no inverno sai do colégio 5:30 h e chega em casa 7:00 h da noite isso faz parte da qualidade de vida quando não falta a semana toda por causa da estrada” (registro entrevista 09/07/03).

Além desse aspecto, percebe-se uma fragilidade na formação dos professores que, de acordo com Schmitz (2003), dos 98 professores existentes no município, 90% dos professores que atuam na rede municipal e 51% que atual na rede estadual não possuem graduação. Esta fragilidade contribui efetivamente no processo perceptivo e reflexivo sobre a problematização da realidade local, dificultando uma ação transformadora a partir da prática educativa.

O quadro, no entanto apresenta sinais de mudança com a implantação do curso de graduação em Pedagogia no município onde mais de 60 professores estão sendo formados pela UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Merece destaque a presença de uma rede de comunicação comunitária, como a rádio “Nascente do Vale”, cujo nome nasceu devido a característica do município estar localizado na nascente da bacia do Rio Itajaí. A rádio possui somente abrangência local embora devido a característica topográfica o limite de potência que lhe confere o direito de ser comunitária a impede de expandir a comunicação em grande parte das comunidades rurais. Quatro igrejas fazem parte da associação que compõe os sócios fundadores da rádio permitindo-lhes o uso diário de 15 minutos. A Câmara de Vereadores possui um espaço semanal e que dificilmente é utilizado pelos vereadores sendo geralmente preenchido com música (caderno de campo 14/05/03).

Embora a rádio represente um veículo de integração e está sempre aberta aos interesses da comunidade a sua manutenção fica atrelada ao comércio local. Esta condição torna-se um fator limitante em seu poder de ação na construção e reflexão crítica sobre os problemas sócio-ambientais, políticos e econômicos locais. Existe um jornal regional de circulação semanal que inclui algumas ações do município, porém não é do acesso de todos os cidadãos, pois é feito mediante assinatura. O mesmo possui uma circulação mais urbana. Recentemente foi criado o Jornal “A W notícias” apoiado pelo projeto “Trilha” envolvendo a Comissão pró-Conselho e alunas do ensino médio. O jornal tem como objetivo incentivar a conservação do meio ambiente do município, através da comunicação e das ações comunitárias. É o único meio de circulação gratuita e que circula em todo o município.

A população rural é a mais desprovida de informações locais, tanto escrita, falada e televisiva, como também pela pouca frequência de encontros comunitários e pela dificuldade de deslocamento até a sede urbana. No entanto, existe uma característica local em que a população rural desloca-se para a “praça”, termo utilizado para designar a sede urbana. Todas as segundas e sextas-feiras acontece um grande movimento e circulação de pessoas onde destinam esses momentos para realizar as consultas médicas, serviços de comércio e bancos, entre outros. Existem na sede urbana muitos comerciantes e pessoas de influência financeira que prestam seus serviços, recursos e servem de conselheiros e referência para muitas pessoas. Nestas ocasiões acontece a troca de informação. Os assuntos geralmente são incentivados pela ingestão de uma bebida, pois a maioria dos encontros ocorre junto a pequenos bares localizados na sede urbana.

A Câmara de Vereadores conta com 8 (oito) representantes, que reúnem-se em sessões semanais, com duração bastante reduzida. Em uma das três vezes que participamos das sessões a mesma somente durou o tempo da leitura da ata da sessão anterior e a leitura de um convite para uma festa de comunidade (caderno de campo 27/05/03). Ao consultar os relatórios no período de 2001 a 2003, foi encontrado apenas um assunto referente ao meio ambiente referindo-se ao pagamento do aluguel onde o lixo da cidade era depositado até início de 2003. Segundo informações da secretária da Câmara (caderno de campo 27/05/03), foi instituído em 2001, a tribuna livre sendo ocupada até então pela população somente 3 (três) vezes. Vale destacar que ao longo dos 43 anos a alternância de poder político tem ficado nas mãos de dois partidos políticos (caderno de campo 14/05/03).

4.1.2. Os aspectos ambientais e seus impactos

De acordo com NEA (2001), a influência da colonização contribuiu para o agravamento da problemática ambiental. A herança cultural trazida pelos imigrantes europeus estava desprovida de orientações sobre técnicas adequadas de uso e ocupação de solo. As altas declividades presentes na paisagem do município não limitaram a ocupação do solo na área rural, intensificando a degradação do mesmo.

Por sua vez, a carência de espaço físico adequado e a ausência de um plano de ocupação da área urbana constituíram um dos principais problemas em torno dos rios e fundos de vale, que fazem parte da sede urbana. Somam-se a este quadro, tanto na área urbana quanto rural, a ausência de um sistema de tratamento de esgotos, bem como a falta de destino das embalagens de agrotóxicos, que são altamente utilizados na agricultura.

Durante o ano de 2003, por determinação do ministério público que exige que os municípios apresentem alternativas sanitárias de destinação dos resíduos sólidos, iniciou-se um trabalho visando o atendimento a esta questão. Até então os resíduos sólidos eram depositados a céu aberto, em local sem nenhum tipo de tratamento. Embora haja iniciativas pontuais na reversão deste quadro, o cenário de degradação ainda compromete a qualidade da água, bem como a saúde da população. Destacam-se as pesquisas que deram origem ao processo de construção da gestão ambiental e encaminham soluções alternativas para este

quadro de degradação no município. Outro trabalho que está iniciando no município é o programa estadual de microbacias hidrográficas coordenado pela Epagri que busca uma nova maneira de integrar as famílias rurais contemplando as dimensões social, econômica e ambiental na perspectiva construtivista.

Conforme Seibt (2002), o quadro de degradação não somente do município, mas de toda a bacia do Rio Itajaí, deve-se, principalmente, à ausência de políticas econômicas e sociais e principalmente agrícolas, bem como a falta de planejamento do uso e ocupação dos solos urbanos e rurais. O cenário de degradação, segundo o autor, se estende ao longo de toda a bacia hidrográfica à jusante do município de Alfredo Wagner.

4.1.3. Os aspectos organizacionais

O cenário organizacional, aqui exposto, constitui-se um dos elementos que somados a outros, representa as possibilidades e limites para implementação de uma ação coletiva na construção do “plano de gestão ambiental participativo” local.

A principal forma de organização existente no município, são os Conselhos Municipais, conforme representado na Tabela 3. Os conselhos representam o maior volume quanto à forma de organização existente exigindo uma estrutura individualizada tanto física como financeira, temporal e humana para seu funcionamento.

Em seguida, encontram-se as associações de agricultores, cujos objetivos variam desde a compra de equipamentos e insumos em conjunto, a produção e venda de produtos agrícolas (Tabela 4).

Tabela 3 - Conselhos municipais existentes em Alfredo Wagner.

Conselho	Finalidade
1. CMI – Conselho Municipal do idoso.	Deliberativo e consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e a defesa dos direitos do idoso.
2. CMA – Conselho Municipal de alimentação.	Deliberativo de assessoramento e fiscalização da merenda escolar.
3. COMAD – Conselho Municipal antidrogas	Deliberativo e normativo no sistema de prevenção, fiscalização e repressão de entorpecentes.
4. CME – Conselho Municipal de educação	Caráter: Deliberativo na atuação e formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de educação.
5. CPHC – Conselho de patrimônio histórico e cultural	Caráter: Deliberativo na atuação e formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de educação.
6. CMCA – Conselho Municipal da criança e do adolescente.	Caráter: Deliberativo e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e adolescente.
7. CONDERMA – Conselho Municipal de desenvolvimento rural e meio ambiente.	Caráter: Deliberativo na participação e fortalecimento e organização do plano municipal de desenvolvimento rural e de preservação do meio ambiente.
8. CMTE – Conselho Municipal do Trabalho e Emprego	Caráter: Deliberativo no levantamento, definição e priorização das demandas da clientela para qualificação profissional.
9. CMAS – Conselho Municipal da Assistência Municipal	Caráter deliberativo e trata da política da assistência municipal.
10. CMS – Conselho Municipal da Saúde	Caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador.

Tabela 4 - Associações municipais existentes em Alfredo Wagner.

Associação	Finalidade
1 – AFASLA – Associação dos Agricultores Familiares de São Leonardo.	Promover atividades sócio-culturais de cooperação solidária na compra e venda de produtos agropecuários.
2 – ADCD – Associação Comunitária de Demoras.	Dinamizar e integrar as ações da comunidade oportunizando a participação na resolução dos problemas locais.
3 – AMLA – Associação de Moradores de Lomba Alta.	Promover ações na área civil para o desenvolvimento de práticas organizativas e associativas locais.
4 – APOE – Associação de Produtores Orgânicos de Invernadinha.	Produção compra e venda de produtos orgânicos.

Dentre as associações ligadas ao setor agrícola, depoimentos locais colhidos em diário de campo datados de 20/05/03 e confirmados em 10/06/03 por

moradores locais, existe no município um marco de referência negativo que envolveu cerca de 100 famílias rurais. Devido a problemas administrativos/financeiros, a Associação de Pequenos Agricultores do município Alfredo Wagner - APAMAW foi dissolvida deixando uma dívida total estimada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A grande maioria das famílias ligadas a essa associação arcou com prejuízo moral e financeiro, sendo que muitas delas respondem a essa questão na justiça até hoje. Esse fato repercutiu negativamente na região e se reflete na fala das pessoas quando revelam sua opinião sobre a existência e/ou a criação de associações no âmbito municipal.

Uma forma de organização que começou a ganhar espaço no município a partir de 2002, são os grupos de mães e mulheres distribuídos em 5 comunidades entre área rural e urbana liderados pela primeira dama do município. Essas se reúnem semanalmente em pequenos grupos onde recebem a orientação de voluntárias na realização de trabalhos manuais. Hoje são cerca de 100 mulheres participantes dos núcleos. O grupo de idosos representa uma forma de associação recreativa, com 150 integrantes oriundos de comunidades rurais e sede urbana, reunindo-se semanalmente. Os encontros são regados de música ao vivo e lanche patrocinados pela promoção social do município, com uma parcela de contribuição mensal de R\$ 2,00 (dois reais) por idoso.

Por outro lado, merece destaque a constituição de uma cooperativa de crédito rural com interação solidária, sistema "CRE\$OL", fundada em 27/09/02. As cooperativas do Sistema CRE\$OL são instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, constituídas e administradas por agricultores familiares, articuladas entre si através da CRE\$OL e das Bases Regionais de Serviço. A cooperativa iniciou suas atividades em Alfredo Wagner com 28 sócios na data de sua fundação e um ano após contava com 80 sócios. Mesmo assim, existe a preocupação do presidente da Cooperativa CRE\$OL de Alfredo Wagner, quanto à preparação dos agricultores no processo organizacional conforme depoimento a seguir,

O que ainda está faltando é a capacitação e a informação para a família rural. Muitos ainda não entram e esperam ver o que é, como se dá para poder entrar (Paulo Cesar Rossi, caderno de campo 10/06/03).

Situada entre as formas de organização local está a Comissão Pró-Conselho Municipal de Meio Ambiente. A comissão representa um exemplo do esforço resultante do processo participativo iniciado em 2001 no município de Alfredo Wagner, através da UFSC. O marco de referência para criação da comissão foi o I Fórum¹⁴ Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente realizado em agosto de 2002.

Em cada uma das 8 (oito) oficinas temáticas realizadas no Fórum, os participantes elegeram representantes que pudessem integrar a comissão. Neste sentido, um grupo, inicialmente constituído por 22 representantes, entre eles agricultores, veterinário, professores, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, radialista, e profissionais liberais, juntamente com o grupo de pesquisa passaram a se reunir mensalmente após o evento.

4.2. Situando o processo participativo

4.2.1. O ponto de partida

A experiência participativa de caráter interdisciplinar desenvolvida no município de Alfredo Wagner teve seu início em maio de 2001. Os primeiros estudos iniciados por Almeida¹⁵(1997) apontavam preocupações com as sucessivas enchentes e intenso êxodo rural no município, local de origem da autora (op. cit).

De acordo com Eliana Maria de Almeida, a ausência de políticas sustentáveis ao desenvolvimento, o alto grau de degradação sócio-ambiental, abandono da terra agrícola, a educação distanciada da realidade, a falta de reflexões coletivas ou iniciativas de trabalhos para a construção do conhecimento local, sinalizaram a pertinência para uma melhor compreensão do fenômeno, sendo aprofundado em seu trabalho de mestrado iniciado em 1999. A complexidade presente no cenário de Alfredo Wagner foi compartilhada em 2000, levando à

¹⁴ O resultado deste evento encontra-se no “documento oficial – Oficinas temáticas” (não publicado) e que será melhor detalhado no capítulo IV deste trabalho.

formação do grupo NEA fase 1 – Núcleo ligado ao PPGEA/UFSC (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina).

A proposta desenvolvida no município denominou-se Controle de Enchentes e gestão ambiental participativa de Alfredo Wagner – SC. O grupo, inicialmente formado por profissionais de formação em Agricultura, Educação e Urbanismo, construiu três eixos temáticos orientadores da pesquisa, resultando em três dissertações de mestrado: “A água e as práticas rurais” (SEIBT, 2002), tendo como objetivo, construir coletivamente a compreensão sobre a realidade rural no município de Alfredo Wagner e suas perspectivas, sobre um contexto sócio-cultural, econômico e ambiental e; “A água e o uso e ocupação do solo” (ALMEIDA, 2003), tendo como objetivo, (Re) construir e compreender junto a comunidade local, a história da ocupação e uso do solo e suas relações com o meio ambiente, com enfoque às águas; “A água e a práticas educativas” (SCHMITZ, 2003), compreendendo a percepção do educador sobre as questões ambientais locais para desenvolver, coletivamente uma proposta de inserção da Educação Ambiental nas práticas formais.

Para Seibt (2002), no processo de reconhecimento e percepção sobre os impactos existentes considerou-se de extrema necessidade que suas causas e conseqüências fossem feitas através do diálogo entre os atores envolvidos.

Algumas questões foram levantadas pelo grupo de pesquisadores ao iniciar o processo e que são descritas em Seibt (2002). A saber:

- Qual é a importância atribuída aos recursos naturais pela população local?
- Como são percebidas: a degradação do solo, as enchentes, a deterioração da qualidade da água, as questões sociais e econômicas, entre outras?
- Como é a organização social e quais as ações de melhoria que já estão sendo realizadas nas suas práticas?
- Quais os valores que regem os indivíduos e ampliam a possibilidade de iniciar um processo de gestão ambiental capaz de promover o movimento de reflexão e de conscientização, gerando motivações e ações significativas?

¹⁵ Eliana Maria de Almeida (arquiteta e urbanista/farmacêutica e bioquímica), mestre em Engenharia Ambiental.

Dessa forma, a pesquisa do NEA teve como objetivo geral “a construção de propostas e a produção de conhecimentos, a partir de uma metodologia interdisciplinar, junto à sociedade organizada no município, visando contemplar a qualificação ambiental, privilegiando a participação local na definição e na implantação de ações”. Além desse objetivo, conforme Almeida (2003), pode-se descrever como objetivo central do trabalho interdisciplinar “Construir coletivamente um processo de gestão ambiental participativa para o município de Alfredo Wagner”, utilizando a Água como “Tema Gerador¹⁶” da pesquisa. Com base nos pressupostos teóricos de Paulo Freire (1987) tem a finalidade de:

1. “Sensibilizar e instrumentalizar a sociedade local para a prática operacional do processo de gestão ambiental participativa”;
2. “Instrumentalizar os pesquisadores para práticas de pesquisa interdisciplinar, introjetando a ciência na realidade local e vice-versa”.

A proposta de ação metodológica do grupo, conforme Almeida (2003), foi organizada para despertar nos participantes da pesquisa (pesquisadores e agentes locais) quatro momentos ou fases, conforme podemos visualizar na Tabela 5.

Tabela 5 - Fases da ação metodológica

ETAPAS	OBJETIVOS
Motivação	(Re)conhecer contexto problematizado, despertar (re)ação
Conscientização	Desenvolver capacidade operacional para (re)ação
Mobilização	Promover atitudes participativas
Ação Organizada	Dar sentido de unidade ao trabalho coletivo

Cabe ressaltar que a abordagem realizada por Baptista (1981) foi utilizada pelo grupo de pesquisa a partir da adaptação feita por Weberling (1986) em seu trabalho de conclusão do curso do Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro. Em seu estudo Weberling não utiliza a quinta etapa proposta por Baptista, a qual trata da integração. Os reflexos da ausência da etapa integração, enquanto processo participativo, serão discutidos no capítulo V deste estudo. As etapas de

¹⁶ Para Freire, “estes temas se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por ele provocada, contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que por sua vez, provocam novas tarefas”.

ação metodológica são melhor compreendidas e sistematizadas, conforme Almeida (2003) e podem ser encontradas no ANEXO A, a partir do projeto do CNPq¹⁷.

4.2.2. O desenvolvimento da pesquisa

O trabalho de campo do grupo de pesquisa, conforme descrito em Almeida (2003), teve seu início na área rural devido a sua grande dimensão e também por concentrar neste espaço as nascentes formadoras do Rio Itajaí do Sul.

A valorização da abordagem qualitativa adotada pelo grupo permitiu a escolha de mediadores locais para a fase de campo.

Almeida (2003) descreve que após percorrer o espaço rural, trabalhou a realidade do uso e ocupação do solo rural e as implicações ambientais. As informações colhidas nesta fase fizeram emergir, junto ao grupo de pesquisa, a importância de potencializar o espaço participativo urbano, através dos multiplicadores locais, constituindo um grupo de pesquisadores formados por moradores do município.

O contato com as pessoas no trabalho de campo também levou para outras instâncias que não somente os eixos hídricos, como problemas com o uso intenso de agrotóxicos, infra-estrutura básica, saúde, educação entre outros que livremente emergiam. Encaminhada a fase exploratória e dando seqüência da etapa de campo, a construção da pesquisa individual, seguiu cada eixo temático. Neste momento, cada pesquisador procurou fazer uma compreensão mais profunda em seu tema de pesquisa, sem nunca perder de vista a reflexão coletiva orientadora da construção dos objetivos do processo participativo.

O resumo do movimento das etapas de campo que contempla os eixos temáticos de cada pesquisa pode ser melhor compreendido a partir do fluxograma apresentado na Figura 10.

¹⁷ CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Controle de Enchentes e Gestão Ambiental Participativa em Alfredo Wagner- SC. Projeto de Pesquisa. NEA: 2001.

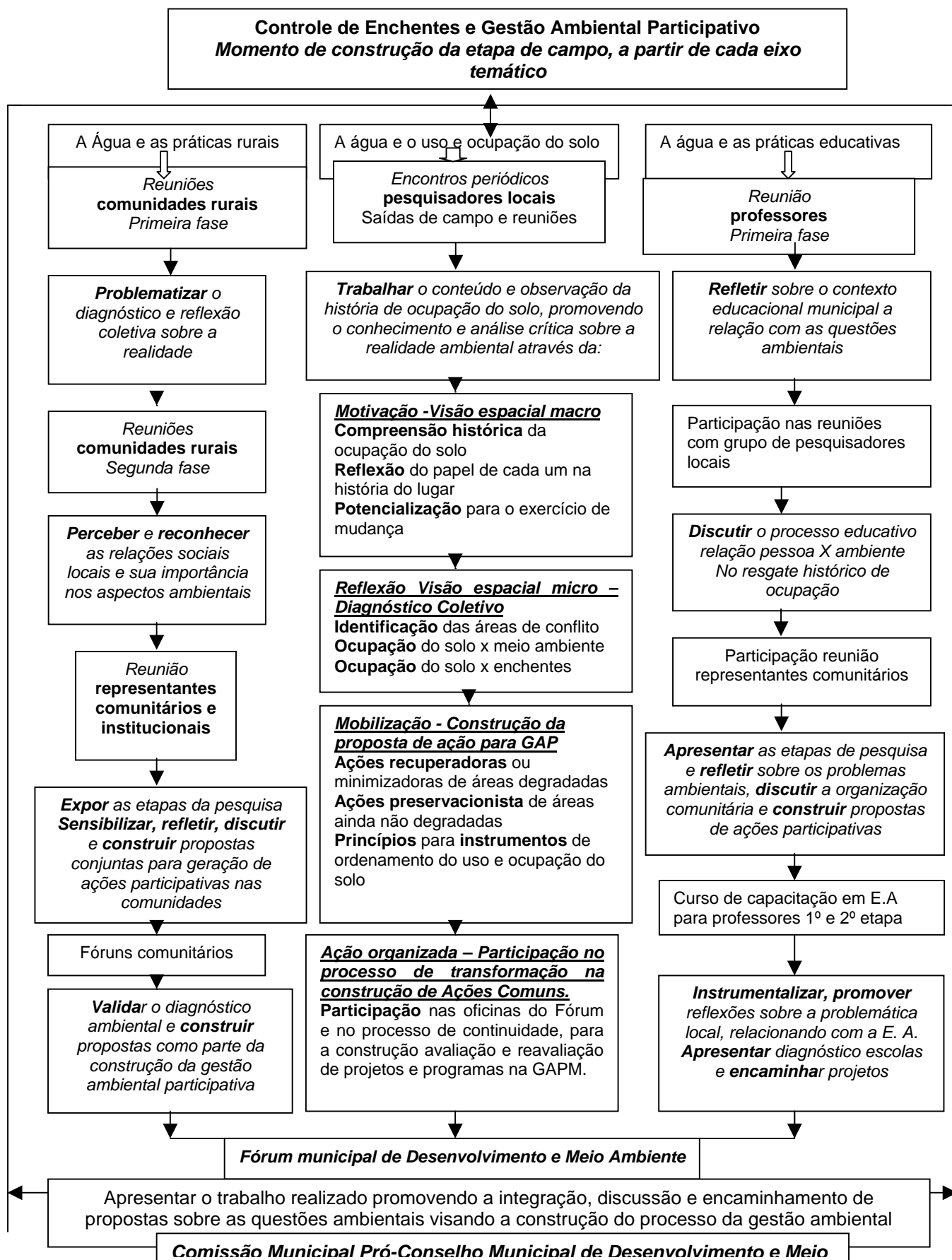


Figura 10 - Fluxograma: resumo das etapas de campo do grupo inicial por eixo temático.

4.2.3. O ponto de chegada

Neste segmento, buscamos descrever os principais momentos, produtos e considerações feitas pelo grupo inicial. A primeira síntese da pesquisa interdisciplinar no município aconteceu com a realização do Primeiro Fórum de Desenvolvimento e Meio Ambiente realizado em agosto de 2002.

De acordo com Seibt (2002), o evento reuniu durante os três dias, aproximadamente 350 pessoas da comunidade rural e urbana do município. Os principais objetivos do evento foram:

- promover um processo de integração e discussão participativa de temas relacionados a questões ambientais locais, que atingem direta e indiretamente a população local e os recursos naturais;
- apresentar ao público local o trabalho realizado pela equipe de pesquisadores do projeto “Controle de Enchentes e Gestão Ambiental Participativa”, através dos eixos temáticos componentes;
- discutir com a sociedade local, propostas e encaminhamentos que possibilitem a construção de um processo de gestão ambiental participativa e de diretrizes para o desenvolvimento ambiental, abordando as questões consideradas mais relevantes no seu contexto ; e;
- gerar uma carta-documento que contivesse as prioridades resultantes do processo de discussão, na busca do desenvolvimento social equitativo, econômico justo e ecológico sustentável.

O Fórum, conforme Almeida (2003), foi planejado e realizado em três momentos, como forma de permitir um gradativo amadurecimento de participação individual e coletiva da sociedade.

A Figura 11 representa o mapa de localização dos participantes no Fórum, mostrando a distribuição das famílias existentes no município e os integrantes da Comissão Pró-Conselho. O mapa não tem objetivo de discutir o número de participantes e sim demonstrar a distribuição espacial de representatividade das categorias participantes.

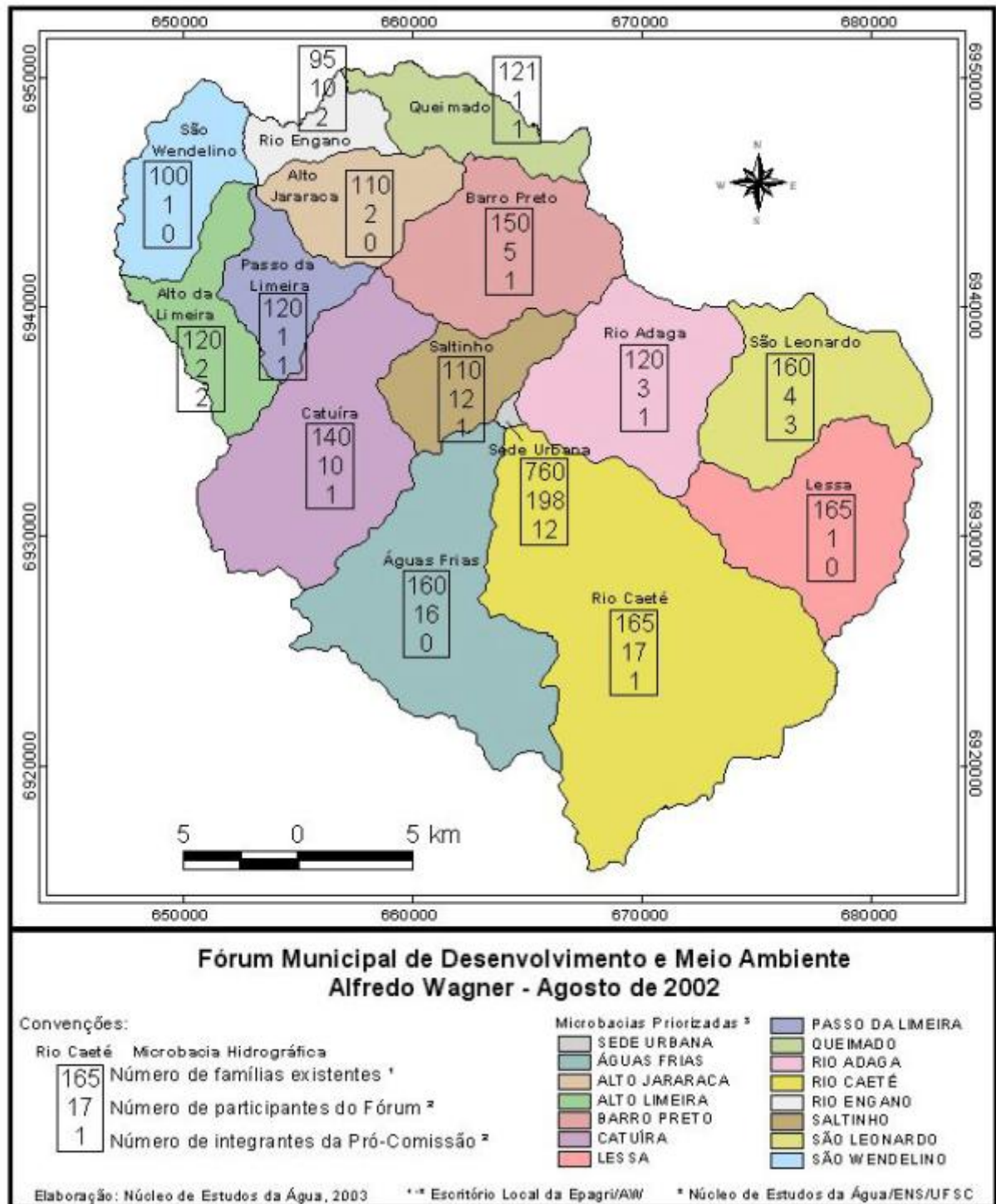


Figura 11 - Mapa de localização dos participantes do Fórum.

FONTE: Fábio Luiz Viecili - NEA, 2003.

Para Schmitz (2003), dentre os momentos de debates merecem destaque as oficinas temáticas divididas em oito temas, que visavam desenvolver um processo participativo de construção de estratégias de ação da comunidade frente às

questões ambientais. Desse trabalho de discussão, Almeida (2003) ressalta que foram construídos dois movimentos importantes:

- a construção coletiva de propostas para um desenvolvimento mais equilibrado e pertinente ao meio ambiente local: Documento Oficial do Fórum e;
- constituição da Comissão Provisória de Desenvolvimento e Meio Ambiente, como produto efetivo de organização social ampliada, favorecendo a participação efetiva da sociedade no processo de desenvolvimento municipal e da consciência crítica sobre o meio ambiente local.

Considerações dos pesquisadores revelam esse momento de convergência do esforço coletivo.

Assim o evento foi concluído e avaliado pelos participantes, incluindo organizadores, instituições municipais e comunidade, como um valioso momento do município, abrindo espaço para eventos participativos futuros. Dessa forma, com a realização do Fórum o processo desta pesquisa tem sua primeira fase concluída, prosseguindo na construção da gestão ambiental participativa no município de Alfredo Wagner, agora com iniciativas locais (ALMEIDA, 2003).

A realização deste evento trouxe satisfação aos pesquisadores e mostrou à sociedade local que o processo participativo é possível. Os participantes tornaram-se multiplicadores e ampliaram o processo de responsabilidade e compromisso diante das transformações necessárias na relação com o meio ambiente (SCHMITZ, 2003).

A realização desta etapa estabeleceu um novo marco no processo de gestão ambiental local, promovendo o entendimento e efetiva participação das organizações sociais na construção do desenvolvimento sócio econômico e ecológico local. A realização do Fórum gera uma expectativa otimista, pois certamente corresponde aos propósitos esperados e ampliará as perspectivas de mudanças desejadas pelos pesquisadores e pela população local (SEIBT, 2002).

4.2.4. A continuidade

A realização do Fórum Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente sinalizou o encerramento de uma etapa da proposta de intervenção, apresentando

os produtos anteriormente descritos como o desafio de continuidade na implementação da gestão ambiental. O evento ancorou a continuidade do projeto de pesquisa iniciado em 2001, sendo potencializado pela aprovação do projeto “Trilha” em 2002. A proposta deste projeto tem por objetivo “aprofundar o processo de planejamento participativo já iniciado, visando garantir a condição da água, bem natural, como recurso estratégico, contribuindo desta forma para a futura implementação de instrumentos de gestão”.

A construção da gestão ambiental participativa avança com o grupo “Trilha”, todos ligados ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da UFSC.

As duas fases do processo de construção da gestão ambiental participativa no município de Alfredo Wagner são apresentadas na Figura 1, página 18.

CAPÍTULO V – OS SIGNIFICADOS DOS ATORES SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO EM GESTÃO AMBIENTAL

*Temos a contínua necessidade de captar o sentido dos nossos mundos exterior e interior, de encontrar o significado do ambiente em que estamos e de nossas relações com os outros seres humanos...
Fritjof Capra.*

Este capítulo tem como objetivo discutir o conteúdo das entrevistas na visão dos diferentes atores, relacionando-as com o referencial teórico pesquisado, conforme descrito na metodologia. O problema do estudo, a caracterização do município, a descrição do processo participativo e as informações contidas no caderno de campo também compuseram esta discussão.

Na primeira parte, deste capítulo, apresentamos os significados dos atores sobre o processo participativo em gestão ambiental, considerando as categorias: motivos, dificuldades, necessidades dos atores em relação ao processo. Na segunda parte, contemplamos as possibilidades e limites na integração e na ação organizada da população na continuidade do processo.

5.1. Motivos, necessidades e dificuldades dos atores no processo participativo em gestão ambiental

5.1.1. Na visão comunitária

O ser humano é quem percebe e vivencia paisagens, lugares atribuindo-lhes significados, valores e estabelece relações de acordo com sua visão de mundo. Esta visão por sua vez vai se (re)construindo a medida que recebe contribuições e as incorpora ao seu processo perceptivo. Notamos pelos depoimentos que os motivos que levaram os atores comunitários a participarem do processo vão desde a

curiosidade, ao fato de se colocarem como agentes de mudança e sujeitos históricos da sua comunidade.

Analisando os depoimentos a seguir, notamos que alguns atores reconhecem e percebem o ambiente como espaço de vida. O motivo de busca vai na direção de uma qualidade de vida para a família, a começar pelo futuro melhor para os filhos. A concepção de cuidado é requisito determinante na construção da sustentabilidade, pois permite o espaço de vida para as futuras gerações.

Os atores revelam a percepção pela qualidade muito próxima da família, refletindo-se no motivo de busca de ações que atendam essas necessidades e um novo estilo de vida. Os depoimentos se aproximam das preocupações iniciais descritas no capítulo I indicando que a sustentabilidade não é um problema técnico a ser resolvido, mas uma visão de mundo que coloca o ser humano no centro de um novo projeto civilizatório.

A gente tá com idade um pouco avançada mas, a gente quer um futuro melhor para os filhos da gente (...) quer que eles aprendam mais e que tenham uma melhor qualidade de vida.

(...) aqui eu escolhi para viver, eu moro aqui, a minha vida está aqui.

(...) fui convidado a estudar as enchentes, pelo fato de ter passado por uma experiência negativa e a gente foi se engajando.

O novo projeto civilizatório deve incluir a preocupação com a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida percebida e construída a partir do individual para o coletivo. Observamos no decorrer da fundamentação teórica que nem sempre a mente funciona a partir dos sentidos, e, nem sempre recebe essas sensações passivamente. A motivação, a decisão, a conduta, valores e expectativas são contribuições ao processo perceptivo. Neste aspecto, percebemos que existe um motivo ligado a qualidade de vida que conduz o ator a se engajar em ações que visam o cuidado com o lugar.

Sobre isso Oliveira (1999) nos conduz a uma reflexão pertinente ao dizer que a visão de mundo implica um conjunto de subjetividades, significados, sistemas de valores que dependem de diferentes fatores sociais e individuais e contextuais. A

partir das contribuições da autora e conforme descrito no capítulo IV, a motivação constituiu-se uma das propostas de ação metodológica do grupo, cujos objetivos foram (re)conhecer o(s)problema(s) e despertar para (re)ação-sensibilização (Baptista, 1978). Entendemos, neste contexto, que através desta etapa que as reflexões realizadas com a comunidade serviram de estímulo para que as pessoas pudessem externalizar sua subjetividade mostrando como o lugar é percebido por eles. Não é difícil notar que os motivos que levam os entrevistados a participarem do processo estão relacionados à necessidade de valorizar o seu espaço de vida. Deste modo, percebemos a importância de reconhecer as diferentes visões de mundo que estão dispersas no cotidiano das pessoas quando desejamos realizar trabalhos participativos. Vale salientar a importância de utilização de metodologias que permitam sensibilizar as pessoas a reconhecerem-se como parte do ambiente, valorizando a subjetividade a partir de sua identidade.

Observamos pelos depoimentos a seguir a necessidade que os atores têm de participar, conhecer e serem reconhecidos pelo que são e fazem perante a comunidade. Notamos pelos depoimentos que a participação é um motivo para obter mais conhecimento e informação, potencializando o sentimento de solidariedade e espírito de compromisso nas ações que visam o interesse comunitário.

(...) Eu sempre tenho vontade de crescer a gente vê tanta coisa mudando e ficar de fora não dá, de minha parte o conhecimento nunca é demais, ficar excluído não dá.

Quando vejo que a minha comunidade necessita de uma coisa eu quero mostrar que sou alguém eu luto por ela.

(...) eu trabalho com a comunidade Igreja e Faço parte da diretoria do sindicato e uma coisa vai chamando a outra, participei do Fórum devido meu envolvimento e agente vai se sentindo na obrigação de participar, uma coisa vai chamando a outra.

(...) eu senti vontade de participar (...) e desabafar quando a turma da universidade apareceu eu senti firmeza.

Compreender o comportamento dos atores sobre o processo é importante porque, de acordo com Medina & Santos (1999), “o estudo do comportamento forma a base para o entendimento de atitudes e motivação influenciando as percepções”.

Considerando que cada ser humano possui uma hierarquia de valores, o comportamento de alguns atores sinaliza que os motivos da participação no processo estão associados ao valor atribuído à participação. Cabe salientar que a

participação, neste caso, torna-se um requisito de realização pessoal demandado pelas atividades comunitárias. Outro aspecto associado ao valor da participação vem da contribuição de Bordenave (1994), ao dizer que o ser humano devido à necessidade básica de pertencer e de ser reconhecido faz emergir uma forma de participação espontânea.

Notamos que as pessoas buscam situações que lhes permitam participar uma vez que poucos acontecimentos quebram a rotina da comunidade. Evidenciamos a necessidade dos agentes e técnicos perceberem as manifestações no cotidiano social, reconhecendo os sinais que emergem e que podem ser valorizados nos processos participativos. Um dos aspectos que devemos considerar nos depoimentos dos atores entrevistados é a visão do papel social que a Universidade possui enquanto instituição pública e a necessidade de desenvolver iniciativas de estudos descentralizadas, de caráter prático e comunitário. De forma geral, para o âmbito comunitário a Universidade está associada à idéia de “poder”, algo ainda muito distante da comunidade.

É muito importante que a Universidade ajude a gente aqui no interior, uma idéia nova nos ajude a ver que a maioria dos casos podemos resolver aqui dentro mesmo.

O que me motivou foi o fato de ter Universidade no município (...) porque quando ouvia falar em Universidade eu nem sabia e tinha conhecimento que a Universidade poderia trabalhar com o povo. A Universidade era uma coisa o povo era outra (...).

Se falar que a Universidade está na comunidade, muitos vão porque querem ouvir falar mais, vão também os curiosos.

A Universidade no município vai contribuir para o desenvolvimento (...) foi o grande motivo para que a gente saísse da toca.

(...) a Universidade no município isso vai dar um impulso para o município então isso foi um grande motivo para realmente a gente saísse da caverna com apoio de pessoas desenvolvidas, tendo em vista o desenvolvimento do município e é um povo muito fechado.

Por outro lado, notamos por parte de alguns atores comunitários o reconhecimento da necessidade de mudança no cenário de degradação ambiental do município. A perspectiva de mudança é dada pela possibilidade de ter alguém alheio ao espaço, local imbuído de idéias, sentimento de solidariedade e espírito de grupo. Os depoimentos a seguir, revelam a sutileza de percepção dos atores que

nem sempre é percebida pelos técnicos ou organizações que atuam junto aos mesmos. Esta sensibilidade de percepção pode ajudar de maneira significativa no questionamento e envolvimento nos processos de compreensão da realidade.

Os depoimentos demonstram que as pessoas estão sensíveis e abertas para empreender esforços sobre a problemática ambiental, mas que ainda necessitam de alguém que as estimule a construir um processo sistemático de reflexão que possibilite a mudança.

O que me cativou a entrar nesse projeto, foi a expectativa de mudança.

Me incentivou porque tinha alguém de fora interessado no melhoramento de nossas comunidades (...).

Com o grupo (...) a gente sente que tem essa necessidade de mudança e rápida e a gente tem a esperança que a Universidade ajude a fazer isso.

(...) vocês estão ensinando a pescar (...).

Com o grupo a gente sente que tem essa necessidade de mudança e rápida e a gente tem a esperança que a Universidade ajude a fazer isso..

(...) vocês estão ensinando a pescar, conversar mais perto de vocês a gente tem mais contato e está pegando mais experiência e também percebe a necessidade de buscar mais.

A metodologia construtivista utilizada pelo grupo inicial possibilitou desmistificar a idéia de poder externo, delegando aos atores comunitários a possibilidade de construir alternativas de soluções a partir de sua própria realidade.

Sobre essa questão é importante ressaltar que o processo participativo foi uma iniciativa (externa) que, segundo Bordenave (1994), precisa muitas vezes ser provocada por agentes externos fazendo com que as pessoas possam atingir seus objetivos. No entanto, ao se fazer esta “manipulação”, em alguns casos, o autor coloca que existe o desejo de ajudar a iniciar um processo que deverá continuar cada vez mais de maneira autônoma.

Notamos pelos depoimentos que as pessoas têm necessidade de mudança e acreditam em alguém que possa orientá-las no processo. Outro motivo que levou as pessoas a participarem está ligado à necessidade de construção de relações

solidárias. Os depoimentos demonstram que a atitude amorosa por parte do grupo inicial para com a comunidade, deu sentido e importância ao trabalho de parceria. Atitudes solidárias entre técnicos e comunidade em processos participativos levam à construção de relações harmoniosas facilitando a aprendizagem coletiva, uma condição para a construção da sustentabilidade.

Eu vejo que vocês estão fazendo um trabalho de amor a natureza e por isso eu estou acompanhando vocês.

O debate social criado a respeito do meio ambiente demanda uma nova relação sociedade/natureza e conseqüentemente orienta para uma nova forma de gestão ambiental. Dentre os depoimentos, aparecem sinais ainda muito frágeis para esta nova relação, revelando a necessidade de incluir no cotidiano de vida das pessoas atitudes e elementos de reflexão que permitam a sustentabilidade e exercício de cidadania. Atitudes, tais como considerar o rio um receptor ou depositário de esgotos ou lixo, foram assim manifestadas.

O professor César falou sobre a limpeza do rio porque praticamente nós jogava tudo no rio mesmo. Antigamente e antes de saber disso, eu aproveitava os dias de cheia para fazer limpeza ao redor de casa saco velho, litro jogava porque os outros jogava eu também jogava.

(...) daí eles explicaram depois que a gente entendeu então peguei o meu lixo e to jogando lá dentro. Mais o lixo continua vindo lá de cima eu pensei não é uma tarefa fácil não é só passar um aviso.

Se a Universidade não tivesse vindo não teria mudado porque nós tava muito mais fundo usando cada vez mais agrotóxicos, nós não ia perceber devido a dormência. Assim então gente discute o assunto, qual que faz mais mal, esse eu posso, esse eu não posso, como foi explicado no Fórum.

Estas questões nos remetem a uma reflexão mais profunda associada à necessidade das pessoas olharem para fora de si, aprendendo, sistematicamente, as causas e as conseqüências que criam ou justificam realidades ambientais.

Nesta perspectiva, Ferrara (1999) argumenta que é preciso “olhar para fora de si, pois esta associação não está codificada e, por isso, supõe uma percepção difícil e alerta para a linguagem que está dispersa no cotidiano”. A dificuldade desta operação muitas vezes faz com que o indivíduo procure uma saída mais simples à qual já está afeto por hábito e tradição histórica. Sobre esta questão Berger &

Luckmann (1985) também contribuem dizendo que “uma realidade cotidiana é dotada de sentidos pelos seres humanos (grifos nossos), tendo origem no pensamento subjetivo e se materializa na ação sendo reconhecido como real na conduta diária”. Isto significa dizer que as pessoas incorporam uma realidade cotidiana e sobre esta forma de pensar rotineira faz de sua ação algo também rotineiro. Para os autores os campos de significação que permitem desviar a atenção dos atores da realidade da vida cotidiana podem produzir uma radical transformação na tensão da consciência; e, na reflexão de Berger e Luckmann (1985), enquanto as rotinas da vida cotidiana continuarem sem interrupção são apreendidas como não problemáticas. É importante ressaltar que a realidade construída muitas vezes conserva sua situação dominante mesmo quando um fato desloca a atenção do cotidiano das pessoas. É preciso encontrar mecanismos que possibilitem integrar o setor problemático dentro daquilo que para outro não é problemático.

A necessidade de compreender que o ambiente é resultado da relação ser humano/natureza exige esforço individual e coletivo, que vai além da consciência exige decisão e ação política de mudança. Aspectos significativos nos depoimentos a seguir, estão associados à necessidade de esforço em repensar a matriz econômica como o grande desafio na busca do desenvolvimento local de forma sustentável. A “conscientização” utilizada como etapa de ação metodológica buscou desenvolver a capacidade operacional para a ação, compreendendo os diferentes conflitos, identificando novos potenciais econômicos para o município. Os atores comunitários entrevistados reconhecem a existência de problemas locais, demonstrando que não estão alheios. Porém, os depoimentos revelam a carência de reflexões coletivas justificando a necessidade de intensificar e ampliar esse exercício iniciado como o processo.

Para se fazer uma gestão ambiental participativa tem que ir educando aos poucos, algumas coisas envolvem a questão do dinheiro. Já tem serraria sobrevivendo e gerando emprego. A gente não sabe de onde vem. Do poder político? dos órgãos que deveriam encaminhar essas coisas não se sabe se poderiam trazer outras formas de desenvolvimento? A gente fica meio perdido porque um puxa para um lado outro para o outro. É interessante plantar pinus? Não plantar pinus? Fumo? E a pessoa que tem filhos na escola vai sobreviver do quê? não se sabe bem avaliar uma questão econômica (...) não se sabe se poderiam trazer outras formas de desenvolvimento (...).

(...) precisamos encontrar novos caminhos de produção e eliminar esses agrotóxicos das lavouras nas terras prá não acabar com a saúde (...).

(...) No começo do trabalho na comunidade foi discutido junto com a Universidade que o pessoal queria melhorar a água e o meio ambiente e aqui no município a gente deixa muito a desejar.

(...) até bem pouco tempo atrás não se conversava, não se falava em preservar isso ou cuidar da água, muitas crianças estão trazendo para casa e os pais vão se importando (...).

Entre os depoimentos, percebemos importantes elementos voltados à cidadania sugerindo a ação de se responsabilizar pelo que é comum. Os atores exprimem o sentimento de pertencer, existindo a necessidade de considerar os aspectos intangíveis da mente humana, que durante muito tempo foram deixados de lado. A percepção de seu entorno e a forma de conceber a qualidade de vida são dadas pelo indivíduo conforme sua visão de mundo, com a qual ele toma decisões de alterar o ambiente.

O povo daqui é trabalhador, mas está se criando um hábito de se passarem por coitadinho (...) aqui não se ensina a pescar se dá o peixe.

(...) tem que atribuir responsabilidade eu não posso virar as costas (...) isto é um problema da escola? que não está educando a criança ?(...) é um problema do prefeito? (...) então eu me pergunto o que estou fazendo aqui?

(...) o colono é responsável, o padre, o pastor, eu sou responsável (...).

A percepção crítica coloca o ser humano como responsável direto pela modificação da biosfera. Di Castri, citado por Castello (1999), escreve que por muito tempo a “ecologia tradicional” considerou a ação do homem como uma “externalidade”.

O processo de participação exige um esforço de construção individual e coletivo, pois na reflexão de Gandin (2001) estamos saindo de um modelo em que tudo está pronto, determinado pela capacidade técnica de quem detém o poder e a técnica, e que a visão de mundo limita-se a esperar por modelos prontos. A ampliação do conceito de cidadania orienta o encaminhamento de políticas públicas.

Diante do exposto, o processo participativo iniciado no município mostrou que está em consonância com o que preconiza a agenda 21 local, onde o conjunto de atores constrói a sustentabilidade de sua sociedade a partir da compreensão de

sua realidade. A implementação da agenda 21 local, embora não se constitua um documento mandatário, segundo Quintas (2000), deve apontar para a percepção da insustentabilidade e resolução dos problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado em cada realidade bem como, apontar para linhas que possam servir de elemento integrador às iniciativas locais. No entanto, a construção da agenda 21 local não pode ser vista como uma tarefa apenas técnica, trata-se de um processo político participativo. A partir desta reflexão, o processo participativo iniciado constituiu-se um exemplo de exercício que poderá ser ampliado e reconhecido perante a sociedade na implementação de políticas públicas através da construção da agenda 21 local.

A ampliação do conceito de cidadania orienta o encaminhamento de políticas públicas a partir de um amplo debate público.

As falas dos atores indicam que as metodologias construtivistas tornam-se um método de produção de conhecimento, um caminho ao exercício de cidadania para as pessoas que dela participam e se envolvem mais diretamente nos processos.

A abordagem qualitativa adotada pelo grupo inicial buscou a valorização do conhecimento local, ao mesmo tempo em que potencializou o conhecimento despertou o encorajamento frente às questões ambientais.

Contribuiu mais sobre os agrotóxicos, a saúde abriu os nossos olhos nesse sentido (...).

(...) deu uma boa conscientização é muito importante a Universidade ajudar a gente aqui no interior (...).

(...) o pessoal da Universidade mostrou que estamos errados.

(...) as formas de conversar ajudam a gente sentir mais coragem.

(...) eu senti a mudança individual que tenho mais facilidade em colocar alguma coisa para a comunidade sobre água, lixo, casa mais limpa, tudo isso aconteceu depois da presença da Universidade (...).

A Universidade trouxe um monte de pontos que veio clarear a minha forma de entender, compreender e participar.

Os depoimentos indicam a importância da pesquisa participante, utilizada no processo, justificando necessidade de pensar e conduzir o estudo onde a sociedade é o sujeito ativo do conhecimento e não somente informante.

Os depoimentos indicam a necessidade que as pessoas têm de sentirem-se sujeitos do seu próprio processo de conhecimento valorizado pelas metodologias construtivistas. Todavia, alguns depoimentos a seguir mostram como a participação é percebida pelos atores e está em estreita ligação com necessidade de uma ação pró-ativa das pessoas. Participar não é um hábito, pois se vive em uma sociedade ainda pouco democrática e participativa. A esse fato, alia-se a falta de cultura de reflexões gerando desânimo, desencorajando iniciativas individuais e coletivas de participação importantes no exercício da cidadania e construção da autonomia.

Fica evidente a necessidade de considerar a dinâmica existente na realidade, suas diferentes manifestações no desenvolvimento do processo de construção da gestão ambiental, para não confundir com desinteresse. O papel do agente externo passa pela reflexão sobre o que existe na sociedade para mantê-la passiva ou ativa, qualificando-a no sentido de potencializá-la a para sua transformação.

(...) aqui não tinha sido conversado sobre isso (...) aqui na comunidade tem pouco iniciativa de participar (...) na minha comunidade não vai ninguém do município para conversar.

Esse tipo de evento não é comum [...] na comunidade quase não acontece, quem pode ir tudo bem, quem não pode não recebe (...).

(...) está faltando autonomia para a comunidade assumir (...).

(...) se não tiver alguém chamando nada acontece.

Os reflexos da falta de cultura de participação e ações coletivas nos trazem a reflexão de Bordenave (1994), ao considerar que a intencionalidade da ideologia dominante busca manter a participação baseada nas relações sociais primárias. A participação como componente do desenvolvimento para a comunidade de Alfredo Wagner em seu processo social, encontra no clientelismo sua maior dificuldade. O exercício participativo possibilita um crescimento para o avanço da participação e não para o crescimento da dependência.

De acordo com os pronunciamentos dos entrevistados notamos que a dependência gerada no município, ao longo dos tempos pela cultura clientelista, dificulta que a autonomia se estabeleça através do exercício da participação reflexiva e construtivista. As colocações feitas pelos diferentes atores comunitários revelam a necessidade de ultrapassar as barreiras do clientelismo, pois a realidade do cotidiano local busca manter o indivíduo na condição de dependência, refletindo-se no comportamento da sociedade. O exercício de participação fica, muitas vezes, atrelado pela segurança do poder de quem decide. Fica evidenciado nas falas como se dá a relação de poder e dominação pelas instituições, bem como o inconformismo de parte dos atores.

(...) eu nunca vi uma Prefeitura tão paternalista, tem coisa que precisa mas o pessoal é muito dependente (...) até para uma informação (...) foi criado um vício e isso não é bom para o município, tira a capacidade criar e buscar.

(...) aqui em Alfredo Wagner muita coisa é barrada por aqui tudo se troca por voto, até a qualidade de um professor dentro de uma escola. “São poucas as pessoas que podem dizer: Prefeito não lhe devo obrigação nenhuma, meu voto não foi vendido e quero ver meu município crescer.

Os depoimentos dos atores revelam a existência do poder clientelista no município. A cultura de dependência não somente orienta o comportamento das pessoas, como também encontra nela mesma a justificativa pela dificuldade de percepção da autonomia. Os comportamentos com os quais as pessoas acabam se “acostumando” assumem um poder de “impotência” de reversão do quadro de dependência. Alia-se a esse fato, o atrelamento econômico, pois na luta pela sobrevivência as pessoas despertam para aquilo que lhe dá mais retorno ou “garantia de sobrevivência” financeira. O comércio local depende diretamente da dinâmica econômica do município, no entanto fica na condição de aparente “conforto” e acaba não se expondo nas questões que possam afetar o ciclo de insustentabilidade ambiental.

(...) se a Universidade sair daqui sem fazer nada pode justificar o discurso (...) dizendo a Universidade veio aqui trabalhou (...) o sindicato (...) a Epagri trabalhou e é tudo a mesma coisa, nada mudou.

Muitos acham que não é assim, mas eu acho que no município tem um grupo que tá muito mal e outros que defendem a idéia de que o povo tá

muito bem. Eu não acredito que esteja bem o município está doente e bem doente-

(...) tem um grupo político que tem poder sobre a população e outro que tem dinheiro o comércio é forte e infelizmente não temos ninguém dessa parte que é a favor de reunião (...) são ações mais esporádicas pontuais.

As pessoas vão nas reuniões até um ponto e conversam com os políticos mais antigos e o próprio comércio onde compram se vale a pena essas pessoas são as referências deles (...) infelizmente aquele cidadão que faz parte do conselho que tem boa vontade não é referência pra ninguém.

Comassetto (2000) traz a idéia de “ocupação de espaços” enquanto cidadão, entendendo que o comportamento presente na sociedade atual manifesta padrões historicamente construídos de acordo com a cultura política vigente, refletindo-se no comportamento do cotidiano dos atores. Os diferentes mecanismos legais existentes, como os conselhos municipais, devem ser ocupados como espaços para efetivar a participação local, tornando-se necessário, portanto, construir novas possibilidades de ação que possam permitir rompimento deste ciclo de dependência.

Aliada à cultura de dependência econômica está à dependência política que de certa maneira tem nas mãos a decisão de implementar as demandas da sociedade. Os entrevistados colocam que o apoio político não está no processo, é produto promocional, existe muito promoção política com a presença da Universidade no município. Outros depoimentos apresentam como dificuldade a carência de políticas públicas que garantam a continuidade do processo. Faz-se necessário continuar o trabalho, porém, evidencia-se a dificuldade de implementação de ações por iniciativa local. Este aspecto mostra a necessidade de reflexões contínuas e exercício de cidadania desenvolvendo atitudes pró-ativas no encaminhamento das necessidades locais. Este pensamento mostra que o processo ainda exige tempo de discussão e reflexão.

(...) como é que se encaminha se ninguém quer se queimar, acabou o Fórum a draga estava mexendo na beira do rio para fazer uma fossa (...).

Eu vejo a possibilidade a longo prazo através de curso tem um grupo que está politizado outro está na dependência (...).

(...) se parássemos de insistir nesse trabalho de encaminhamento do plano de gestão ambiental para as autoridades não faria menor diferença (...) a universidade está trabalhando no município, mas o resultado não interessa muito (...).

(...) eu acho que a idéia é boa mais deve se colocar no ar [...] nunca deixar o povo a desejar (...) o povo ficou tão alegre e tão feliz e depois ficou a desejar e a comunidade vê.

(...) .para as propostas saírem do papel tem que ter um prefeito que guie o nosso povo (...) se não tiver alguém nada acontece.

Notamos que embora a cidadania se constitua em “direito oficial, legal,” na prática ainda é um direito não assumido pela população que espera por um poder centralizador. A cidadania se justifica pela era em que vivemos, onde a participação cidadã requer um novo sujeito histórico, organizado em uma nova composição de forças entre os diferentes setores sociais, quer sejam públicos ou privados. A partir do conceito de participação cidadã, a sociedade passa a ter um caráter preponderante na formulação e efetividade das ações por ela acordadas.

As dificuldades apresentadas nos depoimentos nos mostram a necessidade de continuidade de reflexões que permitam criar um campo teórico de conhecimento da realidade local impulsionando as ações da comunidade. As necessidades apontam para a concentração de esforços voltada à área rural e para a formação de lideranças jovens que possam assumir os destinos, apoiando-se nas reflexões junto às pessoas nas comunidades.

Se existe um grupo debatendo sobre desenvolvimento, hora mais hora menos, é melhor discutir do que não discutir, um pouco na teoria. A prática pode estar longe ainda, eu vejo que não tem outra saída a não ser debates, reuniões, quebrar a cara é isso aí mesmo.

Acho que é mais fácil trabalhar com as pessoas mais jovens, a gurizada de ensino médio assumindo a liderança nas comunidades (...).

Acho que no nosso município falta mais trabalho de campo o nosso pessoal não dá conta (...) precisamos de um Agrônomo para auxiliar nas discussões sobre o uso de agrotóxicos e novas alternativas de produção agrícola e destino das sobras da cultura da cebola.

(...) tem que ter propostas concretas e o grande esforço tem que ser na área rural (...) 70% da população vive na agricultura e não tem secretaria da Agricultura (...).

A participação que se expressa no cotidiano do processo permite criar um espaço de reflexão teórica servindo de elemento de apoio às atividades de ação e

assim sucessivamente. É necessário ter sempre em mente que os processos construtivistas sugerem um constante movimento entre prática e teoria.

5.1.2. Na visão institucional

Na visão dos atores institucionais entrevistados a presença da Universidade no município constituiu-se o principal motivo de importância para o processo participativo. Os relatos deixam claros os significados que os atores atribuem ao saber acadêmico como algo incontestável e capaz de encaminhar as demandas da sociedade.

Entre os depoimentos, aparece a importância da parceria feita pelo município e Universidade, porém mostra que já existe um trabalho em andamento, e para este, existe a possibilidade de poder contar com a ajuda externa. De acordo com o relato das entrevistas, observamos o grande valor atribuído à Universidade pela idéia de ser considerada a detentora de conhecimento sistematizado. Os depoimentos depositam uma expectativa muito grande na instituição Universidade como se fosse esta uma consultora do saber, porém, ela sozinha não poderá resolver o problema.

A Universidade é o banco do saber mundial, detentora do conhecimento e ela interiorizada participando de todas as comunidades poderia promover e auxiliar o município (...).

A presença da Universidade seria mais um apoio ao nosso trabalho (...).

(...) eu conheci bastante coisa que não conhecia (...) comunidades, leito do rio, nascentes (...).

Embora se atribua uma importância significativa à descentralização da instituição Universidade, ela ainda é considerada a “detentora do saber”, que segundo Fazenda (1993a) constitui-se uma idéia deturpada de cultura como “transmissão de conhecimento”. Para a autora, por muito tempo a escola considerou o indivíduo como um receptor de conhecimento ao invés de transformador. Tal conceito pode se reproduzir como se a “detentora” do conhecimento, nesse caso a

Universidade, pudesse deter um poder de resolução dos problemas cotidianos em uma dada realidade.

É interessante notar que para alguns atores o processo constituiu-se um motivo para conhecer melhor o município, suas belezas, potencialidades e necessidades de valorizar a sua história. Outro motivo de adesão ao processo está relacionado ocorrências das enchentes confirmando que existe a percepção de exposição do perigo ambiental. Essa preocupação reflete a angústia, com experiências negativas passadas, buscando no processo participativo possibilidades de evitá-las.

No início do trabalho começamos a mediar o resgate da história do município, tudo o que a gente conseguia a gente aprendeu bastante (...) a gente não vê muito na cidade começamos a partilhar a idéia de fazermos um livro (...).

(...) comecei a olhar o rio de outra forma (...).

(...) deveria fazer um trabalho com o turismo aqui tem muita coisa bonita.

(...) eu morro de medo das enchentes, já sofri (...) é um problema que a gente já passou e foi o que mais me sensibilizou (...).

Através destes relatos confirma-se que o ato de participar possibilita capacitar as pessoas para o exercício da cidadania, favorecendo o conhecimento da realidade e incorporando um olhar mais apurado sobre o ambiente. Essa possibilidade desperta um olhar crítico sobre a problemática ambiental, incluindo a necessidade de se reconhecer como parte do ambiente.

As falas consideram que a presença da Universidade no município estimulou a reativação de projetos já iniciados na área da educação, facilitando a percepção da gravidade dos problemas locais. A percepção possibilita a incorporação da realidade através de um novo olhar, sugerindo uma leitura crítica da complexidade presente em cada realidade, sendo um processo lento e gradativo. Os depoimentos consideram que a legitimidade das demandas é resultado da metodologia utilizada no levantamento das informações, mostrando-se um instrumento de mobilização comunitária. Pelos depoimentos notamos que existe a percepção despertada pelo processo sobre a necessidade de preservação da água como um recurso potencial para a realidade local.

(...) eu cresci muito com as conversas com o pessoal da Universidade.

(...) o documento do Fórum é um grande auxiliar para conhecer a realidade do município (...).

(...) a metodologia ajudou a perceber o ambiente, pois estava tudo a nossa volta e nunca demos bola.

(...) a metodologia utilizada de forma natural, descontraída sem nenhuma imposição, possibilitou um diálogo franco [...] o contato sutil para fazer com que a comunidade se abrisse (...).

(...) eu acredito que antes de vir a Universidade, a gente percebia mas não acreditava que pudesse ser tão grave assim, falávamos a nível de mundo mas tem que começar por aqui. Cada qual tem que cuidar do seu lugar não adianta falar da poluição em tal lugar, tem que sensibilizar para as coisas que nos rodeiam as coisas que nos rodeiam acho que isso foi bastante comentado.

(...) o trabalho de sensibilização trouxe para a escola as idéias de reforçar os projetos que já vinham sendo feitos (...).

As pessoas têm um costume, a cultura de informação é uma coisa muito forte acontece aos poucos não é de uma hora para outra, acredito que houve muita sensibilização.

(...) acredito que houve muita sensibilização sobre a questão ambiental (...).

(...) despertou a consciência com o meio ambiente, e a importância do sistema hidrológico.

Desta forma, Panzeri (1997) considera que “a percepção envolve um ator ativo, que constrói e reconstrói suas percepções”. As estruturas de sentir e conhecer se modificam na medida que o ser humano transforma sua forma de “olhar”, percebendo seu entorno reconstruindo valores, construindo significados a partir dos conhecimentos adquiridos com a interação com o ambiente. Os depoimentos dão sinais que o processo despertou a visão crítica sobre o ambiente local, ao mesmo tempo, os atores reconhecem necessidade de uma formação que lhes permita entender melhor o seu papel enquanto sujeitos de transformação.

Podemos ver com esta investigação, com base nos estudos Schmitz (2003)¹⁸, que a falta de preparo e conhecimento de conteúdo ambiental por parte dos professores, dificulta que os mesmos se exponham e incorporem ações pró-ativas junto à escola. Por outro lado, os atores reconhecem a necessidade de outras disciplinas na ação educativa apontando a necessidade de incorporar as demandas

¹⁸ Para melhor compreensão sobre este estudo sugerimos consultar SCHMITZ, 2003.

do saber como a biologia, pedagogia, para dar conta da complexidade ambiental existente na realidade social.

(...) não temos pessoas habilitadas para a educação ainda estão se formando (...) precisaríamos também mais áreas de formação além da pedagogia.

(...) a gente precisa ter mais capacitação (...) precisamos ações sobre o lixo.

(...) isso é com a professora de ciências (...) existe na minha escola o pessoal muito comodista tudo gente nova (...) Foi difícil conseguir professores para participar, ah vai tu, vai tu (...).

(...) comentamos a necessidade de ter cursos de Educação Ambiental que a gente não tem conhecimento e de repente quer formar opinião das próprias crianças.

Através destes relatos confirma-se que o processo educativo da participação se expressa, segundo Souza (1987), através da “conscientização e capacitação contínua ante a sua realidade concreta”.

Diante do exposto, e, analisando os depoimentos a seguir, podemos notar que aparecem contradições que se configuram como um paradoxo. Ainda que os depoimentos apontem importantes movimentos ocorridos com o processo iniciado, a prática revela que o mesmo ainda não está incorporado na dinâmica institucional. Se por um lado, na percepção dos atores institucionais entrevistados, o processo foi considerado importante, por outro, revelam as dificuldades e apresentam necessidades ainda bastante variadas no que se refere à participação do mesmo.

Existem preocupações que precisam ser melhor estudadas no processo participativo, pois dificultam a construção da sustentabilidade local. Como exemplo tem-se a falta de iniciativa das pessoas, muita dependência, disputa de lideranças na realização de trabalhos e questões políticas. Muitos dos depoimentos estabelecem uma conexão de percepção com a visão comunitária como, a atitude de dependência, a falta de estímulo à participação e interesse político.

Outros depoimentos traduzem a dificuldade de um maior envolvimento com o processo devido à dificuldade de participar nos encontros promovidos pelo grupo inicial, durante os finais de semana. Porém, há que se destacar que a gestão ambiental participativa requer não somente um envolvimento pessoal, mas um

compromisso institucional ao qual a pessoa está ligada. E isso não se consegue apenas em finais de semana, deve-se incorporar ações no cotidiano profissional institucional para dar conta de ações mais comprometidas. Em alguns casos há o temor de que a presença da instituição externa possa dividir liderança e espaços com os trabalhos locais. Essa questão se não esclarecida pode dificultar uma aproximação ao processo iniciado, bem como a sua integração futura.

Apesar de não serem freqüentes, há relatos que expressam que a participação precisa ser motivada e qualificada para a continuidade do processo. Existe, ao mesmo tempo, uma necessidade não materializada de compreender a não participação por parte dos atores. Esta também deve ser uma preocupação para futuros estudos na continuidade da compreensão do processo.

(...) eu acho que a maioria do povo não tem aquela visão de tomar iniciativa é muito difícil, se não tiver uma liderança uma pessoa que lidere o movimento (...).

Vivo em busca da resposta, onde está a raiz da não participação.

(...) as pessoas ficam ansiosas como se fossem espectadores (...) uma peça de teatro que os universitários vão desenvolver.

Está faltando autonomia para a comunidade assumir.

(...) a gente levou a idéia do fórum na escola (...) mas foi barrada pela idéia de uma outra pessoa que achou a outra idéia mais urgente (...) existe muito conflito de interesse (...).

Resistência ao pessoal que vem de fora eu já fazia isto [...] agora só porque é trabalho de faculdade (...).

Quem está no poder não consegue administrar, negocia o que é emergencial.

(...) aos sábados eu tenho trabalho (...) compromisso familiar.

(...) aqui no município é tudo muito particular, partidário.

(...) tem que ter um motivo (...) para tirar as pessoas da frente da televisão.

(...) eu também não participei devido o meu trabalho e às vezes não fico sabendo (...).

Participei do Fórum somente no sábado.

Estas questões contemplam dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política em que trata a “participação cidadã”, conforme focalizada por Teixeira (2003). Para o autor, o primeiro elemento diz respeito ao “fazer ou tomar

parte”, que poderia se situar no campo do particular no processo político-social onde os indivíduos, grupos, que expressam interesses, identidade valores atuam num espaço de heterogeneidade. O segundo, envolve o elemento “cidadania” no sentido cívico de responsabilidades, no sentido da universalidade. Diante da responsabilização comprometida com a sustentabilidade, a percepção do exercício da cidadania implica o avanço da reflexão crítica sobre a própria postura individual na construção de uma cidadania universal.

Por outro lado, houve referências que constataram uma omissão por parte dos profissionais liberais, da agricultura, professores, Câmara de Vereadores frente ao processo participativo. Também consideram que muitos políticos desconhecem o trabalho realizado pela falta de engajamento nas coisas da comunidade.

Onde estavam os políticos no Fórum (...) se estavam trabalhando com as coisas comunitárias, a câmara de vereadores tem que conhecer para encaminhar (...) se estamos trabalhando com o município, os professores deveriam estar lá e trabalhar o conteúdo em sala de aula (...).

(...) a Câmara de Vereadores é considerada a 'sessão muda'.

(...) todas as lideranças políticas (...) não sei se isso é transmitido voluntariamente ou não por uma questão de medo, inibição existe uma ausência de participação (...) persiste o individualismo, a cultura de dependência, negação da promoção de um ou, de outro.

(...) acho que o papel do educador não é somente ensinar a ler e escrever é formar cidadãos participativos e críticos. Se não somos como vamos passar para o aluno.

Quanto ao que foi relatado, notamos que existem críticas do âmbito institucional que evidenciam a necessidade de um desmonte das estruturas de poder e maior comprometimento de algumas áreas mais específicas. Sobre esta questão é válida a contribuição de Brose (2000), ao refletir que “uma dimensão importante no desenvolvimento local é a necessidade de uma ativa participação do cidadão engajado na diversificação da sociedade civil”. Esta colocação é oportuna para a reflexão do processo participativo iniciado para possibilitar que as demandas da sociedade possam ser consideradas nos processos decisórios. Os depoimentos de algumas lideranças mostram a importância da discussão feita sobre a realidade local por ocasião do Fórum. Por outro lado, aparecem as ausências e dificuldades de

comprometimento da classe política e institucional para dar conta da continuidade do novo estilo de desenvolvimento local.

Nos depoimentos seguintes, relatamos a percepção mais crítica da visão institucional, em relação a participação e cultura política. Ao mesmo tempo em que se multiplicam os apelos à participação, também surgem várias formas e diferentes interpretações à respeito, com finalidades e combinações que muitas vezes podem confundir sua conceituação. As falas, a seguir, expressam a evidência do forte poder clientelista existente no município. É um cenário politicamente complexo que merece ser melhor investigado e se reflete na dificuldade de participação mais ativa das pessoas.

(...) o que existe nas lideranças é pessoas ligadas a elas, há omissão (...) a sociedade é omissa enquanto adversária política.

(...) Acredito que o vício político o poder acaba gerando a dependência o paternalismo e quando um governante tem uma visão diferente ele acaba sendo criticado porque não está fazendo nada pelo município (...) ele quer cortar o cordão umbilical de dependência, mas não está fazendo outras formas de educar e fazer ficar independente.

A política com pequenos, coisas pequenas, sem interesse comunitário (...) Os municípios pequenos tem que buscar a participação e dividir a responsabilidade (...).

(...) existe um ciclo de reclamação e dependência povo x políticos, cultura política viciada no paternalismo, o povo cobra muito e participa pouco (...).

A partir dos depoimentos torna-se ilustrativa a reflexão de Comassetto (2000), ao considerar que a interpretação do comportamento político dos atores é importante, porque serve de base para a formação de sua cultura política. Para o autor, algumas estruturas de poder marcaram e ainda marcam alguns comportamentos da sociedade brasileira. Para a realidade de Alfredo Wagner, notamos, por meio deste estudo, que o clientelismo e os “modos de mandos” dos grupos econômicos e políticos estão muito presente na dinâmica local, sendo reconhecidos tanto pelos atores institucionais quanto pelos comunitários. Os sinais desta evidência se refletem na expectativa de espera por parte das instituições com relação ao encaminhamento do trabalho iniciado pela Universidade. Notamos que existe uma apropriação dessa cultura dificultando atitudes mais pró-ativas das instituições que poderiam dar início ao rompimento deste ciclo com pequenos

ensaios de mudança junto às ações locais. Fica evidente que as instituições locais compreenderam o papel da Universidade neste processo como um agente externo, com responsabilidade de encaminhar soluções ao processo iniciado. Por outro lado, embora exista a preocupação com a continuidade e a falta de retorno para a comunidade após o Fórum, a preocupação expressa pelo depoimento sugere uma visão bastante simplista sobre o caráter educativo do processo. Esta postura dificulta o seu reconhecimento como processo de sensibilização.

(...) colocar no papel é fácil o problema é a falta de pessoas, capacidade física para ir lá junto com a comunidade que levantou o problema e resolvê-lo (...).

(...) Isso começa a esvaziar, porque você vai até a comunidade, levanta os problemas e não volta mais lá.

Os depoimentos mostram que o processo ainda não foi incorporado nas ações do cotidiano institucional. A realidade ambiental construída com o processo, e as soluções produzidas a partir das oficinas do Fórum, constituem um importante documento e que não está sendo trabalhado junto às instituições locais. Este aspecto é corroborado por Brose (2000) ao refletir que as boas idéias e práticas inovadoras devem fazer parte do marco conceitual das pessoas, permitindo a sua incorporação na própria realidade em que foram produzidas.

Sobre o caráter imediatista de nossa cultura, os depoimentos consideram que o povo deseja ver resultados imediatos e que a capacidade de aguardar recompensas tardias vem somente com a educação. Embora existam depoimentos que evidenciem a crescente sensibilização por parte dos entrevistados, ainda fica muito implícito nos relatos a precária participação e envolvimento no processo, mostrando que ainda não é uma necessidade sentida. É notável a percepção do desinteresse e desinformação do setor político em assumir o processo como possibilidade de reflexão das políticas públicas. Considerando os depoimentos da visão institucional, acredita-se que o município não percebeu o processo participativo, e o próprio Fórum, como uma oportunidade de mudança, mas como apenas mais um evento.

A partir do exposto, podemos dizer que apesar de alguns depoimentos manifestarem interesse no processo participativo iniciado enquanto visão

institucional, outros depoimentos sinalizam para um processo percebido, ainda como um evento de interesse externo. Por outro lado, outros depoimentos alegam a falta de envolvimento devido a muitos compromissos profissionais e particulares, como também desinformação sobre o andamento do processo. Há necessidade de continuidade de ações de reflexão que permitam maior envolvimento da ação institucional, dado o seu papel de articulação junto à comunidade.

As questões acima nos remetem à reflexão feita por Souza (1987), ao definir que o processo educativo da participação se expressa através da conscientização, organização, capacitação contínua e crescente da população ante a realidade.

5.1.3. Na visão do grupo inicial

Para o grupo inicial, vários motivos contribuíram para instituir a proposta de construção da gestão ambiental participativa, e estão ligados às expectativas pessoais tais como: a afinidade pessoal e profissional com o fenômeno a ser estudado, no caso a problemática ambiental, a possibilidade de poder participar de uma construção de caráter educativo, social, prático através de uma proposta construtivista de participação comunitária.

(...) consegui aplicar minha experiência profissional (...) a questão interdisciplinar foi realmente muito rica porque foi a grande oportunidade de criação de uma proposta.

(...) o que mais me interessou foi trabalhar com a comunidade e de fazer algo na área social.

(...) o primeiro motivo foi a enchente e quando percebi que o espaço local tinha a ver comigo (...) toda a problemática ambiental estava localizada naquele espaço.

As contribuições feitas por Fazenda (1993a) refletem a importância de ações e aprendizado coletivo onde a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade e grau de integração real das trocas entre os especialistas em um mesmo projeto de pesquisa. O exercício interdisciplinar permite a inclusão dos diferentes aspectos presentes na realidade cotidiana e sugere a realização de objetivos comuns acordados e construídos coletivamente. Conforme descrito no capítulo IV, a construção de um tema gerador potencializa a criação do objetivo comum que, na reflexão de Senge (2000), leva o “aprendizado das equipes”. O tema “Água” foi o elo

de ligação dos diferentes saberes existentes no grupo para o desenvolvimento do processo participativo.

Esta perspectiva de aprendizado comum aparece nos depoimentos não somente entre o grupo inicial, mas do grupo para com a comunidade. Isto implica dizer que o processo participativo tem um efeito de aprendizado que foge da lógica tradicional de produção do saber, onde existe um sujeito que ensina e outro que aprende. Fica evidente pelos depoimentos a necessidade da presença e a importância do papel social da Universidade como construtora do conhecimento local. Por meio da realização de estudos e pesquisas descentralizadas foi possível a construção do processo participativo em Alfredo Wagner.

(...) tínhamos interesse em trabalhar a evolução do indivíduo, sua postura diante do meio ambiente enquanto família (...) era um nível muito igual de conhecimento que se trocava, era recíproco.

(...) a escola nos coloca isso muito bem mecanicista que resolvo a problemática com a aplicação técnica (...) aí nos despojamos do aparato técnico para compreender e fazer uma interação mais sociológica.

(...) a reflexão como processo educativo a ser construído.

(...) O maior efeito da Universidade, junto ao município, é o papel social (...) voltado para a comunidade (...) levando conhecimento, discussão (...).

A população vê a Universidade como uma instituição bastante respeitada pela idéia de que está interessada no desenvolvimento do município.

O aspecto pedagógico de construção de conhecimento pressupõe soluções alternativas que possibilitam apontar novos elementos no processo de educação, supondo um aprendizado perceptivo da vida e uma nova visão de mundo. Foi possível identificar que a participação se manifesta sob diferentes interesses e seu resultado orienta as ações e as tomadas de decisões nos processos participativos, possibilitando o acesso efetivo dos envolvidos em todas as suas fases. Por outro lado, a descoberta dos interesses por si só não viabiliza o processo participativo se não vier acompanhado de uma problematização desses interesses na revelação dessa realidade.

O processo realizado pelo grupo inicial possibilitou um movimento de inclusão partindo da entrevista para a reflexão em pequenos grupos, do individual

para o coletivo. A metodologia construtivista permitiu uma maior participação e reflexão das famílias da área rural durante as atividades de campo. Por outro lado, a necessidade de saída de campo por parte do grupo inicial, pode ter gerado um vazio de continuidade e expectativas de retorno, em especial, para a comunidade rural.

A maior mudança se deu na área rural, pois participam mais enquanto que no perímetro urbano a mobilização foi muito precária.

A área rural foi mais organizada as comunidades se organizam e participam (...) no perímetro urbano se consegui mobilização muito precária. Durante o processo a participação não aconteceu mais é um processo que tem que ser mais intenso e deixá-las falar, precisa ser um trabalho de exposição.

Eu acho que lá no fim nós tínhamos gerado um volume grande de pessoas participando e quando saí de campo porque a gente tem que sair gerou um vazio o processo se esvaziou (...) as pessoas que participaram nas reuniões todas estão pensando.

Os caras fizeram aquelas reuniões e nunca mais apareceu ninguém então se levantou uma série de informações e não se deu respostas nenhuma.

A motivação inicial por parte da comunidade foi muito maior do que a das instituições.

As etapas de ação metodológicas trabalhadas pelo grupo na área rural foram muito simultâneas entrevistas, reuniões, micro fóruns.

(...) foi muito positiva a interação com a comunidade na fala, nas entrevistas começar a reunir do individual para o grupal.

(...) na área urbana é mais difícil de trabalhar porque ela é mais heterogênea é diferente (...) o rural todos tem a mesma profissão, problema, e dependem da mesma fonte.

Analisando as falas, é possível inferir que quando se fala em processos participativos é necessário um conjunto de elementos envolvidos. Na reflexão de Cordeolli (2001), esse conjunto de elementos deve ser “flexível, dinâmico respeitando as individualidades sociais e culturais”. Observar e respeitar as dinâmicas presentes implica respeitar as diversidades e, a partir delas, buscar pontos de interesse comum e elementos de orientação e reorientação para continuidade do processo.

Por outro lado, aparecem nos depoimentos do grupo inicial algumas preocupações ligadas à dificuldade de retorno de informação às comunidades. Outra preocupação está associada à dificuldade de compreensão da proposta do grupo por parte das instituições locais, bem como para algumas pessoas. O grupo que iniciou o trabalho entende que não ficou clara a intencionalidade do processo inicial,

dificultando a parceria e a continuidade. Estas reflexões são importantes, pois o processo pode ter gerado expectativa de espera por parte da comunidade, dificultando a sua continuidade por iniciativa local. Outros fatores tais como distanciamento do professor com a escola, a pouca formação e o excesso de trabalho da Secretaria de Educação junto aos professores são dificuldades apontadas pelos integrantes do grupo como limitantes da participação no processo.

Outra observação que na percepção desse grupo se caracteriza como dificuldade é a pouca participação das pessoas descendentes da cultura germânica, que se mostram mais reservadas, fechadas. Logo, evidencia-se com um certo distanciamento, e, outra, que o trabalho ainda está fragmentado diante do contexto da realidade desejada.

Os depoimentos abaixo ilustram as colocações:

(...) muitos não vieram, pois pensavam que era alguma coisa política (...) criou-se dúvidas de participação, tanto comunitária como institucional.

(...) eu via sempre pessoas da secretaria com muitas atividades e não conseguindo acompanhar (...) inicialmente não entenderam o projeto.

(...). Eles têm muito medo (...) isso é próprio da cultura alemã eles não permitem uma mudança mais radical, eles precisam se sentir fortalecidas para mudar (...) cada pessoa está em diferentes estágios de compreensão e participação.

(...) a maioria não sabe como fazer para ter aquela coragem da mudança (...) o momento de transformação, essa é a dificuldade (...).

(...) as pessoas participavam nas reuniões e ficavam conversando como se a gente fosse resolver os problemas.

(...) a motivação inicial por parte da comunidade foi maior do que a institucional.

Os depoimentos confirmam que o processo participativo é um trabalho lento e que exige persistência e ações de continuidade no debate reflexivo com a comunidade. Neste aspecto, justifica-se a continuidade de pesquisas nesta área permitindo o desenvolvimento de atitudes mais pró-ativas tanto da área política, institucional, quanto comunitária. Percebe-se pelos depoimentos que o processo mostrou a dificuldade de quebrar a estrutura de poder clientelista e a necessidade de continuar sensibilizando a comunidade na busca de sua autonomia no processo através da iniciativa de participação.

Todavia, o processo deixa claro que a complexidade presente no município de Alfredo Wagner exige uma visão ampliada da realidade. A falta de exercício de reflexão sobre os problemas locais e a falta de cultura de participação em trabalhos coletivos indicam um longo caminho a ser percorrido na busca da gestão ambiental participativa.

A gente sabe que tem pessoas ali que só tem o desejo, elas somente foram motivadas ainda precisam de todo um processo para se sentirem com autonomia suficiente pra dizer sim ou não". Talvez por estar ligado a cultura genética e mesmo por falta de compreensão de saber o que é cidadania está muito longe ainda.

(...) percebi que o processo participativo representou o primeiro momento que eles tiveram para estar discutindo os problemas da comunidade e que não houve nenhuma iniciativa anterior a isso a isso de ir em cada tifa e saber o que está acontecendo , como vocês estão percebendo que a gente pode fazer juntos.

A iniciativa inédita e desafiadora implementada pelo grupo inicial é focada pelos depoimentos dos atores, evidenciando que a racionalidade da informação não se justifica como elemento motivacional para transformação de realidades ambientais. Este aspecto reforça as inquietações consideradas na contextualização do problema do estudo, quando consideramos que a questão ambiental está ligada à vida diária e real das pessoas, e é neste contexto que o trabalho de reflexão e transformação deve acontecer. O exercício de percepção utilizado pelo grupo junto às pessoas, permitiu a emergência de uma realidade local a partir das próprias pessoas, como mostra a fala do grupo inicial sobre este momento.

Eu percebi que no processo das fases metodológicas que as pessoas se sentiram com vontade de participar (...) Então me chama atenção para a mobilização é o primeiro momento em que a gente pode estar discutindo (...) quando se falava em agrotóxicos, agricultura as pessoas vinham com vontade de mudar (...) os fóruns e micro-fóruns foi o momento de discutir, não havia essa iniciativa antes (...) isso foi o que a comunidade demonstrou, poder estar conversando e a vontade de mudar.

(...) a gente começou um processo de construir com eles o conhecimento próprio, através disso, eles se potencializaram para mudança.

O exercício de participação contínua leva o indivíduo a se sentir mais seguro e encorajado para tomar e encaminhar decisões, pois decide sobre o que lhe é conhecido a partir da sua visão de mundo. Outro fator é que as pessoas precisam

sentir que o que vai ser decidido vai atingi-las e que poderão ter possibilidades de intervir nesta decisão.

Embora para Bordenave (1994), a palavra participação vem da palavra parte, “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”, esse interesse parece não estar acompanhado do que ela realmente é, principalmente na sua dinâmica e ferramentas operativas do município. A participação é antes de tudo um processo cultural construído em que torno de uma visão fechada de participação. Há que se considerar que por muito tempo os regimes autoritários negaram às civilizações do mundo inteiro o direito de participar.

O grupo observou essa postura ao emitir sua consideração. Com ela podemos reforçar o sentido para a “palavra”.

(...) A participação das pessoas é limitada mais não é limitação por vontade própria, mas todos os vínculos que foram criados fizeram com que as pessoas participassem pouco. (...) as dificuldades que as pessoas tinham de se mobilizar foi passado através da educação (...) o professor não era um técnico que estava construindo um cidadão para a vida. A participação é resultado de um processo que foi construído através da educação.

Atualmente, a participação uma importância significativa no cotidiano das pessoas. O ser humano é por si só um ser criador, porém, nasce em um contexto histórico dado e ao perceber as contradições busca formas de enfrentá-las. Torna-se necessário recuperar a idéia de espaço enquanto cidadão, pois entendemos que a participação é algo inerente ao ser humano e nenhum indivíduo ou sociedade estão isentos desse “compromisso”. Todos também têm o direito de fazer parte do processo de decisão sobre o seu próprio futuro.

No entanto, acreditamos que a participação deva ser estimulada e qualificada através de pequenos movimentos considerando preocupações pedagógicas que se definem conforme as diferentes percepções e posições assumidas diante da realidade social. Assim, torna-se uma participação ativa, intencional que possibilita construir o processo de participação e ação consciente, com vistas às mudanças desejadas.

A questão pedagógica significa a superação das preocupações reveladas pelo cotidiano que, geralmente, são percebidas e enfrentadas de forma imediata e estanque. Há que se considerar o senso comum, as vivências e experiências, porém, o processo educativo intencional, cujo objetivo é intervir na dinâmica de participação existente em dada situação social, possibilita uma mudança de posturas de forma mais consciente. Em um processo de participação (consciente ou não), cada pessoa tem seu tempo pedagógico, seu ritmo e isso sugere posturas e tempos diferentes na própria forma de envolvimento de cada sujeito, conforme podemos observar na fala a seguir:

Entendemos que as etapas de ação metodológicas utilizadas no processo participativo podem estar no mesmo grupo e com momentos diferentes nas pessoas (...) uma pessoa pode estar motivada enquanto que a outra já está no processo de mobilização. Então é muito pessoal e a gente sabe que tem pessoas ali que só tem o desejo ainda não estão motivadas. (...) o processo está acontecendo em cada um deles.

Porém, há que se destacar a tendência comum de perceber a realidade simplesmente pela aparência, como já descrito anteriormente pela visão objetiva da realidade. Neste sentido, Souza (1994) corrobora em nos dizer que “a aparência é muitas vezes uma maneira de esconder a verdadeira realidade”. De imediato, esclarece a autora que “nenhum grupo pode ser julgado em suas predisposições participativas tomando por base situações aparentes”. A problematização da aparência é uma condição necessária para que a população descubra, de modo concreto, sua realidade e também os seus meios de enfrentamento.

Sobre este aspecto, a segunda etapa de ação metodológica utilizada pelo grupo inicial, descrita no capítulo IV, considera a conscientização como uma possibilidade de desenvolver capacidade operacional para a construção do conhecimento.

Eles têm a consciência do que eles estão fazendo a própria conscientização técnica de como fazer diferente.

O principal sinal de mudança com o processo é que as pessoas começaram a se perceber e olhar seus procedimentos onde reconheceram que as primeiras atitudes partem do indivíduo.

É uma maneira de começar a trabalhar a água que não é algo que passa, tem relações com a outra água que vem e eles são responsáveis por isso

(...) o saneamento passou a ser uma questão rural porque está direto no rio pela própria formação física do município.

Ainda, nesta linha de pensamento, Souza (1994) aponta o processo de conscientização como um componente importante do processo pedagógico da participação. A conscientização possibilita a revelação da realidade e de ação sobre ela, permitindo o despertar da elaboração de uma visão crítica de mundo. Observa-se que embora a metodologia aplicada pelo grupo inicial contemple este aspecto, na realidade há necessidade de aprofundamento contínuo e ampliação da ação conscientizadora.

Por outro lado o processo de capacitação - como processo pedagógico, supõe estimulação e assessoramento à população na apreensão contínua de leitura da realidade. Nota-se a necessidade de instrumentalização na elaboração de projetos, reivindicações, comunicação entre os diversos setores bem como na implementação de novas ações a partir da análise desta experiência. Entende-se que a proposta teórica que fundamentou o processo participativo foi muito importante, porém, esta pesquisa aponta para a necessidade de implementar algumas das questões acima citadas.

A experiência participativa possibilitou iniciar um processo de sensibilização das pessoas na percepção da insustentabilidade presente na realidade, buscando mecanismos de enfrentamento através da participação e o exercício da cidadania.

Todas essas considerações anteriores nos levam a acreditar que os novos conceitos e visão de mundo para a construção da gestão ambiental no município poderão ser efetivados se houver o envolvimento contínuo das pessoas na percepção e reflexão da realidade. A partir das discussões podemos constatar que a participação da sociedade, e no caso especial de Alfredo Wagner, constitui-se o início de um exercício de aprendizado coletivo e que deverá ser continuado nesta perspectiva pela iniciativa local.

A busca da construção de uma nova forma de gestão ambiental para o município de Alfredo Wagner, encontra-se, ainda, diante de um fenômeno pouco vivido pela população frente à crise ambiental. O modelo de desenvolvimento historicamente construído, baseado na exploração de seus recursos naturais e na

cultura de dependência, persiste ainda de forma contundente. Na percepção do grupo inicial

(...) o maior efeito da presença da Universidade através do desenvolvimento de uma pesquisa desta natureza é o papel social (...) voltado para a comunidade (...) levando conhecimento, discussão e reflexão com o processo construído.

No entanto, percebemos que as diferentes posturas de compreensão de responsabilidades no relacionamento desta parceria constituem-se ainda um debate bastante embrionário para uma proposta tão recente.

5.2. Possibilidades e limites de integração na ação organizada da população para a continuidade do processo participativo em gestão ambiental.

5.2.1. Compromissos múltiplos na visão da comunidade

Como já foi visto no item anterior, existe um sentimento dos atores comunitários que o processo deve continuar embora haja dificuldades explícitas como a carência de exercício coletivo, inibindo a iniciativa local. Neste aspecto, buscamos conhecer a visão dos entrevistados sobre as possibilidades e limites de integração na ação organizada da população para a continuidade do processo participativo em gestão ambiental. Foi possível identificar com este estudo os sinais de contribuição do processo potencializando à sensibilização para mudança, onde a totalidade dos atores entrevistados faz uma leitura crítica, percebendo que existe dificuldade de implementação do processo e reconhecem a falta de integração e organização local.

Por outro lado, parte dos atores percebe que existe um esforço embora tênue sendo construído ao longo do tempo, orientando novas posturas e valores voltados para ao exercício do coletivo. Esta percepção é importante, pois sinaliza a necessidade de intensificar a reflexão sobre a aplicação da metodologia, privilegiando atividades reflexivas mais intensas na etapa da ação organizada da população.

Considerando o caráter ainda muito recente para a realidade do município, há que se observar as possibilidades apontadas pelos atores entrevistados quanto a formas de integração. Os depoimentos dão sinais de que a autonomia e integração são processos em construção e que precisam ser trabalhados no município.

(...) quanto à participação e integração, eu acredito que as pessoas e entidades vão se envolvendo hoje ou amanhã (...) se na prática não fazem nada mas aceitam conversar. Está havendo uma evolução (...) vai demorar mas a sociedade vai ter que caminhar para isso.

(...) a integração vai se construindo ao longo da história, temos que ter paciência histórica porque às vezes, a gente vai e pensa que está tudo certo e de repente da um baque e cai lá embaixo (...).

(...) tem que haver flexibilidade não tem outra alternativa a não ser a integração, a sociedade civil, o poder público, o comércio, a agricultura. Cada um tem que perceber que um depende do outro, aí a integração pode acontecer de fato.

(...) eu achava que se tivesse a colaboração da Universidade com os técnicos e prefeitura unidos nas comunidades rurais (...).

(...) poderíamos formar associações de compra e venda, mas algumas é só no papel (...) precisa ter mais organização pra pedir pois tem a comercialização, as estradas.

É possível verificar os principais problemas ambientais não podem ser entendidos isoladamente, mas, de forma sistêmica, interligados, cujas soluções requerem um esforço de percepção sobre nossos pensamentos e, sobretudo, sobre os nossos valores. Os problemas de nossa época precisam ser vistos, conforme Capra (1996), exatamente como diferentes facetas de uma única crise, “a crise de percepção”.

Os depoimentos dos atores indicam que eles possuem clareza das necessidades, como também revelam que se mostram abertos, sinalizando um espaço de possibilidades de trabalho a ser realizado no sentido de promover a continuidade do processo iniciado. Ainda que na prática as percepções dos atores comunitários indiquem esforço de ações educativas externas apoiando a reflexão para a ação organizada, notamos a incorporação da idéia de sustentabilidade, pressupondo a necessidade de iniciativa de ação local.

Existem comunidades que é mais fácil reunir, outras não (...).

(...) acho que deveriam continuar pois incentiva conhecer (...) a realidade do município (...) não devemos deixar isso morrer (...) tem que escolher pessoas para continuar o trabalho.

(...) alguém tem que continuar a motivar (...).

É muito importante que a Universidade ajudar a gente aqui no interior, uma idéia nova nos ajude a ver que a maioria dos casos podemos resolver aqui dentro mesmo.

(...) eu acho que alguém da comunidade tomando iniciativa dá mais certo e o apelo da comunidade não vem só lá de fora, é diferente (...) as coisas quando nascem da comunidade saem mais a sério mas, o caso de vocês como estão insistindo bastante é muito importante porque se não fossem vocês, essa idéia jamais teria saído do interior (...).

Ao analisar as questões acima, Bordenave (1994) nos ajuda a entendê-las ao dizer que, por si só o ser humano é um ser criador, porém, nasce em um contexto histórico já construído e ao se defrontar com as contradições toma consciência e assume posições para enfrentar os desafios. Neste aspecto, entendemos que a etapa de ação metodológica utilizada para motivação e conscientização permitiu criar um campo de discussão e identificação dos conflitos existentes, suas causas, conseqüências, elaborando propostas no enfrentamento das questões locais. De outro lado, é possível verificar que existe uma carência de iniciativa muito forte limitando a ação organizada local estabelecendo um misto de autonomia e dependência. Neste aspecto é ilustrativa a reflexão de Petraglia (1995), ao dizer que “o conceito de autonomia está em estreita relação com o conceito de dependência”.

No processo de construção de sua identidade, o ser humano está exposto a diferentes influências tanto para identificar necessidades como para decidir sobre suas escolhas. Ou seja, o ser humano sabe o que quer porque decide sobre sua experiência, partindo da história que o criou e diante das possibilidades que lhes são apresentadas. A partir desta reflexão, acreditamos que o papel da Universidade junto ao município foi, e é, o de ser o elemento potencializador da expressão da comunidade entre o que ela é enquanto sujeito histórico e o que deseja a partir do que o processo lhe permitiu observar.

Considerando o caráter inédito de exercício coletivo para as características do município, a existência da Comissão Pró-Conselho demanda uma reflexão sobre sua ação, buscando formas alternativas que permitam reorientar o processo iniciado. A Comissão Pró-Conselho, ainda está vazia de significância para a comunidade e

para o contexto do município apresentando-se como um limite de continuidade ao processo enquanto forma de ação organizada. Entendemos que o exercício de participação e organização comunitário é um processo de construção de conhecimentos, habilidades e atitudes que envolvem a integração de teoria e prática reflexiva. O processo que, na verdade, as equipes aprendem é, segundo Senge (2000), através do contínuo movimento entre “prática e apresentação”, como uma “orquestra sinfônica”, ou uma peça de teatro. É um exercício que se desenvolve com pequenos movimentos e ações que vão do individual para o coletivo, avançando na medida em que esse exercício permita a formação um indivíduo de forma integral. Entretanto, este movimento de formação individual e coletivo é também algo a ser desenvolvido percebido e empreendido coletivamente junto à comunidade local. As pessoas que foram envolvidas para integrar a Comissão Pró-Conselho, apesar de sua boa vontade, ainda não se sentem seguras para atuar de forma autônoma no encaminhamento das demandas levantadas no Fórum. Por outro lado, embora a comunidade reconheça as possibilidades de informação e participação com o processo, ficam evidentes os limites de integração e ação organizada na sua continuidade.

A falta de encaminhamento das demandas e continuidade das ações com o processo iniciado, leva ao desestímulo por parte da comunidade que quer ver a continuidade do processo e espera do político uma postura de reconhecimento do mesmo para fazê-lo. Os atores comunitários temem pela descontinuidade do processo uma vez que a atual administração não assumiu o mesmo como uma política pública.

Embora o quadro de integração e ação organizada ainda seja uma construção, alguns depoimentos enfatizam os aspectos positivos de ganho individual e coletivo, como na oportunidade de encontros, debates com o grupo inicial, a ampliação da visão sobre ambiente local e a necessidade de abertura para mudança.

(...) o poder público e as autoridades não reconhecem o trabalho em si, outro fator é muita organização puxando pra tudo quanto é lado.

(...) o avanço foi reunir as pessoas, reuniões, Fórum. O recuo que na prática não aconteceu, o poder público não absorveu as propostas da comunidade e a comunidade cansou. Mas não quer dizer que as pessoas não estão melhores orientadas.

(...) se cria uma proposta e se coloca para ser feito se leva ao prefeito e na prática não acontece daí as pessoas tendem a se acomodar.

(...) o que adiantou a gente fazer um Fórum aqui, quem se comprometeu? (...) como que o próximo prefeito vai olhar pra esse Fórum. A dificuldade de implementar as ações do Fórum está na política (...). (...) a característica de município pequeno ou se é contra ou a favor e isso dificulta a integração e o político reforça a dependência. (...) eu acho que a Comissão é legítima, mas, no ponto de vista da sociedade ela não tem o peso para alavancar praticamente nada.

Os próprios atores se dão conta de que esta questão é uma característica cultural do município onde a política dificulta a integração e ação coletiva. Os depoimentos dos atores apontam que o processo participativo produziu uma tensão de consciência na medida em que a percepção da necessidade de participação e organização comunitária passou a interromper a rotina da vida cotidiana. A participação e iniciativa de ações ainda não são práticas da população que tem a cultura de dependência em sua rotina de conduta.

Esta reflexão é realizada por Berger & Luckmann (1985), evidenciando o problema em que as situações não rotineiras interrompem a rotina cotidiana das pessoas e estas não as incorporam como cotidianas. Isto significa dizer que o processo participativo buscou, através do exercício de participação, interromper a situação dominante, mas levará algum tempo ainda até que se interrompa a rotina existente de dependência. Serão necessários exercícios de continuidade até inverter a realidade da vida cotidiana.

Como já descrevemos anteriormente, os atores entrevistados ao empreenderem esforços para a legalização da Comissão Pró-Conselho, passaram a perceber de forma mais crítica a postura de atuação dos conselhos existentes no município. Este estudo possibilitou encaminhar e acompanhar as reflexões junto às reuniões desta Comissão e integrantes do grupo "Trilha". Pelos depoimentos, observamos que os atores reconhecem a fragilidade de construção coletiva apontando possibilidades de mudança na atual estrutura dos conselhos tornando-os mais acessíveis à demanda local. Estes aspectos assemelham-se as observações dos atores comunitários que evidenciam repetição de representações, pouco envolvimento de seus integrantes, dificultando o olhar mais integrado e

comprometido com a realidade local. Destacam, também, a necessidade de estabelecer parcerias que possam favorecer o desenvolvimento local.

Precisa-se de parcerias que querem ver o município crescer (...).

(...) tem que ter trabalho de parceria (...) um caminho seria a Universidade com o poder público envolvendo as crianças através da escola (...).

(...) No caso dos conselhos tem que ter um trabalho maior (...).

(...) o conselho existe só pra preencher papel (...).

(...) eu sinto a necessidade de ter um novo conselho, grande e mais discutido pra conseguir olhar melhor município (...) para se fazer um plano maior poderia ter dois representantes por conselho.

(...) se tivesse sido construído um plano central em que todo mundo seguisse, poderia se juntar num determinado momento, um plano central de gestão público no rural e na cidade, feito pela sociedade que dissesse o caminho é esse, vamos seguir. Enquanto isso não acontecer não existe integração, existe ainda muita divisão.

Muitas vezes a gente nem chega a pensar já está pronto, tem que ter mais discussão e participação.

Eu quero ver a possibilidade de juntar tudo num conselho de desenvolvimento que englobe tudo (...) meio ambiente seria um braço, por exemplo.

Independentemente de qualquer conceituação que se possa fazer sobre a estrutura dos conselhos, entendemos que a discussão e defesa da participação da sociedade nesse processo se justificam pela idéia de que todas as pessoas são afetadas pelas decisões governamentais, dando-lhes o direito a participar nas decisões. O que falta é potencializar essas percepções e traduzí-las no que a dinâmica local indica, construindo a organização local o retrato da realidade.

A esse respeito, vale notar a contribuição de Comassetto (2000) o que entende que os conselhos devem ser espaços democráticos de participação da sociedade, caracterizando-se como mecanismo de mobilização dinamização dos recursos, tornando-se instrumentos de intervenção da sociedade para a formulação, gestão e avaliação das políticas públicas.

Com base nos depoimentos, conclui-se que existe a percepção dos atores comunitários sobre a ação organizada local; que o trabalho é lento, no entanto, exigindo esforço de militância local, no sentido de consolidar a democracia

participativa criando instituições e mecanismos de participação no processo decisório. A comunidade reconhece os limites da ação organizada local, aponta caminhos e está aberta, no entanto, ainda não se sente segura para empreender ações por sua própria iniciativa. Fica claro que o processo participativo não foi suficiente para dar conta da formação das pessoas para atuarem no contexto da autonomia coletiva. O processo participativo exige um trabalho de formação de lideranças sugerindo ações contínuas do projeto que vai além da sensibilização. Exige uma parceria de esforços não somente por parte da Universidade, mas a própria comunidade deve buscar caminhos que possibilitem a continuidade do processo formativo. A efetivação de suas próprias necessidades percebidas com o processo pode ser buscada tanto localmente, a partir das estruturas existentes como escola, grupos, associações, como a partir de outras parcerias.

Entendemos, entretanto, que na continuidade da ação a Universidade deve respeitar as diferentes manifestações, servindo de interlocutora entre o que existe e o que pode ser qualificado em termos de participação e integração, possibilitando que o ator se perceba como autor na construção individual e coletiva no processo de mudança. Por outro lado, a Universidade como instituição pública deve agir não somente como agente teórico, mas agir no sentido de permitir a reflexão crítica das realidades. Desta forma, os depoimentos também tornam evidente a necessidade de uma nova forma de gestão com a participação mais ativa da sociedade civil organizada.

Viabilizar a prática da participação e *mudança da rotina* na reflexão de Seibt (2002) para uma nova forma de gestão, implica mudança de comportamento pessoal e social levando a discussões e compromissos múltiplos de toda a sociedade. (itálicos nossos).

5.2.2. Compromissos múltiplos na visão institucional

É fundamental enfatizar que trabalhar a integração exige um esforço de compreensão na construção individual e coletiva de uma nova visão de mundo, para o exercício da cidadania e da sustentabilidade, pressupondo compromissos tanto do público, privado e sociedade civil organizada. Trabalhar na perspectiva do coletivo

implica reconhecer e compreender a diversidade de opiniões, valores, relações de poder presentes na realidade cotidiana. O relato de alguns atores institucionais entrevistados aponta aspectos ligados a cultura local como um dos limites para a integração e ação organizada. Aponta como uma dificuldade para iniciativas coletivas locais, a presença da cultura germânica que se caracteriza por apresentar uma postura mais reservada. Este aspecto cultural merece ser considerado e estudado mais profundamente como indicador na análise da participação e integração no processo participativo local. No entanto, a dinâmica de participação não pode ser confundida, por um lado, como desinteresse e tampouco, atribuir esta característica como a única justificativa da reduzida integração. Destacam-se os depoimentos que refletem sobre a postura de integração existente no cotidiano do município, relacionado a esta questão.

As pessoas têm um costume a cultura de informação é uma coisa muito forte só que é uma coisa que acontece aos poucos.

(...) as professoras podem até ficar quietinhas, mas, vão incutindo nos projetos isso é algo que vai se observar ao longo do tempo.

Eu acredito que um trabalho integrado é cultural e não é de uma hora para outra.

(...) a falta de iniciativa de integração acontece nas organizações por setores de produção onde os recursos a serem aplicados de forma coletiva não foram usados devido a cultura do povo de repente está ligado a etnia não permitem que as pessoas trabalhem em conjunto.

Aqui acredito que devido a cultura Alemã, o povo é mais fechado (...) mas onde está a dificuldade de engajar a comunidade.

Observamos, pelos registros, que a integração sofre influências dos fatores culturais e a comunidade local é a unidade básica de um processo de ação devendo se realizar na perspectiva sistêmica. Desenvolver a comunidade significa, também, desenvolver sentimentos comuns de reciprocidade de afetividade e de confiança em benefício do todo, onde a integração é a articuladora dos elementos de operacionalização da participação.

Alguns atores institucionais apontam como possibilidade de continuidade do processo de integração e ação organizada encaminhamentos ainda muito centrados na perspectiva da Universidade. Observamos que o depoimento a seguir assemelha-

se aos depoimentos dos atores comunitários demonstrando expectativa de ação externa e falta iniciativa institucional local para dar continuidade.

(...) no primeiro momento, porque não vocês (...) essa integração poderia ser começada e depois ficaria para o município (...).

(...) está faltando alguém que dê suporte (...) passando idéias (...).

Notamos que em um processo de integração para o desenvolvimento global, é preciso romper a cultura ancestral e para isso é preciso ajuda externa para incorporar ações que possam ser desenvolvidas no âmbito específico. Em uma organização, na reflexão de Baptista (1978), “as diferentes instituições, compartilhando de objetivos genéricos comuns, assumem funções próprias e obrigações recíprocas, dentro de seu papel e a seu nível com vista do desenvolvimento global”. Além desses aspectos, o depoimento a seguir, indica limitações para a continuidade do processo para falta de engajamento na continuidade do mesmo.

No início houve grande integração colocamos os levantamentos as dificuldades de trabalho dentro do município, o grupo nos procurou quase que diariamente e depois foram se distanciando e procurando outras entidades.

Percebemos com a análise científica, que algumas instituições locais estão se dando conta que é necessário integrar-se para possibilitar a continuidade do processo de gestão ambiental local. Estes depoimentos confirmam as colocações feitas pelos atores comunitários que acreditam que a integração ainda é um processo em construção.

(...) acredito que para se efetivar um trabalho integrado é preciso reunir, educação, a Epagri, a rádio, a comissão, grupos de voluntários, vários segmentos, porque o político é de momento.

(...) A Universidade deveria priorizar as ações com outras entidades e colocar em prática com outras entidades (...) fazer uma apresentação do que se fez e o que é prioritário para o município. (...) por que fazer algo paralelo será que estamos aqui para dividir forças temos que somar e não dividir e esse é o carro chefe.

(...) eu acho que deveria se dar a continuidade envolvendo outras entidades dentro do município (...) tem que ter pessoas que realmente possam se dedicar porque se continuarmos assim vamos novamente levantar problemas e a presença nas reuniões são menores.

Quando há pessoas interligadas envolvidas no mesmo processo o resultado seria mais rápido (...) precisamos trabalhar é a união das forças no município.

Espera-se da Universidade a iniciativa para provocar a integração visando à gestão ambiental. Há depoimentos que possibilitam considerar que é no plano local que se constroem soluções, se negociam compromissos.

Na visão de integração considerada em Baptista (1978), podemos verificar que existe um componente de interdependência e reciprocidade entre as partes exigindo conteúdo de obrigações reconhecidas. Os depoimentos a seguir apontam para a necessidade de um aporte institucional de organização local, que facilite a continuidade do processo. Notamos, entretanto, uma lacuna entre o que existe como estrutura formal, como é o caso dos conselhos, e o que existe enquanto estrutura informal, como é o caso da Comissão Pró-Conselho. Ambas são estruturas que poderiam ser repensadas para atender as necessidades locais demandadas pelo processo participativo.

(...) precisa criar instituições e organismos para viabilizar muitas dessas ações (...) a partir da manifestação das pessoas com o apoio dos conselhos abriria-se a perspectiva de desenvolvimento, com recursos financeiros, institucionais, legais para acontecer o processo (...) acredito que os pesquisadores poderiam fazer um trabalho de sensibilização para todas as lideranças.

(...) existe a ansiedade de concretizar muitos projetos que a universidade vem viabilizando (...) especialmente no campo do turismo.

Este comportamento sugere a efetividade das ações implicando a construção de políticas públicas e ações de continuidade na instância decisória local. Notamos com os relatos que a ação institucional também fica na condição de espera, de solução externa com o processo iniciado. Os diferentes atores institucionais, que interferem no espaço local, poderiam articular e adequar os recursos (ambientais, naturais, econômicos e sócio culturais) baseando-se em princípios e diretrizes, acordados e definidos antes e durante o processo. No entanto, esta ação fica enfraquecida devido ao pouco envolvimento das instituições locais, tanto com o processo, como com o produto gerado. Porém, mesmo assim, formula-se algumas críticas à falta de continuidade ao trabalho iniciado.

Eu pensei que a Universidade viria dar continuidade (...) o que fazer agora com os dados (...) isso é que realmente começa a esvaziar porque você (...) levanta os problemas e não volta mais lá.

(...) se cria expectativa que se vai resolver os problemas e não se está fazendo nada na prática (...).

Neste contexto temos a possibilidade de refletir sobre a capacidade de nos relacionarmos com os outros, reconhecendo críticas e sugestões no exercício da interdisciplinaridade. É o que diz Fazenda (1993a), ao se referir à interdisciplinaridade, “é um exercício que não se ensina nem se aprende, apenas vive-se, exigindo uma “nova Pedagogia” - a da “comunicação”. Notamos que a falta de comunicação e ação conjunta entre Universidade e instituições locais na construção e no desenvolvimento do processo de forma continuada dificultou a criação e desenvolvimento de objetivos comuns no processo.

O trabalho segmentado dificulta a visão do contexto, e a criação de objetivos comuns. Sobre este aspecto percebemos a dificuldade das diferentes instituições locais compartilharem objetivos genéricos comuns, assumindo funções próprias e obrigações recíprocas, dentro de seu papel e a seu nível, para realização de um trabalho conjunto em vista da gestão ambiental local.

Um exemplo desta reflexão está na prática do cotidiano dos conselhos existentes no município. Os relatos deixam claro o fato de que a existência dos conselhos é mais um mecanismo de formalidade municipal, limitando a integração e ação organizada local.

(...) é muita coisa para uma pessoa só (...) tem muito conselho que a gente nem conhece (...).

Tem tantos conselhos que sentimos necessidade de ter um conselho dos conselhos porque as ações ficam divididas, a saúde discute um problema, a agricultura outro, e na verdade estamos discutindo o mesmo problema e para o mesmo público.

Vejo que os conselhos se reúnem para se reunir. Tem que ter objetivos claros, se discute numa reunião as prioridades e se volta daqui a um mês e não se resolveu nada, então as pessoas começam a se cansar (...) isso acontece porque as pessoas são escolhidas a dedo sem interesse (...) Na verdade os conselhos só existem no papel.

Essa questão dos conselhos é bem complicada porque geralmente quem faz parte de um conselho faz parte de todos. Tem semana que a gente fica a semana inteira em reunião (...) eu acho que os nossos conselhos não têm funcionado muito bem na verdade, quem faz é o pessoal dos órgãos

públicos e eles vem uma reunião ou outra. Fica sempre um grupo de pessoas envolvidas em tudo.

(...) se houvesse um encontro dos conselhos se teria uma realidade muito mais próxima dos anseios da sociedade manifestada através de cada um dos conselhos.

De acordo com relatos, esta questão denota a percepção de que o conselho é um espaço de participação e representação fragmentado, pouco atuante, um sistema desarticulado da sua representação comunitária. Para os atores, os conselhos mostram-se incapazes de empreender ações de interesse coletivo. Entendemos que os conselhos estão presos a uma visão linear de estrutura e formalidade burocrática, representam uma relação de poder, mascarando uma cultura de participação integrada legitimado pela sociedade.

Diante destas constatações, vale considerar que a proposta de ação coletiva foi construída sobre esta realidade organizacional local, refletindo-se na dinâmica de condução do processo iniciado. De acordo com o relato das entrevistas, as falas evidenciam uma preocupação com o quadro de desinteresse e desarticulação local, dificultando a integração e a ação organizada local, na continuidade do processo participativo.

O que eu vejo como principal barreira acho que a cidade é pequena demais e existe muito conflito de interesse (...).

Aqui no município deveria se reunir e falar a mesma língua.

Aqui tudo é movido pela agricultura se a roça não der o comércio não anda, o econômico da cidade não anda, saúde, saneamento, tudo isso está interligado, não adianta trabalhar separado.

Eu achei o resultado final do Fórum muito positivo para estar buscando, porém deveria Ter alguém em cada área para poder encaminhar. Não são vocês que deveriam continuar eu tenho consciência que somos nós. Depende de nós para estarmos aproveitando a oportunidade.

Existe dificuldade em dar seqüência (...) tu sai de uma reunião com as idéias da Universidade e daí vem a assistente social marcando uma reunião com o conselho da assistência para encaminhar (...) aí vem a coordenadora pedagógica precisamos marcar reunião para visitas nas escolas e aí vem... não tem como abraçar tudo.

(...) a comunidade ainda não está preparada tem que ser trabalhada para ela atuar (...).

As opiniões consideram que o processo participativo, embora importante, é mais uma atividade a ser abraçada pelo município, entre outras tantas. A complexidade de integração e ação organizada presente no cenário do município, convoca para um encontro com os saberes entre Universidade, comunidade e instituições. Algumas opiniões revelam essa possibilidade.

O trabalho acadêmico realizado deu uma consistência nessa parte de agrupar as pessoas e de buscar um objetivo de desenvolvimento, mas ainda é pequena a noção de grupo de sociedade.

Acredito que tem que se fazer um retorno a essas mesmas pessoas e instituições promover um amplo debate sobre aqueles temas administrar as prioridades (...).

Este ponto de vista é reforçado por Leff (2002), ao considerar que o diálogo dos saberes permite um "entrecruzamento no enfrentamento" das questões sócio ambientais valorizando a exigência participativa.

Entretanto, através dos depoimentos percebemos sinais de abertura em relação ao processo participativo, como o interesse pelas informações produzidas com o processo, necessidade de estabelecer prioridades às demandas levantadas, criação de metas e ações coletivas. A partir das perspectivas de compreensão por parte das instituições locais entrevistadas, visualizamos a possibilidade de continuidade do processo participativo. A sensibilização iniciada com o processo realizado deverá ser potencializada na perspectiva da construção da gestão ambiental no município com a efetiva participação das instituições locais.

5.2.3. Compromissos múltiplos na visão do grupo inicial

No âmbito destes atores confirma-se a mesma tendência apontada pela comunidade e pelas instituições quanto a limites e possibilidades da integração e ação organizada local. As reflexões apontadas pelos demais categorias de atores e aqui corroboradas referem-se às dificuldades de ações coletivas locais, às características culturais ligadas à cultura germânica, a fragilidade organizacional dos conselhos e dificuldade de iniciativas locais devido à cultura clientelista.

(...) a ação organizada local não está acontecendo (...) penso que está ligada a cultura de participação local (...) se não tiver alguém que tome a liderança eu vejo difícil. (...).

Eu vejo que a continuidade está na organização grupo eles sozinhos ainda estão receosos eu digo isso na área rural mesmo porque a questão da mudança econômica eles querem progredir, mas sozinhos eles tem muito medo. Eu diria que eles estão em banho maria esperando o próximo capítulo.

(...) os conselhos estão desarticulados é uma existência muito tênue (...) precisam ser trabalhados.

É interessante observar que os padrões de comportamento se acentuam no clientelismo buscando manter o indivíduo na condição de dependente. Entendemos que a participação se produz na dinâmica da sociedade e se expressam nos diversos segmentos, como é o caso dos conselhos.

O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida. A participação cidadã exige um novo sujeito histórico organizado para a construção do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, observamos com este estudo, que cada segmento existente no município como, por exemplo, a educação, saúde, agricultura, clero, sindicatos, os próprios conselhos, possuem os seus processos de trabalho presos a sua estrutura como: metas próprias, prazos, metodologias, público. Tais posturas dificultam construir um olhar integrador. Sendo assim, o trabalho proposto pela pesquisa através do processo participativo, de certa maneira, não está contemplado no plano de ação das instituições locais. A dificuldade em lidar com as diferentes propostas existentes no município pode ser confundida como uma área de não domínio de interesse para o segmento.

(...) parece que a presença da Universidade de alguma forma vai interferir.

(...) o poder num espaço pequeno é muito evidente (...) e se ameaçado fica arredio.

Compreendemos que o avanço do processo dar-se-á com a integração e ação organizada local. No entanto, esta integração não acontecerá a partir de um consentimento formalizado, mas, sobretudo, por uma questão relacionada à simpatia mútua, à reciprocidade, a sentimentos comuns, a comportamentos cooperativos e à identificação dos fundamentos econômicos, jurídico, político e sociais. Esses

elementos poderão determinar a capacidade política, econômica, estrutural, administrativa e social das unidades participantes, para a ação integrada.

Sobre a ação organizada, os atores entrevistados compreendem que ainda não existe município uma estrutura organizada para um novo processo de gestão.

Há necessidade de uma estrutura institucional organizada (...) para gerar e trabalhar todo esse processo de gestão ambiental.

(...) eu sinto que precisa alguém dando um empurrãozinho para sair (...) envolver a comunidade, comissão, organizações e instituições.

(...) na continuidade do processo, tem que ter alguém para trabalhar as questões institucionais, conselhos, a comissão é o caminho (...).

Com base nos depoimentos, considerando as características de integração existente na dinâmica local, entendemos que há a necessidade de introduzir mecanismos no sentido de provocar a integração como sugere Baptista (1978). A criação de vínculos de comunicação facilita a informação, incentiva à troca de experiências, idéias entre os diferentes segmentos, motivando a ação contínua.

A organização social é um recurso inicial importante para potencializar o reconhecimento da realidade no enfrentamento das ações de interesse coletivo. Os atores reconhecem a necessidade de envolver as instituições locais e consideram a Comissão Pró-Conselho, como mediadora da integração na continuidade do processo participativo local.

(...) é preciso trabalhar as associações e suas representações, a comunidade precisa ser formalizada para poder participar enquanto indivíduo, e não se sente representante da comunidade.

(...) falta respaldo no planejamento para que a ação organizada possa se dar.

(...) a ação organizada ainda é um processo, eu vejo que a Comissão Pró Conselho tem que ter num primeiro momento, muita discussão e no segundo momento uma ação concreta.

(...) eu acho que a Comissão Pró-Conselho é um caminho para a articulação das associações comunitárias.

(...) deve-se trabalhar a Educação Ambiental como parte de um projeto com a Comissão.

É interessante observar que os atores reconhecem os reflexos do não envolvimento das instituições de forma mais ativa durante as etapas de ação

metodológica realizadas junto à comunidade. Sugerem, portanto, que ocorra maior diálogo e integração de ações entre as instituições, dada a complexidade do trabalho e a necessidade de um maior engajamento institucional. Entendem que para a continuidade do processo participativo, e efetivação da gestão ambiental algumas medidas de integração serão necessárias.

(...) se fossemos entrar novamente eu trabalharia mais as questões institucionais como se elas fizessem parte do processo (...) sendo fortalecidas ao mesmo tempo que a comunidade poderia ter andado mais (...) faltou uma essa etapa importante para se fazer a mudança.

(...) a entrada no município se deu primeiro com a vertente comunitária, porque não queríamos criar vínculo só com a parte institucional (...) queríamos começar algo de baixo para cima, neste sentido, foi intencional.

(...) a gente não queria ir na questão institucionalizada (...) queríamos inicialmente envolver os moradores (...) agora, para resolver alguma coisa tem que ter a instituição.

(...) como atuar de forma integrada com as outras organizações (...) trabalhamos na vertente comunitária e a vertente institucional precisa ser amadurecida.

(...) o caminho é verificar como as organizações sociais estão estabelecidas (...) trabalhar em conjunto.

(...) deve-se envolver as instituições locais voltando para a comunidade refazendo as etapas de ação metodológica (...).

(...) o grande desafio é capacitar as pessoas para que sejam mobilizadoras do processo.

Considerando a preocupação dos pesquisadores a respeito da ação organizada local, acredita-se que a integração representa a quinta etapa de ação metodológica proposta por Baptista (1978), e que não foi contemplada na concepção do processo participativo. A integração no desenvolvimento comunitário possibilita melhores condições de operacionalização e continuidade do processo, iniciado a partir da necessidade de criar estratégias e iniciativas locais para esta operacionalização. Com base nos depoimentos até aqui relatados, concluímos que a continuidade do processo participativo poderá ser efetivada buscando formas de integração e ação organizada que permitam o trabalho interdisciplinar, tanto para enfrentar os conflitos historicamente construídos, quanto para implementar ações e planos de interesses comuns relacionados ao processo participativo iniciado.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência que liberta não pode aprisionar, isto é, as potencialidades devem ser benéficas e não destruidoras, para isto é preciso que se instaure o diálogo crítico e reflexivo das inter-relações entre ciência, sociedade, técnica e política.

(Petraglia, 1995)

Aprender e compartilhar, segundo Holliday (1996), são dois verbos que nos ajudam a compreender as experiências que realizamos a partir do exercício da sistematização.

Considerando as motivações que levaram a realizar este estudo, acreditamos, primeiramente, que a maior aprendizagem aconteceu com a própria construção desta experiência, a “pesquisa” que aqui está sendo compartilhada.

A conscientização acerca de um problema, exige uma reflexão e um tempo pedagógico de percepção e (re)construção que varia de indivíduo para indivíduo. A complexidade presente no ambiente pesquisado é também a nossa própria complexidade de: ser, ver, refletir, agir, (re)construir e compartilhar. Através deste estudo foi possível perceber as múltiplas relações que se produzem em um processo participativo buscando compreender os significados expressos pelos atores envolvidos. Esta possibilidade é dada pela pesquisa qualitativa, pois oferece elementos contextuais que dificilmente uma análise quantitativa o faria mostrando-nos também a importância da produção do conhecimento a partir da realidade social concreta.

Outro aspecto importante observado com este estudo refere-se ao caráter social da Universidade na implementação e realização de estudos acadêmicos junto a instância local. Notamos que para a realidade de Alfredo Wagner, este fato constituiu-se um dos principais motivos de importância e participação, entre as três categorias dos entrevistados. Por outro lado, o exercício pouco comum de produção do conhecimento para a realidade do município, aliado a uma visão bastante privilegiada de Universidade como produtora de um saber singular fez com que a

comunidade e instituições atribuíssem a instituição externa uma expectativa de resolução dos problemas levantados. Percebemos que a metodologia construtivista empregada na percepção da realidade se mostra um caminho à construção da teoria científica, a partir dos conhecimentos surgidos com a prática social concreta. Contudo, é mister que esse conhecimento se construa de forma pedagógica estabelecendo uma comunicação e compreensão coletiva entre as partes possibilitando para o exercício da cidadania e autonomia. O não reconhecimento deste postulado poderá reproduzir uma forma de produção de saber descentralizado, porém pouco assumido por parte da sociedade.

A partir do exposto, percebemos a necessidade de criar bases de sustentação local como forma de fortalecer a construção coletiva e contínua, com autonomia local uma vez que nem sempre as iniciativas são propostas oriundas da percepção e demandas da sociedade. Esta base de sustentação deve permitir a construção formativa da sociedade e amenizar os vazios de continuidade dados pelo caráter temporário de realização de estudos acadêmicos. A dinâmica presente na realidade revela infinitas possibilidades que emergem durante realização da pesquisa, no entanto, a exigência acadêmica demanda um tempo de entrada e saída de campo, limitando o período de ação do estudante em pesquisa sobre determinado fenômeno. Isso remete a reflexão sobre responsabilidade de continuidade pois enquanto que o estudante é transitório a instituição é permanente.

Sobre este aspecto merece ser ressaltada a importância da construção de um tema gerador construído participativamente, pois permite agregar diferentes possibilidades e desdobramentos sem, contudo, sofrer solução de continuidade. Estas constatações refletem a responsabilidade social da Universidade enquanto instituição pública no atendimento às demandas da sociedade tanto para a construção do conhecimento acadêmico quanto para transformação da realidade social.

Através deste estudo podemos confirmar nossas preocupações iniciais compreendendo que a complexidade presente na realidade ambiental atual não pode ser encarada como um problema de responsabilidade de apenas um segmento, ou área do conhecimento. Neste aspecto, observamos que o exercício da interdisciplinaridade valorizou e congregou o interesse pessoal na construção e

concretização de objetivos comuns. Contudo, as preocupações trazidas neste estudo, na perspectiva sistêmica, enfatizam a necessidade de observarmos o cenário local como um espaço de aprendizagens e relações. Envolve um conjunto de subjetividades, valores, jogo de poder, interesses, significados, produzindo a realidade da vida cotidiana dotada de sentidos pelas pessoas que nela vivem. A partir das constatações confirma-se a necessidade de aprendermos com as experiências as quais se produzem no movimento do processo e que permitem reorientar a prática.

Considerando o papel da pesquisa participante e reconhecendo a importância da construção científica através da experiência comunitária, podemos perceber que embora os objetivos sejam os mesmos entre a Universidade, comunidade e as instituições locais, as expectativas são diferentes. O cenário ambiental que identificou a pertinência comum da temática não representou uma construção uniforme de percepção de cada ator envolvido. Isto nos mostra que um processo de formação necessita uma contínua motivação, conscientização, mobilização, integração e ação organizada que permita incluir os diferentes momentos de cada indivíduo.

A metodologia utilizada pelo grupo inicial constituiu-se em um instrumento estratégico de percepção da realidade ambiental, contudo, reconhecemos que a mudança é lenta, processual e ainda muito recente para a realidade do município.

Na medida em que a realidade está em constante movimento e o processo envolve pessoas, os diferentes aspectos presentes no cotidiano sugerem um acompanhamento e qualificação das pessoas de forma contínua, agregando profissionais das ciências sociais, humanas e políticas para valorizar a reflexão e ação.

Percebemos que despertou nos atores a criação de uma identidade com o ambiente levando-os a modificar suas relações com este espaço. O ambiente tornou-se um espaço de aprendizagem estimulado pelo exercício de olhar a realidade com novas lentes. É necessário ampliar e potencializar o debate iniciado, criando iniciativas de discussão locais envolvendo as instituições, grupos e associações existentes no município valorizando as experiências existentes,

apontando para novas formas de produção e economia no espaço rural. Este espaço deverá ser assumido no âmbito local e será tanto mais efetivo, quanto mais estimulada estiver a população.

Mediante este estudo, notamos que embora fique mais explícita a motivação para participação por parte dos atores comunitários, a maioria dos atores entrevistados dispõe-se a participar. Contudo, esta participação manifesta-se de forma bastante passiva e dependente para a problemática ambiental presente. Tal postura revela a carência de percepção da população e a falta de exercício de atuação, seja na tomada de decisão, ou na simples realização de uma prática participativa. É possível perceber que a participação provocada estimulou a participação de forma mais ativa. Isto demonstra que para se estabelecer um processo participativo há necessidades de criar mecanismos para qualificar a participação, pois embora a participação faça parte da natureza social indivíduo, ninguém nasce sabendo participar – é algo que se aprende na dinâmica de vida pessoal onde o indivíduo se defronta com os problemas e aprende a enfrentá-los.

A maioria dos atores entrevistados manifestou-se de forma positiva quanto à importância do processo participativo reconhecendo a necessidade de envolvimento da população para a solução dos problemas. No entanto, percebemos que as instituições locais ainda não incorporaram as demandas e propostas oriundas do processo participativo enquanto instituição. Os atores institucionais parecem não visualizar o processo participativo e o próprio Fórum como uma oportunidade, mas, como um evento.

Para se estabelecer um movimento no processo participativo iniciado, faz-se necessária a presença mais ativa da vertente institucional local como articuladora junto à comunidade e Universidade. Há necessidade de criar condições para que a integração aconteça, favorecendo o aprendizado em grupo, a prática do diálogo e da discussão considerando as propostas oriundas do processo e que traduzem a expectativa local. A ausência e o afastamento das instituições no processo iniciado, não somente aumenta o distanciamento da parceria, dificultando a integração, como também a possibilidade de contribuição ao processo e a própria efetivação da gestão ambiental no município.

O trabalho integrado sugere atualmente como uma condição para implementar ações de interesse comum, a busca de formas de organização que permitam a inclusão da experiência e conhecimento de cada profissional ou instituição, possibilitando o exercício interdisciplinar.

Posturas mais críticas no universo de atores entrevistados reclamam o pouco envolvimento e, principalmente, a ausência do poder legislativo no processo participativo. A comunidade mostrou-se parceira e receptiva ao movimento iniciado, porém ainda passiva atribuindo a responsabilidade à Universidade na resolução dos problemas locais demandados pelo processo iniciado. Notamos durante nossa pesquisa de campo que existe um esforço de atuação institucional muito grande empreendido na realidade cotidiana, porém, bastante disperso, individual e fragmentado para uma proposta coletiva.

Os atores sentem a necessidade de participar, contudo, tanto a comunidade como as instituições reconhecem a dificuldade de integração local e a necessidade de iniciativas externas para estimular a ação organizada tornando-se um fator limitante para a continuidade da construção da gestão ambiental.

A cultura clientelista, por sua vez, presente no cotidiano local mantém um ciclo de dependência reconhecido pelas três categorias dos entrevistados. Esta percepção indica que a participação e a ação organizada ainda se dá através de uma participação manipulada ou dirigida, a qual não viabiliza uma participação autônoma. Percebemos que existe necessidade de quebrar este ciclo, permitindo que a sociedade possa construir o saber para o exercício da cidadania, a partir da reflexão da dinâmica de relações locais, tornando-se protagonista e autora do seu próprio conhecimento. Este conhecimento por parte da sociedade poderá se dar através da ocupação ou recriação de espaços de participação, ensaiando-se pequenos passos para o exercício da cidadania.

O processo participativo representa o início de uma reflexão com o estímulo externo e que deverá ser ampliada e assumida pela sociedade civil e poder público na efetivação e gestão de políticas públicas visando a sustentabilidade local. Notamos que a participação é uma questão pedagógica a ser assumida nos processos participativos de percepção da realidade, sugerindo a necessária

continuidade e envolvimento das pessoas, possibilitando o desenvolvimento da capacidade operacional para a ação. Neste aspecto, é relevante a crescente sensibilização de muitos professores que se envolveram ao longo do processo passando a perceber o ambiente como espaço de aprendizagem. Esta perspectiva representa uma possibilidade de continuidade através da ação educativa intencional.

Percebemos que a organização social é um instrumento necessário para trabalhar o processo de gestão ambiental, mas que ainda não está pronto, é um processo em construção. Entendemos que para que a maioria da população do município de Alfredo Wagner se comprometa com os problemas ambientais, traduzindo-se no esforço de efetivação da gestão ambiental faz-se necessário que as instituições estejam envolvidas mais diretamente no aprimoramento do processo.

Neste aspecto entendemos que “Comissão Pró-Conselho” foi constituída para dar suporte de continuidade ao processo iniciado integrando diferentes atores, porém, foi construída sob uma realidade de fragilidade organizacional apontada por esta pesquisa especialmente na figura dos conselhos. O exercício reflexivo que esta pesquisa realizou juntamente com os demais pesquisadores e os integrantes da Comissão despertou o olhar crítico sobre as ações dos conselhos, reconhecendo que a sua atual estrutura não contribui para o desenvolvimento local. A exigência de representações e demais formalidades existentes nos conselhos demandam grande parte de envolvimento dos profissionais que terminam por gerar um acúmulo de funções desperdiçando tempo e energia. Sobre este aspecto, merece ser revista e reconstruída a atual estrutura dos conselhos existentes no município tornando-os adequados à realidade local.

A fragilidade organizacional apontada por este estudo, repercute na ação de iniciativa local através da Comissão Pró-Conselho e na efetivação das demandas levantadas com o processo. Entendemos que o atual processo merece uma reflexão e reorientação de sua dinâmica operativa no sentido de efetivar as demandas sugeridas com o processo iniciado através de uma postura pró-ativa da sociedade valorizando o papel da integração e ação organizada. Faz-se necessária a reflexão valorizando a constituição Comissão Pró-Conselho que se encontra fragilizada pela carga a ela atribuída sem, contudo, estar preparada para assumir a condução da construção da gestão ambiental local. A Comissão Pró-Conselho representa uma

possibilidade de iniciar esta reflexão sobre a ação organizada local, envolvendo os conselhos, as associações, instituições e a comunidade.

Estas constatações nos levam a crer que não há um só caminho para se alcançar a participação, integração e ação organizada, tão pouco há uma só teoria que limite uma forma de construção da gestão ambiental, a não ser no próprio processo.

Os novos exercícios de participação surgem com possibilidades de tentar romper com a visão linear, propondo conceitos alternativos de gestão dos recursos naturais, ainda que sujeitos a definições, concepções e contradições. A conduta individual de cada indivíduo envolvido no processo compõe um conjunto de inter-relações e significados, os quais não podem ser rotulados por um modelo padrão de gestão.

A participação, integração e interdisciplinaridade, não são somente instrumentos de solução para os problemas locais, mas, sobretudo, necessidades fundamentais do ser humano de participar e construir a história de exercício da cidadania e sustentabilidade. Entendemos que o ser humano precisa se reconhecer como sujeito ativo e autor do processo de construção e transformação do seu lugar mesmo que isso leve algum tempo. A realidade cotidiana possui mecanismos próprios que orientam formas de relação de poder influenciando a participação e construção coletiva, no entanto, a busca da autonomia da sociedade implica estímulo e avanço da reflexão e compreensão clara da realidade social na qual a participação se processa.

Observamos como um limite de continuidade da integração e ação organizada, a dificuldade de incorporação das demandas como uma construção de processo e não como um produto estanque acabado. Sendo assim as metodologias construtivistas são importantes instrumentos que permitem estar constantemente incluindo a dinâmica local na perspectiva de estudá-la e recriá-la.

Porém, para que a gestão ambiental se efetive no município é necessário que instância comunitária e institucional estejam dispostas a participar e a se organizar disponibilizando-se a refletir e fomentar o processo participativo iniciado.

Entendemos que este estudo possibilitou iniciar um pequeno movimento, buscando na experiência participativa, elementos que possam o (re) orientar a reflexão do próprio processo iniciado. O exercício de aprender com as experiências ainda é um desafio a ser empreendido tanto na esfera comunitária institucional e acadêmica, pois o comum é esperar por modelos prontos.

A partir da realidade encontrada e analisada deixamos como sugestões a serem encaminhadas pelo grupo de pesquisa na continuidade do processo, tendo a Comissão Pró-Conselho como mediadora para:

- Criar mecanismos de discussão Fazer a promoção dos resultados das pesquisas junto a sociedade visando refletir junto à Câmara de Vereadores, organizações, grupos e conselhos a fim de que a sociedade possa se reconhecer como parte da construção da sustentabilidade local na implementação de ações por meio sua participação e efetivação das políticas públicas;
- Refletir no contexto municipal a legislação que trata a atual estrutura dos Conselhos Municipais buscando soluções alternativas de atuação e representação atendendo as características do município, como forma de dinamizar a ação organizada local no planejamento e atendimento de suas demandas;
- Incentivar mecanismos de comunicação, possibilitando espaço criativo de participação e integração natural e espontânea entre comunidade, instituições e Universidade, valorizando as diferentes práticas construídas e que podem contribuir para implementar a gestão ambiental local.
- Encaminhar a proposta de discussão de constituição da Agenda 21 local, buscando forma de viabilizar a integração e a ação organizada local valorizando e impulsionando o movimento iniciado com o processo participativo;
- Implementar um processo de formação não formal através da instalação de um fórum permanente articulando os diferentes saberes comunitários institucionais e científicos de interesse da população.

- Trabalhar na perspectiva da educação formal não formal, as propostas encaminhadas durante o I Fórum e as ações de pesquisas realizadas até o momento, como forma de potencializar o que já se possui de conhecimentos produzidos sobre a realidade ambiental local.
- Construir projetos em parceria com a comunidade buscando fontes financiadoras que visem potencializar a gestão ambiental iniciada no município.
- Aprofundar na Universidade junto ao programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental estudos interdisciplinares que permitam compreender a efetividade da construção coletiva considerando a dinâmica das relações existentes no ambiente, envolvendo áreas das ciências sociais, humanas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliana Maria de. **O processo histórico e uso e ocupação do solo e sua relação com a água em Alfredo Wagner**: experiência interdisciplinar de uma construção participativa local. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 2003.

_____. **Águas e Homens, encontros e desencontros**. Projeto de Conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Florianópolis, SC, 1997.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 170p.

_____. **Planejamento: Introdução à Metodologia do Planejamento Social**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1981. p. 81-119.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70,1977. 229p.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George (eds). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p.

BOFF, M. **O despertar da água: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**. 15º ed. Petrópolis, R. J: Vozes, 2001. 174p. 32 a 35.

BOOS, Arlene; PANCERI, Bernadete; EGGERS, Marli (org.) **Saneamento**. 2. Ed. Florianópolis: Epagri, 1996. 52p.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84p.

BRANDÃO, C.R. (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BROSE, Markus. Gerenciamento participativo e o método ZOPP da GTS. In: KLAUSMEYER, Alfons & RAMALHO, Luiz (org.). **Introdução a metodologias participativas: um guia prático**. Recife: SACTES - DED, 1985. p. 15-28.

_____. **Fortalecendo a democracia e o Desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000. 451 p.

_____. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. 256 p.

_____. **As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002. 295 p.

CASTELLO, Lineu. A Percepção em Análises Ambientais: O Projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental a experiência Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265p. p 23 – 37.

COMASSETTO, Vilmar. **A percepção dos prefeitos de Santa Catarina em relação aos conselhos municipais no contexto do Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação de Mestrado. PPGEP. Florianópolis, UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. 2000.

CORDEOLI, Sérgio. **Enfoque Participativo: Um processo de Mudança**. Editora Gênese, Porto Alegre, RS, 2001.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real: percepção ambiental revitalização na área portuária do RJ. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental a experiência Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265p. p 3 – 22.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 85p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1993a. 101 p.

_____. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Edições Loyola, 1993b. 119 p.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental a experiência Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265p. p 61 – 80.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**, 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.165p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

_____. **Extensão e comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 9ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HIDALGO, Pedro. **Curso de Gerenciamento Ambiental:** apostila 2. Chapecó: SEBRAE, 12 a 16 de julho de 1999. 15p.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1996.

SACHS, Igancy. Estratégias de transição para o século XXI: in **Cadernos desenvolvimento e meio ambiente** nº 1, p.42-62, Editora UFPR, 1994.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976. 220p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

MARUL FILHO, Simão. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável. In: QUINTAS, José Silva. **Pensando e Praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2000. p.115-126.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing:** metodologia, planejamento. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDINA, Naná Mininni & SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental:** uma metodologia participativa de formação. Petrópolis RJ: Vozes, 1999.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.166p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. IN: DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. p . 9-30.

NEA/Núcleo de Estudos da Água. **Pesquisa – Controle de Enchentes e Gestão Ambiental Participativa em Alfredo Wagner, SC.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/ UFSC, 2001.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430p.

OLIVEIRA, Lívia de. Percepção e Representação do Espaço Geográfico. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia de (org). **Percepção ambiental a experiência Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265p. p. 187-212.

OSLON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. (Clássicos; 16).

PANCERI, Bernadete. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e institucional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PATRICIO, Zuleica M. Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano-natureza-cotidiano-sociedade. IN: PATRICIO, Zuleica M.; CASAGRANDE, Jacir L.; ARAÚJO, Marízia F. **Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1999. 368p. p. 19-90.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P.115.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Epagri. Alfredo Wagner, 2003.

QUINTAS, José Silva. **Pensando e praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000. 161p.

REBELO, Silene. **Gestão Ambiental Participativa: a lacuna entre a proposta e a implementação**. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC, Florianópolis, 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Organizadores: Paulo Freire Vieira, Maurício Andrés Ribeiro, Roberto Messias Franco e Renato Caporali Cordeiro**. Porto Alegre: Pallotti, 1998.448p.

_____. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 200 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina: Diagnóstico geral**. Florianópolis, 1997. 163p.

SCHMITZ, Jucineide Terezinha Martendal. **Olhares e trajetórias na educação: entrecruzando saberes interdisciplinares e práticas pedagógicas no município de Alfredo Wagner**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 2003.

SEAB/PR & FUNPAR. **Diagnóstico rural participativo de Balsa Nova**. Curitiba: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná e Fundação da Universidade Federal do Paraná, 2002. 73p.

SEIBT, César R. **As Práticas Rurais, Água e O Processo Participativo no Município de Alfredo Wagner – SC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 2002.

SENGE, Peter M. **A Quinta Disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SIERVI, Elizabeth Campanella de. **Avaliação Participativa de Coleta de Lixo no Consórcio Quiriri: A participação como Base para Ação e Reflexão na Construção Metodológica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 2000.

SILVA, Daniel José. **Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/UFSC, Florianópolis, 1998. 240 p.

SOUTO, J. A. **Áreas de preservação permanente e o uso do solo em Alfredo Wagner: aplicação de técnicas de geoprocessamento**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFSC, Florianópolis, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 156 – 159.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.

VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques. Introdução Geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques, (org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ª ed. Cortez: São Paulo, 2002. p. 17-50.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas – estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. 245p.

WAGNER, Altair. **Alfredo Wagner: terra, água e índios**. Florianópolis/SC: Do Autor, 2002, 215p.

WEBERLING, N. **Desenvolvimento comunitário no Morro do Queto e influência do serviço social no processo**. Monografia de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.

ZAPATA, Tania. A Gestão participativa para o desenvolvimento local – Método GESPAR. In: BROSE, Markus, (org) **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p. p.227 – 238.

ZAINKO, M. A. S. **Diagnóstico Rural Participativo de Balsa Nova**. Curitiba: SEAB FUMPAR, 2002. 74p.

APÊNDICES

Apêndice A - Lista de atores entrevistados na pesquisa de campo utilizando entrevista semi-estruturada.

Nome	Atividade
Sergio Biazzi Silvestre	Prefeito municipal
Wanderlei da Silva	Secretário da Saúde
Cássia R. Sebold May	Secretária de Educação
Valneide da Cunha Campos	Coordenadora pedagógica
Maristela Steffen	Professora
Maria do Carmo da Silva	Professora
Elisete Coelho	Diretora /escola
Asirto Amboni	Agricultura /Epagri
Narciso Heiderscheid	Agricultura /Prefeitura
Tânia L. de Mello	Agricultura /Epagri
Iran H. Rodrigues	Agricultura /Epagri
Irimar José da Silva	Presidente - Sindicato Trabalhadores Rurais / CMMA
Nicolau de Almeida	Agente Local INCRA / CMMA
Osmar Coelho	Radialista / CMMA
Osmar de Lima	Inspeção Municipal / CMMA
Izolda Seemann	Presidente Conselho Tutelar/ CMMA
Zenaide Anrade Mariotti	Agricultora / CMMA participante do Micro-fórum
Paulo Wambommel	Agricultor / CMMA participante do Micro-fórum
Izaías Guedet	Agricultor / participante do Micro-fórum
Pedro Menezes	Agricultor / participante do Micro-fórum
Lúcio Haschedt	Agricultor e Sindicato Trabalhadores Rurais/ Micro-fórum
Antônio I. de Moraes	Presidente - Clube idosos / participante do Micro-fórum
Paulo Cesar Rossi	Presidente Cooperativa de Crédito / Agricultor
Nilva Figueiredo	Líder comunitária
Valdemira Iefen	Monitora - Clube de mães.
Izabel; C. A. Kretzer	Vereadora
Neri Errath	Pastor
Laudelino Rosar	Presidente Sindicato Rural
Amarildo Neto	Agricultor participante do Micro-fórum
Ademir Scheitz	Agricultor e STR participante do Micro-fórum
Cesar Rodolfo Seibt	Integrante do grupo NEA / fase um
Eliana M. de Almeida	Integrante do grupo NEA / fase um
Jucineide T. M. Schmitz	Integrante do grupo NEA / fase um

Apêndice B - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para prefeito.

PROJETO DE PESQUISA

A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO ATOR

Nome:		Data: / /	Hora :	NºEntr:
Idade:	Local:			
Categoria ator	Escolaridade			
Prefeito ()	Não freqüentou () 2º G incompleto () 3º G.completo () 1º G incompleto () 2º G completo () P. Grad. () 1º G completo () 3º G incompleto ()			

Circunstância (momento histórico local e ou externo) em que se deu a entrevista:

Sentimento do pesquisador no momento da entrevista.

OBS _____

Considerações para entrevista:

- Fazer uma breve apresentação e exposição introdutória acerca dos objetivos da conversa, como se dará a entrevista (sentir o clima), buscar deixar o ambiente descontraído ouvindo o que o ator tem a dizer;
- Combinar o tempo e o melhor lugar para a entrevista;
- Solicitar a gravação falando sobre a importância desta forma de coleta da informação;
- Provocar a dinâmica da fala a partir da entrada da UFSC relacionada ao meio ambiente, participação e organização comunitária;
- Continuar a conversa lembrando o trabalho realizado pela UFSC, utilizando o álbum de fotos e documento das oficinas, para introduzir um clima descontraído;
- Deixá-lo(a) falar estimulando sua narração com Hum... sim....;
- Fazer anotações durante a narração que permitirão o questionamento posterior, traduzindo-as em perguntas **iminentes** utilizando a linguagem do informante;
- Após fazer as questões **exmanentes** (as de interesse do foco da pesquisa conforme roteiro e que não apareceram anteriormente, traduzindo-as em iminentes).

Roteiro:

- 1 - Poderia comentar um pouco sobre o que o motivou a participar deste processo;
- 2 - Sobre a participação da população local no trabalho realizado o que o Sr tem a dizer;
- 3- Poderia comentar um pouco sobre as principais dificuldades ocorridas no processo participativo;
- 4 – Quais as principais necessidades;
- 5 - Gostaria que o Sr. falasse qual sua concepção sobre as formas de integração municipal e como pode influenciar na ação organizada a continuidade do processo de construção da gestão ambiental.

Apêndice C - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para pesquisadores.

PROJETO DE PESQUISA

A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO ATOR

Nome:	Data: / /	Hora :	NºEntrv:
Idade:	Local:		
Categoria ator	Escolaridade		
Pesquisador ()	Graduação em : _____ Área de atuação: _____ Pós -Graduação em : _____		

Circunstância (momento histórico local e ou externo) em que se deu a entrevista:

Sentimento do pesquisador no momento da entrevista.

OBS _____

Considerações para entrevista:

- Fazer uma breve apresentação e exposição introdutória acerca dos objetivos da conversa, como se dará a entrevista (sentir o clima), buscar deixar o ambiente descontraído ouvindo o que o ator tem a dizer;
- Combinar o tempo e o melhor lugar para a entrevista;
- Solicitar a gravação falando sobre a importância desta forma de coleta da informação;
- Provocar a dinâmica da fala a partir da entrada da UFSC relacionada ao meio ambiente, participação e organização comunitária;
- Continuar a conversa lembrando o trabalho realizado pela UFSC, utilizando o álbum de fotos para introduzir um clima descontraído;
- Deixá-lo(a) falar estimulando sua narração com Hum... sim....;
- Fazer anotações durante a narração que permitirão o questionamento posterior, traduzindo-as em perguntas **iminentes** utilizando a linguagem do informante;
- Após fazer as questões **exmanentes** (as de interesse do foco da pesquisa conforme roteiro e que não apareceram anteriormente, traduzindo-as em iminentes).

Roteiro:

- 1- Me fala um pouco sobre o que te motivou a iniciar essa proposta de pesquisa no município;
- 2- Como se deu a intencionalidade da entrada (promoção da proposta interdisciplinar do grupo de pesquisa UFSC no município);
- 3- Quais as principais necessidades;
- 4- Quais as dificuldades que se enfrentou durante o processo;
- 5- Qual sua percepção em relação a participação das pessoas no processo;
- 6- O que você tem a dizer sobre a integração municipal e a ação organizada na continuidade do processo participativo.

Apêndice D - Roteiro de entrevistas para pesquisa de campo – modelo para comunidade e instituições.

PROJETO DE PESQUISA

A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações.

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO ATOR

Nome:		Data: / /	Hora :	NºEntrv:
Idade:		Local:		
Categoria ator		Escolaridade		
Agricultor () Professor () Agricultura () Saúde () Comissão () Outro () _____ Epagri () Pesquisador () Prefeitura ()		Não frequentou () 2º G incompleto () 3º G.completo () 1º G incompleto () 2º G completo () P. Grad. () 1º G completo () 3º G incompleto ()		

Circunstância (momento histórico local e ou externo) em que se deu a entrevista:

Sentimento do pesquisador no momento da entrevista.

OBS

Considerações para entrevista:

- Fazer uma breve apresentação (onde o mediador estiver presente, deixar que o faça) complementando a seguir pontos relevantes;
- Fazer uma breve exposição introdutória acerca dos objetivos da pesquisa, situando que esta está ligada ao projeto maior, situando como se dará a entrevista (sentir o clima), deixar o ambiente descontraído ouvindo o que o ator tem a dizer;
- Combinar o tempo e o melhor lugar para a entrevista;
- Solicitar a gravação falando sobre a importância desta forma de coleta da informação;
- Provocar a dinâmica da fala a partir de fatos anteriores a entrada da UFSC e relacionados ao meio ambiente, participação e organização comunitária;
- Continuar a conversa lembrando o trabalho realizado pela UFSC, utilizando o álbum de fotos e o documento das oficinas do Fórum para introduzir um clima descontraído;
- Deixá-lo falar estimulando sua narração com Hum... sim....;
- Fazer anotações durante a narração que permitirão o questionamento posterior, traduzindo-as em perguntas **iminentes** utilizando a linguagem do informante;
- Após fazer as questões **exmanentes** (as de interesse do foco da pesquisa conforme roteiro e que não apareceram anteriormente, traduzindo-as em iminentes).

Roteiro:

- 1- Me fala um pouco sobre o que lhe motivou a participar deste trabalho;
- 2- Que dificuldades que o senhor (a) apontaria neste trabalho;
- 3- E quais seriam as necessidades;
- 4- Poderia comentar como você percebe a integração no município e a ação organizada da população na continuidade do trabalho iniciado.

Apêndice E - Síntese da seqüência de atividades durante a fase de campo envolvendo a CMMA.

Época	Temática	Objetivo Pedagógico	Instrumentos metodológicos
Novembro	Documento oficial das oficinas temáticas.	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a construir uma compreensão coletiva, sobre resultado do Fórum. 	<ul style="list-style-type: none"> Entrega e discussão do Documento oficial com sistematização das oficinas temáticas a todos os membros da comissão provisória.
Novembro/02	Formalização da Comissão provisória e compromissos múltiplos	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a resgatar o processo realizado buscando compreender e avaliar os avanços e sua responsabilização com a continuidade do processo Levar o grupo a construir uma agenda de encontros futuros com os pesquisadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho em grupo, e dinâmicas de leitura com apresentação e exposição oral dos pesquisadores.
Dezembro/02	Avaliação do documento das oficinas temáticas construção dos objetivos da CMMA	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a se perceber como mobilizadores da necessidade de continuar o processo de discussão para a construção da GAP. 	<p>Dinâmica de construção Interdisciplinar.</p> <p>“Construindo compreensão de objetivos ”</p> <ul style="list-style-type: none"> Estudo em grupo
Fevereiro /03	Tipos de organização formal	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a conhecer sobre as diferentes formas de organização de formais, Iniciando um processo de discussão e compreensão auxiliando no encaminhamento da institucionalização da Comissão. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação e exposição oral dos pesquisadores e trabalho em grupo
Março/03	Minuta organizacional da COMISSÃO e continuidade do processo de discussão rural	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a organizar uma minuta para o COMDEMA (conselho municipal de desenvolvimento e meio Ambiente) forma escolhida pela COMISSÃO para continuidade do processo 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação e exposição oral dos pesquisadores e do grupo local de trabalho.
Abril/03	Apresentação de experiência	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a conhecer outras experiências e refletir sobre a construção do processo de local. 	<ul style="list-style-type: none"> Discussão em grupo sobre a experiência com o presidente da Fundação “Lagoa”- Fpólis – SC
Maio /03	Leitura do documento Final COMDEMA e participação SEPEX- Semana de Ensino Pesquisa e Extensão.	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a compreender o produto final do CONDEMA e preparar a exposição sobre a experiência de processo participativo no SEPEX. 	<ul style="list-style-type: none"> Leitura e Discussão em grupo

Apêndice E - Síntese da seqüência de atividades durante a fase de campo envolvendo a CMMA.
(continuação)

Época	Temática	Objetivo Pedagógico	Instrumentos metodológicos
Junho /03	Participação SEPEX Entrega da Minuta ao prefeito Reflexão sobre o processo	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a participar da construção do conhecimento divulgando o processo desenvolvido em Alfredo Wagner, estimulando reflexão coletiva entre comunidade acadêmica e sociedade em geral. Levar o grupo a construir a cidadania através da entrega de uma minuta construída pelo Grupo da COMISSÃO Levar o grupo a refletir sobre a postura política de apoio ao processo participativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação e exposição oral dos pesquisadores e do grupo local da COMISSÃO. Visita ao prefeito e entrega oficial da minuta que solicita o encaminhamento e parecer do executivo municipal. Reflexão e discussão em grupo
Julho/03	A ação organizada (COMISSÃO), escolha de um coordenador local	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a refletir sobre dificuldades e avanços no processo de construção da gestão ambiental Participativa, através da ação organizada local, reincluindo as pessoas que participaram inicialmente. 	<ul style="list-style-type: none"> Reflexão e discussão coletiva
Julho'03	Novas direções	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a refletir sobre possibilidade de desenvolver ações práticas em uma comunidade, como forma de dinamizar as ações enquanto da COMISSÃO 	<ul style="list-style-type: none"> Reflexão e discussão coletiva
Agosto /03	<ul style="list-style-type: none"> Não aconteceu reunião 		
05	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação para 80 professores 	<ul style="list-style-type: none"> Levar os professores a compreender a importância do reconhecimento do ambiente local para se trabalhar as questões de saneamento, tendo a água como fator motivador da qualidade do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica da pertinência; Banners com figuras e maquetes sobre alternativas de disposição dos dejetos ; Trabalhos de grupo e parte expositiva oral e visual dos temas
Setembro/03	Análise da trajetória com avaliação das ações de pesquisa e reencaminhamento de trabalho da COMISSÃO	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a refletir sobre a trajetória do processo participativo na construção da gestão ambiental participativa e o papel da COMISSÃO 	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de construção interdisciplinar. “Construindo compreensão de processo”
Outubro/03	Construindo relações com o ambiente local	<ul style="list-style-type: none"> Levar o grupo a conhecer, construir e realizar um canal de comunicação local através da elaboração de um jornal. 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina em Três etapas

ANEXOS

ANEXO A - Discussão sobre a Ação Metodológica inserida no “Projeto da Pesquisa”.

Etapas	OBJETIVOS
<p>1. Motivação (Re)conhecer o(s) problema (s), despertar (re)ação- Sensibilização</p>	<p>Nesta etapa, estão em discussão temas locais relacionados ao resgate do contexto histórico, a situação sócio-econômica e ambiental, as perspectivas dos agricultores e as relações existentes entre os diversos aspectos discutidos.</p> <p>Neste núcleo de sensibilização são, portanto, apontadas informações que se sabe sobre o local, e discutidas, para então realizar-se a síntese das explicações dos participantes.</p>
<p>2. Conscientização- Desenvolver capacidade operacional para ação – Construção do Conhecimento</p>	<p>Os participantes discutem e identificam os conflitos existentes, suas causas, conseqüências, elaboram propostas de ação e identificam potencializadores, internos e externos, para a execução acordadas, bem como seus amparos legais. Além da construção com os participantes para reversão dos impactos que estão ocorrendo, é importante a identificação de novos potenciais econômicos ambientalmente corretos, a participação da comunidade no enfrentamento das questões, a importância em preservar os recursos naturais, a receptividade de mudanças nas práticas rurais e os instrumentos de favorecimento econômico (alternativas).</p>
<p>3. Mobilização – Estimular a participação na ação</p>	<p>Surge a partir dos dados obtidos nas etapas anteriores. Esta etapa constitui-se de dois momentos sendo o primeiro o de despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude ou mudança, e o segundo, que é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação. Nesta primeira etapa são elaborados e divulgados as informações obtidas em consenso com os grupos de trabalho, para que as pessoas participantes tomem conhecimento das situações que precisam ser trabalhadas.</p>
<p>4. Ação Organizada – Dar sentido de unidade ao trabalho coletivo – A unidade de ação.</p>	<p>Nesta etapa estão os produtos produzidos coletivamente, obtidos através das ações coletivas e participativas da sociedade no alcance de ações mitigatórias de impactos. Cada pesquisa (grifos nossos) resulta num plano de ação para a situação estudada e a divulgação dos resultados.</p> <p>Estes resultados integram-se aos dos outros grupos temáticos visando dar unidade ao trabalho construído coletivamente.</p>

FONTE: ALMEIDA (2003).